

FUNDAÇÃO DO ABC - Consolidado

CNPJ 57.571.275/0001-00

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	74.481.482	92.987.572	Fornecedores	13	260.454.614	241.174.324
Convênios e contratos a receber	7	153.259.667	210.895.438	Obrigações fiscais	14	38.658.187	37.318.624
Mensalidades a receber	8	13.281.043	10.187.941	Obrigações sociais e trabalhistas	15	314.822.293	425.465.087
Atividades acadêmicas a receber		556.182	486.472	Provisão de férias	16	174.360.329	170.007.572
Estoques	9	41.837.466	34.765.293	Obrigações acadêmicas		252.206	251.347
Outros créditos	10	<u>11.011.688</u>	<u>1.297.647</u>	Contratos a pagar		451.920	164.185
		294.427.528	350.620.363	Parcelamento de impostos		220.673	-
				Outros passivos		<u>22.250.341</u>	<u>4.973.803</u>
						811.470.563	879.354.942
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	11	36.299.876	26.681.248	Parcelamento de impostos		280.857	-
Mensalidades a receber	8	6.652.884	6.652.884	Fornecedores	13	2.736.160	2.736.160
Convênios e contratos a receber	7	5.251.977	5.251.977	Provisão para contingências	17	67.970.864	65.357.903
Outros créditos	10	12.869	12.869	Receitas antecipadas		<u>1.229.717</u>	<u>1.113.909</u>
Imobilizado	12	<u>101.209.956</u>	<u>102.162.244</u>			72.217.598	69.207.972
		149.427.562	140.761.222	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(378.753.650)	(463.034.278)
				Superávits (déficits) acumulados		(61.079.421)	5.852.949
						(439.833.071)	(457.181.329)
Total do ativo		443.855.090	491.381.585	Total do passivo e patrimônio líquido		443.855.090	491.381.585

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal		2.122.759.324	2.056.672.496
Contratos de gestão - Estadual		434.389.639	340.011.854
Convênios público - Municipal		439.390.384	280.776.956
Convênios público - Estadual		3.690.019	54.374.746
Parceria público - Municipal		6.099.812	2.750.939
Repasso Covid-19		177.084.291	4.021.777
Atividades acadêmicas		83.426.488	78.638.349
Subvenção municipal		26.769.000	22.028.000
Convênios de atendimentos médicos		70.914.227	54.105.925
Protocolo de pesquisas		11.535.743	8.780.310
Atendimentos particulares		1.812.207	1.169.250
Outras receitas		<u>14.785.703</u>	<u>19.679.417</u>
		3.392.656.837	2.923.010.019
Despesas operacionais			
Com pessoal		(1.930.941.443)	(1.743.798.223)
Medicamentos e insumos hospitalares	19	(297.286.537)	(235.132.927)
Prestadores de serviços médicos	20	(725.856.871)	(504.795.343)
Prestadores de serviços de terceiros	21	(353.630.451)	(285.764.211)
Administrativas e gerais	22	(80.787.179)	(63.888.546)
Atividades acadêmicas		(29.864.216)	(31.407.733)
Contingências e despesas judiciais		(29.204.838)	(39.125.087)
Bens de terceiros		(6.130.159)	(13.333.199)
		(3.453.701.694)	(2.917.245.269)
Superávit (déficit)			
antes do resultado financeiro		(61.044.857)	5.764.750
Receitas financeiras	23	2.901.277	1.450.629
Despesas financeiras	23	(2.935.841)	(1.362.430)
		(34.564)	88.199
Superávit (déficit) do exercício		(61.079.421)	5.852.949

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		(208.611.063)	(76.651.369)	(285.262.432)
Ajuste do exercício anterior		(176.000.157)	-	(176.000.157)
Amortização do imobilizado		(1.771.689)	-	(1.771.689)
Déficit do exercício		-	5.852.949	5.852.949
Incorporação ao patrimônio social		(76.651.369)	76.651.369	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		(463.034.278)	5.852.949	(457.181.329)
Ajuste do exercício anterior	18	79.152.726	-	79.152.726
Acervo líquido cindido		119.595.665	-	119.595.665
Acervo líquido incorporado		(119.595.665)	-	(119.595.665)
Amortização do imobilizado		(725.047)	-	(725.047)
Déficit do exercício		-	(61.079.421)	(61.079.421)
Incorporação ao patrimônio social		5.852.949	(5.852.949)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(378.753.650)	(61.079.421)	(439.833.071)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Superávit (déficit) do exercício	(61.079.421)	5.852.949
Ajustes do exercício anterior	79.152.726	(176.000.157)
Acervo líquido cindido	119.595.665	
Acervo líquido incorporado	(119.595.665)	
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	1.976.403	-
Provisões para contingências	2.612.961	25.953.532
Resultado na baixa do imobilizado	5.301	
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	57.635.771	263.561
Mensalidades a receber	(3.093.102)	(1.251.479)
Atividades acadêmicas a receber	(69.710)	(12.864)
Estoques	(7.072.173)	(15.469.988)
Outros créditos	(9.714.041)	(581.436)
Bloqueio judicial	(9.618.628)	(5.980.281)
Fornecedores	19.280.290	(134.477)
Obrigações fiscais	1.339.563	2.476.811
Obrigações sociais e trabalhistas	(110.642.794)	6.658.672
Provisões de férias	4.352.757	170.007.572
Obrigações acadêmicas	859	(29.118)
Contratos a pagar	287.735	(416.289)
Receitas antecipadas	115.808	(3.572.351)
Parcelamento de impostos	501.530	-
Outros passivos	17.276.538	4.973.720
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(16.751.627)	12.738.377
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.754.463)	(600.756)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.754.463)	(600.756)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Amortização de empréstimos bancários	-	(810.086)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades financeiras	-	(810.086)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(18.506.090)	11.327.535
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	92.987.572	81.660.037
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>74.481.482</u>	<u>92.987.572</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(18.506.090)	11.327.535

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

Em 2007 foi reconhecida como Entidade Benemérita pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo e São Caetano e, em 2009, pela Câmara de Santo André. A Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1969, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 1975. Primeira mantida da Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina do ABC abriga hoje nove cursos de graduação na área de Ciências da Saúde: Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Gestão em Saúde Ambiental, Tecnologia em Gestão Hospitalar e Tecnologia em Radiologia. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica. No final de 2017, a Facul-

dade de Medicina foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi publicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC. Com o passar dos anos, a Fundação do ABC começou a ser encarada como parceira estratégica das prefeituras do Grande ABC para a gestão e assistência em saúde. Com o braço de ensino da Faculdade de Medicina do ABC, hoje a Fundação do ABC está à frente de diversas unidades de saúde denominadas mantidas – modelo em que a gestão plena dos equipamentos está a cargo da FUABC, tanto na área administrativa como na clínica, sob diretrizes pré-estabelecidas pelo parceiro (Município ou Governo do Estado ou outro Ente Federativo).

É mantenedora de 16 hospitais e 4 AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades), além da Faculdade de Medicina do ABC e de uma Central de Convênios, que atua por meio de contratos de gestão e convênios. Criada em 2007 para prestar serviços relacionados a necessidades específicas em saúde, a Central de Convênios é hoje a maior unidade da Fundação do ABC. Atua tanto na assistência à saúde da população quanto nas áreas administrativas e de serviços gerais de UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), UBSs (Unidades Básicas de Saúde), PID (Programa de Internação Domiciliar), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), PSF (Programa de Saúde da Família) e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), entre outros. Em 2014, a Fundação do ABC assumiu a gestão de dois equipamentos estaduais: o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP), na Capital e o Instituto de Infectologia Emílio Ribas II do Guarujá.

Em 2015, incorporou três unidades em Guarulhos: Policlínica do Jardim Maria Dirce, Policlínica do Jardim Paraíso e UPA do Jardim São João Lavras.

Em 2020 assumiu quatro unidades: Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos e Centro de Reabilitação Lucy Montoro.

Em 2021 assumiu Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília como Hospital de Campanha do Governo do Estado, exclusivo para o atendimento de casos de Covid-19.

Desta forma, as unidades sob gestão da Fundação do ABC são:

- Faculdade de Medicina do ABC
- Hospital Estadual Mário Covas de Santo André
- Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein de Santo André
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santo André
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Mauá
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Praia Grande
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Itapevi
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Sorocaba
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santos
- Hospital Nardini e Complexo de Saúde de Mauá - COSAM
- Complexo Hospitalar de São Bernardo de Campo (Hospital Anchieta, Hospital Municipal Universitário, Hospital Municipal de Clínicas José Alencar e Pronto Socorro Central)
- Complexo de Saúde de São Bernardo de Campo
- Complexo Hospitalar de São Caetano do Sul (Hospital Márcia Braido, Hospital Maria Braido, Hospital de Emergências Albert Sabin, Hospital São Caetano, Hospital da Mulher e Complexo Municipal de Saúde)
- Complexo Hospitalar Irmã Dulce de Praia Grande
- Instituto de Infectologia Emílio Ribas II do Guarujá
- Hospital Estadual de Francisco Morato "Prof. Carlos da Silva Lacaz"
- Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP)
- Hospital Municipal Central de Osasco Antonio Giglio
- UPA Rodeio 24h – Mogi das Cruzes
- Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde – São Mateus
- UPA 24h Central – Santos
- Mogi das Cruzes II
- Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista
- Centro de Reabilitação Lucy Montoro
- Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília
- Central de Convênios (a Central gerencia mais de 20 planos de trabalhos específicos, entre os quais todas as UPAs de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Rio Grande da Serra, Mauá, Ribeirão Pires, Caiçaras, Guarulhos, Interlagos, Assistência Social, Hospital São Mateus, Hospital Mogi das Cruzes, Rede de Estratégia de saúde da Família de Itatiba, Santo André Dislexia e Projeto Conviver Bem)

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 517.492.307\$ 467.337.924, respectivamente.

(vi) Fontes de receita

Os recursos da Fundação do ABC e suas filiais são provenientes dos ins-

trumentos celebrados com entes públicos para o fomento, gerenciamento e execução de serviços de saúde nas unidades hospitalares.

Durante o exercício de 2021, em decorrência do coronavírus, governos municipais, estadual e federal disponibilizaram recursos financeiros para o enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública, por meio de aditivos contratuais.

Na faculdade de medicina, a receita é proveniente das atividades acadêmicas de graduação e pós-graduação, e dos convênios pelos atendimentos hospitalares e particulares prestados.

Na mantenedora, a receita é oriunda da subvenção municipal respaldada pela lei municipal.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos e convênios a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente

alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado

Itens do imobilizado adquiridos com os recursos próprios são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

Impairment dos ativos

A administração julga que os itens registrados como ativo imobilizado não compõem, individualmente ou em grupos, de unidades geradoras de caixa, razão pelo qual não foi realizado o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme o Comunicado Técnico CPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inherentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

a. Redução valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou

alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

5 - Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, estão abaixo apresentadas. A Empresa pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - Presentation of Financial Statements (correlato ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Entidade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

- Alteração das normas CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativa contábil. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors (CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), onde é introduzida uma definição de estimativas contábeis. Essa alteração busca esclarecer a distinção entre os conceitos "mudança nas estimativas contábeis" e "mudança nas políticas contábeis e correções de erros". Além disso esclarecem como as entidades usam técnicas de mensuração e dados para desenvolver estimativas contábeis. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Entidade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

- Alterações na IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de Políticas Contábeis. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments (documento de natureza educativa emitido pelo IASB e não publicado pelo CPC no Brasil), em que fornece orientação e exemplos para auxiliar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de política contábil. Essas alterações visam auxiliar as entidades a fornecer divulgações de política contábil que são mais úteis, substituindo a exigência de que as entidades divulguem suas políticas contábeis "significativas" por uma exigência de divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Entidade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

6 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	20.810	19.878
Banco conta movimento	21.078.158	10.053.302
Aplicações financeiras	53.382.514	82.914.392
	74.481.482	92.987.572

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos e poupanças, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

7 - Contratos e convênios a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão e dos convênios firmado com as prefeituras municipais e governo estadual pelo serviço de saúde prestado à população.

8 - Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino na graduação e na pós-graduação.

9 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	21.799.655	14.395.292
Material médico hospitalar	16.513.227	16.835.333
Gases industriais e medicinais	-	277.866
Dieta enteral e parenteral	24.827	65.025
Material de limpeza e higiene	663.851	554.504
Material de manutenção	1.719.093	1.467.331
Outros materiais	1.116.813	1.169.942
	41.837.466	34.765.293

10 - Outros créditos

Refere-se aos saldos de adiantamentos de despesas e de cartões de créditos a receber.

11 - Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

12 - Imobilizado

Descrição	2021	2020
Terrenos	67.307.710	67.307.710
Edifícios	45.933.138	45.346.021
Veículos	511.883	511.883
Móveis e utensílios	26.437.508	26.258.109
Máquinas e equipamentos	8.466.388	8.263.769
Equipamentos hospitalares	36.282.772	36.163.469
Equipamentos de informática	6.935.120	6.829.022
Aparelhos e instrumentos	8.618.502	8.587.067
Linhas telefônicas	384.071	384.071
Software	2.338.492	1.824.555
Livros técnicos	64.312	62.357
Obras em andamento	416.100	416.100
(-) Depreciação acumulada	(102.486.040)	(99.791.889)
	101.209.956	102.162.244

13 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

14 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	22.539.334	21.112.744
INSS retido de serviços a recolher	9.292.671	9.559.449
IRRF retido de serviços a recolher	5.966.553	5.739.671
ISS a recolher	859.629	906.760
	38.658.187	37.318.624

15 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	70.659.676	83.450.288
Rescisões a pagar	1.182.251	373.404
IRRF a recolher	171.535.538	272.908.382
FGTS a recolher	54.090.232	52.447.905
INSS sobre autônomos a recolher	9.571.061	9.192.431
Férias a pagar	-	884.815
Empréstimo consignado a pagar	5.034.000	3.851.797
Outros	2.749.535	2.356.065
	314.822.293	425.465.087

16 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

17 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	47.028.200	45.100.841
Cível	20.942.664	20.257.062
	67.970.864	65.357.903

18 - Ajustes do exercício anterior

Com base nos pareceres jurídicos, a Administração efetuou baixas de impostos de renda sobre folha de pagamento, de fornecedores e de convênios a receber devido ao seu prazo decadencial e prescricional.

19 - Acervo líquido cindido

Em decorrência do contrato encerrado das filiais de Santo André e de Guarulhos da Central de Convênios, os saldos das provisões de férias e de 13º salário com os respectivos encargos foram transferidos para o novo Contrato de Gestão.

20 - Acervo líquido incorporado

Referem-se aos saldos de provisão de férias e de 13º salário com os respectivos encargos transferidos das filiais de Santo André e de Guarulhos da Central de Convênios, em decorrência da continuidade da operação do contrato de gestão.

21 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	109.726.697	79.688.206
Material médico hospitalar	129.342.501	111.563.662
Órtese e prótese	11.379.891	10.499.040
Material de laboratório	24.426.380	16.333.605
Gases industriais e medicinais	10.429.367	7.285.701
Dieta enteral e parenteral	2.523.174	3.532.211
Material de limpeza e higiene	5.208.190	3.295.259
Material de COVID-19	1.452.896	382.742
Outros materiais	2.797.441	2.552.501
	297.286.537	235.132.927

22 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

23 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	115.259.169	96.502.355
Serviços de informática	18.945.589	16.213.410
Serviços de vigilância	24.864.493	23.155.402
Serviços de manutenção predial	36.154.476	29.932.531
Serviços de refeitório	43.450.729	26.877.751
Locação de veículos e equipamentos	15.716.521	11.579.821
Serviços de lavanderia hospitalar	27.512.052	20.591.549
Serviços de manutenção de equipamentos	16.197.612	14.744.064
Serviços administrativos	13.796.764	11.128.558
Serviços de motorista	11.205.504	11.139.939
Serviços de logística	5.667.013	5.294.618
Serviços de portaria	7.162.553	6.814.256
Serviços de terceiros – Covid-19	3.258.106	-
Outros serviços	14.439.870	11.789.957
	353.630.451	285.764.211

24 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	18.653.693	18.415.136
Material de conservação e reparo	6.282.048	6.449.715
Material de consumo administrativo	9.074.244	10.916.897
Utilidade pública (água, luz, telefone)	19.712.054	15.296.946
Seguros patrimoniais	1.068.564	1.103.977
Gastos com Covid-19	4.688.522	-
Gastos com contratos encerrados	11.825.365	6.157.778
Depreciação	1.976.403	-
Outras despesas	7.506.286	5.548.097
	80.787.179	63.888.546

25 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.901.217	1.450.629
Outras receitas financeiras	61	-
	2.901.278	1.450.629
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(795.369)	(684.051)
Juros financeiros	(2.749)	(217.284)
Juros e multas de mora	(2.137.362)	(430.262)
Outras despesas financeiras	(362)	(30.833)
	(2.935.842)	(1.362.430)

26 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC-Consolidado não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Consolidado

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Consolidado, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Consolidado, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Mantenedora

CNPJ 57.571.275/0001-00

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.354.962	681.241	Fornecedores		261.800	188.888
Estoques	5	318.774	185.847	Obrigações fiscais		83.431	77.078
Outros créditos	6	<u>42.095.201</u>	<u>39.033.101</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	9	11.829.431	11.841.968
		43.768.937	39.900.189	Provisão de férias	10	1.080.908	1.053.722
				Parcelamento de impostos	11	220.673	-
				Outros passivos	12	<u>1.294.159</u>	<u>288.805</u>
						14.770.402	13.450.461
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	7	1.182.998	2.317.940	Parcelamento de impostos	11	280.857	-
Convênios e contratos a receber		199.992	199.992	Provisão para contingências	13	<u>5.284.729</u>	<u>4.452.386</u>
Outros créditos	6	3.120.582	3.699.204			5.565.586	4.452.386
Imobilizado	8	<u>97.414.888</u>	<u>98.683.548</u>				
		101.918.460	104.900.684				
Total do ativo		145.687.397	144.800.873	Total do passivo e patrimônio líquido		145.687.397	144.800.873

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Subvenção municipal	1 (vii)	26.769.000	22.028.000	31 de dezembro de 2019		122.691.604	10.049.266
Outras receitas		<u>10.042.945</u>	<u>9.059.171</u>				132.740.870
		36.811.945	31.087.171	Ajuste do exercício anterior		(8.968.455)	-
Despesas operacionais				Amortização do imobilizado		(668.534)	(668.534)
Com pessoal		(9.308.951)	(8.958.681)	Superávit do exercício		-	3.794.145
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(76.578)	(386.685)	Incorporação ao patrimônio social	10.049.266	(10.049.266)	3.794.145
Prestadores de serviços médicos		(27.149)					-
Prestadores de serviços de terceiros	16	(12.400.912)	(7.791.472)	Saldos em			
Administrativas e gerais	17	(14.432.417)	(7.002.897)	31 de dezembro de 2020		123.103.881	3.794.145
Atividades acadêmicas		(18.680)	(32.611)	Ajuste do exercício anterior	14	(1.163.538)	-
Contingências e despesas judiciais		<u>(1.028.613)</u>	<u>(3.206.596)</u>	Déficit do exercício		(383.079)	(383.079)
		(37.293.300)	(27.378.942)	Incorporação ao patrimônio social	3.794.145	(3.794.145)	-
Superávit (déficits) antes do resultado financeiro		(481.355)	3.708.229	Saldos em			
Receitas financeiras	18	553.166	103.427	31 de dezembro de 2021		125.734.488	(383.079)
Despesas financeiras	18	(454.890)	(17.511)				125.351.409
Superávit (déficits) do exercício		98.276	85.916				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficits) do exercício		<u>(383.079)</u>	<u>3.794.145</u>
Ajustes do exercício anterior			
Ajustes para conciliar o resultado			
Depreciação e amortização		1.976.403	-
Provisões para contingências		832.343	2.168.345
Resultado na baixa do imobilizado		5.301	-
Variações nos ativos e passivos:			
Estoques		(132.927)	(141.384)
Outros créditos		(2.483.478)	3.289.782
Bloqueio judicial		1.134.942	(178.610)
Fornecedores		72.912	(325.644)
Obrigações fiscais		6.353	(9.383)
Obrigações sociais e trabalhistas		(12.537)	(441.402)
Provisões de férias		27.186	1.053.722
Parcelamento de impostos		501.530	-
Outros passivos		<u>1.005.354</u>	<u>152.171</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.386.765	393.287
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		<u>(713.044)</u>	<u>(52.456)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(713.044)	(52.456)
Fluxo de caixa das atividades financeiras			
Amortização de empréstimos bancários		-	(810.000)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades financeiras		-	(810.000)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		673.721	(469.169)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		681.241	1.150.410
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>1.354.962</u>	<u>681.241</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		673.721	(469.169)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 2.494.799 e R\$ 2.400.927, respectivamente.

(vi) Mantenedora

Caracterizada como pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social de Saúde e entidade filantrópica de assistência social, saúde e educação, a Fundação ABC foi criada em 1967 com intuito de viabilizar uma faculdade de medicina no Grande ABC. Foi instituída como fundação sem fins lucrativos pelos 3 municípios que encabeçam o ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). É declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André através do registro CMC nº 132.124-1 (PMSA). Em 2007 foi reconhecida como entidade Benemérita também pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

(vii) Subvenção

Conforme a alínea “a” do artigo 5º da Lei nº 1546, de 6 de setembro de 1967, os três municípios (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) consignam mensalmente as subvenções obrigatórias à Fundação do ABC.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	-	2.000
Banco conta movimento	86	20
Aplicações financeiras	1.354.876	679.221
	1.354.962	681.241

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Estoques

Descrição	2021	2020
Material médico hospitalar	284.055	149.506
Material de limpeza e higiene	35	35
Material de manutenção	31.430	34.127
Outros materiais	3.254	2.179
	318.774	185.847

6 - Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a rateio a receber das despesas compartilhadas com as filiais da Fundação do ABC.

7 - Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

8 - Imobilizado

Descrição	2021	2020
Terrenos	67.307.710	67.307.710
Edifícios	45.933.138	45.346.021
Móveis e utensílios	1.311.182	1.323.782
Máquinas e equipamentos	317.076	311.840
Equipamentos de informática	560.199	547.149
Aparelhos e instrumentos	538.865	530.114
Software	219.630	120.740
Obras em andamento	416.100	416.100
(-) Depreciação acumulada	(19.189.012)	(17.219.908)
	97.414.888	98.683.548

9 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
IRRF a recolher	11.787.364	11.739.717
FGTS a recolher	21.733	78.534
Empréstimo consignado a pagar	20.313	23.346
Outros	21	372
	11.829.431	11.841.969

10 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 - Parcelamento de impostos

Em 26 de março de 2021, a Entidade aderiu ao programa de parcelamento simplificado da contribuição previdenciária, do período de janeiro a dezembro de 2005, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em 60 parcelas.

12 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

13 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	1.101.723	1.055.812
Cível	4.183.006	3.396.574
	5.284.729	4.452.386

14 - Ajustes do exercício anterior

Referem-se, substancialmente, às baixas de rateio administrativo a receber das unidades de Santo André por considerar difícil de realização.

15 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Material médico hospitalar	348	1.206
Material de limpeza e higiene	300	234
Material de COVID-19	75.930	382.742
Outros materiais	-	2.503
	76.578	386.685

16 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	275.988	229.305
Serviços de informática	1.432.791	1.230.443
Serviços de manutenção predial	13.563	164.883
Locação de veículos e equipamentos	43.109	162.058
Serviços de manutenção de equipamentos	66.840	57.796
Serviços administrativos	4.391.222	2.911.994
Serviços de motorista	56.002	57.910
Serviços de terceiros - COVID	672.533	-
Outros serviços	5.448.864	2.977.083
	12.400.912	7.791.472

17 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	12.936	11.381
Material de conservação e reparo	46.470	7.451
Material de consumo administrativo	84.395	580.922
Utilidade pública (água, luz, telefone)	51.890	40.832
Gastos com contratos encerrados	11.825.365	6.157.778
Depreciação	1.976.403	-
Outras despesas	434.958	204.533
	14.432.417	7.002.897

18 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	553.166	103.427
	553.166	103.427
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(51.346)	(17.403)
Juros e multas de mora	(403.544)	(106)
Outras despesas financeiras	-	(2)
	(454.890)	(17.511)

19 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC-Mantenedora não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Mantenedora

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mantenedora, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mantenedora, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Faculdade de Medicina do ABC

CNPJ 57.571.275/0007-98

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.897.660	9.137.338	Fornecedores	10	3.422.401	5.351.426
Convênios e contratos a receber	5	8.212.531	12.098.839	Obrigações fiscais	11	186.522	127.419
Mensalidades a receber	6	13.281.043	10.187.941	Obrigações sociais e trabalhistas	12	26.773.274	25.858.582
Atividades acadêmicas a receber		556.182	486.472	Provisão de férias	13	8.348.268	7.697.531
Estoques	7	1.694.359	855.929	Obrigações acadêmicas		152.293	151.434
Outros créditos		<u>1.675.267</u>	<u>341.271</u>	Outros passivos		<u>674.877</u>	<u>132.541</u>
		45.317.042	33.107.790			39.557.635	39.318.933
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	8	3.974.449	2.291.322	Provisão para contingências	14	530.856	632.639
Mensalidades a receber	6	6.652.884	6.652.884	Receitas antecipadas		<u>1.229.717</u>	<u>1.113.909</u>
Outros créditos	9	12.869	12.869			1.760.573	1.746.548
Imobilizado		<u>3.112.817</u>	<u>2.787.820</u>				
		13.753.019	11.744.895				
Total do ativo		59.070.061	44.852.685	Total do passivo e patrimônio líquido		59.070.061	44.852.685

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Atividades acadêmicas		83.426.488	78.638.349	31 de dezembro de 2019		(3.617.968)	(57.083)	(3.675.051)
Convênios de atendimentos médicos		70.452.645	53.451.796					
Protocolo de pesquisas		11.535.743	8.780.310	Ajuste do exercício anterior		(6.882.552)	-	(6.882.552)
Atendimentos particulares		1.812.207	1.169.250	Amortização do imobilizado		(599.433)	-	(599.433)
Outras receitas		<u>5.353.807</u>	<u>7.224.306</u>	Superávit do exercício		-	14.944.240	14.944.240
		172.580.890	149.264.011	Incorporação ao patrimônio social		(57.083)	57.083	-
Despesas operacionais				Saldos em				
Com pessoal		(97.589.653)	(86.604.426)	31 de dezembro de 2020		(11.157.036)	14.944.240	3.787.204
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(28.992.623)	(19.286.585)					
Prestadores de serviços médicos		(3.638.570)	(3.584.727)	Ajuste do exercício anterior	14	(596.208)	-	(596.208)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(6.822.339)	(4.967.461)	Amortização do imobilizado		(701.930)	-	(701.930)
Administrativas e gerais	17	(7.990.281)	(7.316.759)	Superávit do exercício		-	15.262.786	15.262.786
Atividades acadêmicas		(11.892.326)	(12.203.302)	Incorporação ao patrimônio social		14.944.240	(14.944.240)	-
Contingências e despesas judiciais		(72.028)	(93.688)					
		<u>(156.997.820)</u>	<u>(134.056.948)</u>					
Superávit antes do resultado financeiro		15.583.070	15.207.063					
Receitas financeiras	18	3.556	27.250	Saldos em				
Despesas financeiras	18	(323.840)	(290.073)	31 de dezembro de 2021		2.489.066	15.262.786	17.751.852
		<u>(320.284)</u>	<u>(262.823)</u>					
Superávit do exercício		15.262.786	14.944.240					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	15.262.786	14.944.240
Ajustes do exercício anterior	(596.208)	(6.882.552)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(101.783)	(68.370)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	3.886.308	(1.989.452)
Mensalidades a receber	(3.093.102)	(1.251.482)
Atividades acadêmicas a receber	(69.710)	(12.864)
Estoques	(838.430)	(298.795)
Outros créditos	(1.333.996)	94.434
Bloqueio judicial	(1.683.127)	(1.223.069)
Fornecedores	(1.929.025)	418.409
Obrigações fiscais	59.103	(1.172)
Obrigações sociais e trabalhistas	914.692	(4.108.469)
Provisões de férias	650.737	7.697.531
Obrigações acadêmicas	859	(29.118)
Receitas antecipadas	115.808	47.710
Outros passivos	542.336	(989.248)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	11.787.248	6.347.733
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.026.927)	(482.968)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.026.927)	(482.968)
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	10.760.321	5.864.765
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.137.338	3.272.573
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.897.660	9.137.338
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	10.760.322	5.864.765

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 26.154.027 e R\$ 23.209.986, respectivamente.

(vi) Faculdade de Medicina do ABC

Com sede e foro na cidade de Santo André, a Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1.969 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 1.975. Mantida pela Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina abriga os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Gestão em Saúde Humana. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica. No final do ano de 2017 foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi publicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC. Em 2020, o Centro Universitário Saúde ABC ganhou nova logomarca e passou a se chamar Centro Universitário FMABC. O Centro Universitário FMABC mantém projetos de integração com o Poder Público da região do ABC Paulista, o que propicia amplo cam-

po de atuação e estágio para seus alunos. Entre as unidades parceiras estão o Centro Hospitalar Municipal (CHM), Hospital Estadual Mário Covas e Centro de Saúde Escola do Parque Capuava, em Santo André; Hospital de Ensino Anchieta, Hospital Municipal Universitário (HMU) e Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), em São Bernardo do Campo; Hospital Marcia Braido e Hospital Maria Braido, em São Caetano do Sul; além do Ambulatório de Especialidades, que funciona no próprio campus universitário.

Essa integração tem formalizado a vocação regional da faculdade e seu potencial em colaborar com o desenvolvimento de programas e projetos no campo da saúde e assistência médica do Grande ABC. Integram a relação de objetivos institucionais do Centro Universitário FMABC:

- Promover a pesquisa e estimular trabalhos que enriqueçam o acervo de conhecimentos e técnicas nos setores por ela abrangidos.
- Estender serviços à comunidade, sob as mais diferentes formas e em colaboração com instituições de caráter público e privado.
- Manter intercâmbio com instituições congêneres do país e do exterior, visando à atualização e o aperfeiçoamento da metodologia do ensino, da pesquisa e do conhecimento especializado.
- Oferecer programas de pós-graduação lato sensu, incluindo-se a Residência Médica, conforme demanda por recursos humanos especializados na região.
- Propiciar a formação de mestres e doutores em Ciências da Saúde.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contratos e mensalidades a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da

Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3- Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais).

(d) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(e) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

(g) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(h) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(i) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4- Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	3.000	3.000
Banco conta movimento	19.885.539	8.851.474
Aplicações financeiras	9.121	282.864
	19.897.660	9.137.338

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Convênios a receber

Refere-se ao valor a receber de exames clínicos e laboratoriais e serviços prestados a diversos hospitais.

6 - Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino (graduação e pós-graduação).

7 - Estoques

Descrição	2021	2020
Material médico hospitalar	1.694.359	851.449
Material de manutenção	-	4.480
	1.694.359	855.929

8 - Outros créditos

Refere-se, substancialmente, ao empréstimo concedido para a mantenedora.

9 - Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

10 - Imobilizado

Descrição	2021	2020
Veículos	35.211	35.211
Móveis e utensílios	2.102.005	1.924.119
Máquinas e equipamentos	3.400.138	3.202.755
Equipamentos hospitalares	2.316.525	2.197.222
Equipamentos de informática	1.762.827	1.670.158
Aparelhos e instrumentos	2.187.989	2.165.304
Linhas telefônicas	27.061	27.061
Software	710.590	295.543
Livros técnicos	64.311	62.357
(-) Depreciação acumulada	(9.493.840)	(8.791.910)
	3.112.817	2.787.820

11 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

12 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	62.530	32.754
INSS retido de serviços a recolher	67.789	63.503
IRRF retido de serviços a recolher	14.887	5.001
ISS a recolher	41.316	26.161
	186.522	127.419

13 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	-	9.615
Rescisões a pagar	17.823	-
IRRF a recolher	24.314.089	24.236.766
FGTS a recolher	1.436.016	705.713
INSS sobre autônomos a recolher	507.988	462.686
Empréstimo consignado a pagar	140.839	117.173
Outros	356.519	326.629
	26.773.274	25.858.582

14 - Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

15 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes,

constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Descrição	2021	2020
Trabalhista	395.651	482.724
Cível	135.205	149.915
	530.856	632.639

16 - Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores incorporados ao patrimônio social.

17 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	873.826	656.741
Material médico hospitalar	3.355.435	2.257.931
Material de laboratório	24.310.224	15.972.691
Gases industriais e medicinais	57.137	96.873
Material de limpeza e higiene	277.218	203.625
Outros materiais	118.783	98.724
	28.992.623	19.286.585

18 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devolutivamente suportados por contratos.

19 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	431.676	173.560
Serviços de informática	730.720	1.014.888
Serviços de manutenção predial	130.589	67.747
Serviços de refeitório	594.405	360.771
Locação de veículos e equipamentos	397.867	387.153
Serviços de lavanderia hospitalar	91.236	57.268
Serviços de manutenção de equipamentos	302.388	246.429
Serviços administrativos	1.215.667	665.535
Serviços de motorista	2.212.278	1.446.853
Outros serviços	715.513	547.257
	6.822.339	4.967.461

20 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	7.732	50.172
Material de conservação e reparo	936.127	852.080
Material de consumo administrativo	1.075.733	548.389
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.550.387	1.623.541
Seguros patrimoniais	617.912	686.043
Outras despesas	3.802.390	3.556.534
	7.990.281	7.316.759

21 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.556	27.250
	3.556	27.250
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(302.831)	(251.103)
Juros e multas de mora	(20.946)	(38.161)
Outras despesas financeiras	(63)	(809)
	(323.840)	(290.073)

22 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Faculdade de Medicina do ABC não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

À
Presidência da
Fundação do ABC – Faculdade de Medicina do ABC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Faculdade de Medicina do ABC, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Faculdade de Medicina do ABC, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, deveremos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Prestação de serviço - ADM

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	103.078	458.704	Fornecedores		14.558	39.677
Convênios e contratos a receber		233.863	668.032	Obrigações sociais e trabalhistas	6	178.786	372.134
Outros créditos		<u>205.763</u>	<u>879.344</u>	Provisões de férias	7	95.652	473.054
		542.704	2.006.080	Outros passivos	8	<u>28.877</u>	<u>466.055</u>
						317.873	1.350.920
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueio judicial	5	<u>274.689</u>	<u>579.546</u>	Patrimônio social		1.234.706	900.540
		274.689	579.546	Superávits (déficits) acumulados		(735.186)	334.166
						499.520	1.234.706
Total do ativo		817.393	2.585.626	Total do passivo e patrimônio líquido		817.393	2.585.626

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Secretaria Assistência Social SBC		231.110	-	31 de dezembro de 2019		1.101.410	260.950	1.362.360
IMASF SBC		4.222.410	5.221.752	Ajuste do exercício anterior		(461.820)	-	(461.820)
Outras receitas	1 (vi)	<u>944.740</u>	<u>1.000.041</u>	Superávit do exercício		-	334.166	334.166
		5.398.260	6.221.793	Incorporação ao patrimônio social		260.950	(260.950)	-
Despesas operacionais				Saldos em				
Com pessoal		(4.877.253)	(5.113.560)	31 de dezembro de 2020		900.540	334.166	1.234.706
Medicamentos e insumos hospitalares	9	(182.944)	(202.512)	Déficit do exercício		-	(735.186)	(735.186)
Prestadores de serviços de terceiros		-	(5.031)	Incorporação ao patrimônio social		334.166	(334.166)	-
Administrativas e gerais		<u>(1.077.820)</u>	<u>(568.829)</u>	31 de dezembro de 2021		1.234.706	(735.186)	499.520
		(6.138.017)	(5.889.932)					
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(739.757)</u>	<u>331.861</u>					
Receitas financeiras	10	7.160	5.992					
Despesas financeiras	10	(2.589)	(3.687)					
		<u>4.571</u>	<u>2.305</u>					
Superávit (déficit) do exercício		(735.186)	334.166					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(735.186)	334.166
Ajustes do exercício anterior	-	(461.820)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	434.169	254.486
Outros créditos	673.581	(441.524)
Bloqueio judicial	304.857	(101.583)
Fornecedores	(25.119)	(15.545)
Obrigações sociais e trabalhistas	(193.348)	39.437
Provisões de férias	(377.402)	473.054
Outros passivos	(437.178)	172.138
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(355.626)	252.809
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(355.626)	252.809
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	458.704	205.895
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	103.078	458.704
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(355.626)	252.809

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 688.649 e R\$ 1.370.434, respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM

A Central de Convênios – Prestação de Serviços, tem por objetivo, executar apoio técnico para o gerenciamento das atividades administrativas internas, como por exemplo, o serviço de digitalização de documentos, com objetivo de otimizar custos para suas unidades.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos na Normas e Procedimentos Contábeis CPC nº 25 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas

na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	89	95
Aplicações financeiras	102.989	458.609
	103.078	458.704

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM.

6 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	82.401	241.643
IRRF a recolher	37.788	59.710
FGTS a recolher	11.486	37.491
INSS sobre autônomos a recolher	19.391	23.763
Empréstimo consignado a pagar	27.720	8.673
Outros	-	22.755
	178.786	332.697

7 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

8 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	123.676	106.739
Material médico hospitalar	59.268	95.773
	182.944	202.512

10 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	7.160	5.992
	7.160	5.992
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(2.589)	(3.523)
Juros e multas de mora	-	(164)
	(2.589)	(3.687)

11 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Prestação de serviço – ADM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Central de Convênios – Prestação de serviço – ADM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Central de Convênios – Prestação de serviço – ADM, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Administração

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	857.959	1.066.193	Fornecedores		127.203	154.876
Outros créditos	5	8.850.626	10.667.679	Obrigações fiscais		75	-
		9.708.585	11.733.872	Obrigações sociais e trabalhistas	8	871.432	1.075.312
				Provisões de férias	9	1.201.334	1.343.834
				Contratos a pagar		190.669	164.185
				Outros passivos	10	3.650.917	6.654.734
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	6	664.124	847.659	Provisão para contingências		-	13.887
Imobilizado	7	682.251	690.876			-	13.887
		1.346.375	1.538.535	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		3.842.462	4.444.110
				Superávits (déficits) acumulados		1.170.868	(578.531)
						5.013.330	3.865.579
Total do ativo		11.054.960	13.272.407	Total do passivo e patrimônio líquido		11.054.960	13.272.407

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020			Patrimônio social	Déficits acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Convênios de atendimentos médicos		461.582	654.129	31 de dezembro de 2019		3.995.267	551.554
Outras receitas	1 (vi)	16.045.902	15.346.420	Ajuste do exercício anterior		(75.610)	-
		16.507.484	16.000.549	Amortização do imobilizado		(27.101)	-
Despesas operacionais				Superávit do exercício		-	(578.531)
Com pessoal		(13.419.346)	(13.745.743)	Incorporação ao patrimônio social		551.554	(551.554)
Medicamentos e insumos hospitalares		(5.960)	(137.425)				-
Prestadores de serviços médicos	11	(155.613)	(106.605)	Saldos em			
Prestadores de serviços de terceiros	12	(798.486)	(990.408)	31 de dezembro de 2020		4.444.110	(578.531)
Administrativas e gerais	13	(921.755)	(602.122)	Amortização do imobilizado		(23.117)	(23.117)
Contingências e despesas judiciais		(15.366)	(972.362)	Superávit do exercício		-	1.170.868
		(15.316.526)	(16.554.665)	Incorporação ao patrimônio social		(578.531)	578.531
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		1.190.958	(554.116)				-
Receitas financeiras	14	14.905	12.857	Saldos em			
Despesas financeiras	14	(34.995)	(37.272)	31 de dezembro de 2021		3.842.462	1.170.868
		(20.090)	(24.415)				5.013.330
Superávit (déficit) do exercício		1.170.868	(578.531)				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		1.170.868	(578.531)
Ajustes do exercício anterior		-	(75.610)
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		(13.887)	-
Variações nos ativos e passivos:			
Outros créditos		1.817.053	1.919.950
Bloqueio judicial		183.535	16.341
Fornecedores		(27.673)	12.477
Obrigações fiscais		75	-
Obrigações sociais e trabalhistas		(203.880)	684.316
Provisões de férias		(142.500)	1.343.834
Contratos a pagar		26.484	159.981
Outros passivos		(3.003.817)	(3.008.599)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(193.742)	474.159
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		(14.492)	(65.333)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(14.492)	(65.333)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(208.234)	408.826
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.066.193	657.367
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		857.959	1.066.193
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(208.234)	408.826

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 3.596.385 e R\$ 3.683.859, respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Administração

A Central de Convênios – Administração, tem por objetivo, executar apoio administrativo para o gerenciamento dos contratos/convênios sob sua responsabilidade.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 - Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 - Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 - Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e de mercado.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos na Normas e Procedimentos Contábeis CPC nº 25 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	22.361	442.754
Aplicações financeiras	835.598	623.439
	857.959	1.066.193

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a valores a receber das despesas compartilhadas com as unidades.

6 - Bloqueios judiciais

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios.

7 - Imobilizado

Descrição	2021	2020
Móveis e utensílios	1.070.775	1.056.662
Máquinas e equipamentos	206.455	206.455
Equipamentos hospitalares	40.579	40.579
Equipamentos de informática	450.719	450.341
Aparelhos e instrumentos	564.851	564.850
Linhas telefônicas	3.689	3.689
Software	16.282	16.282
(-) Depreciação acumulada	(1.671.099)	(1.647.982)
	682.251	690.876

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	504.766	620.960
Rescisões a pagar	-	9.685
IRRF a recolher	188.795	218.035
FGTS a recolher	89.900	111.193
INSS sobre autônomos a recolher	57.672	68.453
Empréstimo consignado a pagar	24.580	43.584
Outros	5.719	3.402
	871.432	1.075.312

9 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

11 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de informática	507.034	495.421
Serviços de manutenção predial	1.700	37.475
Serviços de refeitório	2.373	3.482
Locação de veículos e equipamentos	87.426	162.234
Serviços de manutenção de equipamentos	508	6.065
Serviços administrativos	44.959	112.128
Serviços de motorista	152.470	173.603
Outros serviços	2.016	-
	798.486	990.408

12 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	3.604	4.387
Material de conservação e reparo	8.480	12.287
Material de consumo administrativo	178.390	186.672
Utilidade pública (água, luz, telefone)	78.118	135.234
Seguros patrimoniais	-	-
Outras despesas	673.404	263.542
	941.996	602.122

14 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	14.905	12.857
	14.905	12.857
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(11.599)	(15.840)
Juros financeiros	(70)	(1.747)
Juros e multas de mora	(23.326)	(19.685)
	(34.995)	(37.272)

15 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Administração não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Administração

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Administração, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Administração, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adota-

das no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

dade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André I

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	20	20		Circulante			
Convênios e contratos a receber	<u>2.079.034</u>	<u>25.717.623</u>	<u>2.079.054</u>	Fornecedores		1.112.250	4.898.218
				Obrigações fiscais		606.838	692.532
				Obrigações sociais e trabalhistas		-	63.938.123
				Outros passivos		<u>359.946</u>	<u>424.629</u>
						<u>2.079.034</u>	<u>69.953.502</u>
Não circulante							
Bloqueio judicial	<u>195</u>	<u>195</u>	<u>195</u>	Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social		(64.468)	(44.235.664)
				Superávits acumulados		64.683	-
						<u>215</u>	<u>(44.235.664)</u>
Total do ativo		2.079.249	25.717.838	Total do passivo e patrimônio líquido		2.079.249	25.717.838

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Receitas operacionais								
Outras receitas		64.683	-	Saldos em				
		<u>64.683</u>	-	31 de dezembro de 2019		<u>(44.371.844)</u>	<u>(330)</u>	<u>(44.372.174)</u>
				Ajuste do exercício anterior		136.510	-	136.510
				Incorporação ao patrimônio social		(330)	330	-
Despesas operacionais								
Outras despesas		-	-	Saldos em				
		-	-	31 de dezembro de 2020		<u>(44.371.844)</u>	-	<u>(44.372.174)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>64.683</u>	-	Ajuste do exercício anterior	2	44.171.196		44.171.196
Receitas financeiras		-	-	Superávit do exercício		-	64.683	64.683
Despesas financeiras		-	-					
		-	-					
Superávit do exercício		<u>64.683</u>	-	Saldos em				
				31 de dezembro de 2021		<u>(64.468)</u>	<u>64.683</u>	<u>215</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	64.683	-
Ajustes do exercício anterior	44.171.196	10
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	23.638.589	-
Fornecedores	(3.785.968)	-
Obrigações fiscais	(85.694)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(63.938.123)	-
Outros passivos	(64.683)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	10
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Baixa de empréstimos bancários	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades financeiras	-	-
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	10
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20	20
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	10

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. O contrato foi encerrado em junho de 2015.

2. Ajuste do exercício anterior

Com base nos pareceres jurídicos, a Administração efetuou baixas de impostos de renda sobre folha de pagamento, de fornecedores e de convênios a receber devido ao seu prazo decadencial e prescricional.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André I**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André I, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André I, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. São Caetano do Sul

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	901.250	567.704	Fornecedores		36.450	31.180
Convênios e contratos a receber	5	591.396	707.694	Obrigações fiscais		5.211	20.848
Outros créditos		719	1.086	Obrigações sociais e trabalhistas	7	384.691	403.811
		<u>1.493.365</u>	<u>1.276.484</u>	Provisões de férias	8	473.128	495.260
				Outros passivos	9	<u>105.012</u>	<u>343.259</u>
						<u>1.004.492</u>	<u>1.294.358</u>
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	6	<u>1.058.391</u>	<u>1.156.615</u>	Provisão para contingências	10	<u>183.661</u>	<u>123.827</u>
		<u>1.058.391</u>	<u>1.156.615</u>	Patrimônio líquido		<u>183.661</u>	<u>123.827</u>
				Patrimônio social		1.060.328	495.409
				Superávits acumulados		<u>303.275</u>	<u>519.505</u>
						<u>1.363.603</u>	<u>1.014.914</u>
Total do ativo		2.551.756	2.433.099	Total do passivo e patrimônio líquido		2.551.756	2.433.099

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021	2020			Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Convênios público - Municipal	1 (vi)	6.981.213	7.446.289	31 de dezembro de 2019		<u>1.087.907</u>	<u>(52.326)</u>	<u>1.035.581</u>
Outras receitas		-	231.726	Ajuste do exercício anterior		(540.172)	-	(540.172)
		<u>6.981.213</u>	<u>7.678.015</u>	Superávit do exercício		-	519.505	519.505
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social		(52.326)	52.326	-
Com pessoal		(5.673.668)	(5.377.443)					
Prestadores de serviços médicos		(53.287)	-	Saldos em				
Prestadores de serviços de terceiros	11	(323.255)	(827.179)	31 de dezembro de 2020		<u>495.409</u>	<u>519.505</u>	<u>1.014.914</u>
Administrativas e gerais	12	(364.433)	(486.343)	Ajuste do exercício anterior		45.414	-	45.414
Atividades acadêmicas		(133.217)	(346.365)	Superávit do exercício		-	303.275	303.275
Contingências e despesas judiciais		(139.715)	(124.007)	Incorporação ao patrimônio social		519.505	(519.505)	-
		<u>(6.687.575)</u>	<u>(7.161.337)</u>					
Superávit antes do resultado financeiro		293.638	516.678					
Receitas financeiras	13	11.158	10.594	Saldos em				
Despesas financeiras	13	(1.521)	(7.767)	31 de dezembro de 2021		<u>1.060.328</u>	<u>303.275</u>	<u>1.363.603</u>
Superávit do exercício		303.275	519.505					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		303.275	519.505
Ajustes do exercício anterior		45.414	(540.172)
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		59.834	(107.899)
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios e contratos a receber		116.298	(265.104)
Outros créditos		367	(66)
Bloqueio judicial		98.224	(64.971)
Fornecedores		5.270	11.370
Obrigações fiscais		(15.637)	20.848
Obrigações sociais e trabalhistas		(19.120)	63.046
Provisões de férias		(22.132)	495.260
Outros passivos		(238.247)	145.106
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		333.546	276.923
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		333.546	276.923
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		567.704	290.781
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		901.250	567.704
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		333.546	276.923

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 1.520.543,02 e R\$ 1.441.155, respectivamente.

(vi) Central de Convênios – São Caetano do Sul

Em 31 de janeiro de 2020 foi celebrado o Convênio nº 01/2020 – Processo nº 24/2020 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de estabelecer programa de assistência aos dependentes químicos e portadores de outros transtornos mentais de forma eficaz e humanizada, oferecendo o primeiro atendimento, acompanhamento e tratamento psicosocial adequado e preservando a equipe de profissionais compatíveis com as necessidades do programa para implantação e manutenção em regime de colaboração entre os participes, de um programa de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Docente-Assistencial na área de saúde. O prazo de vigência deste convênio é de doze meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o dispositivo do artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93. Em 29 de janeiro de 2021 foi celebrado o 1º Termo de Aditamento do Convênio nº 01/2020 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, prorrogando o prazo de vigência por mais doze

meses, a partir do dia 31 de janeiro de 2021. E o valor do prorrogação é de R\$ 8.047.460,79

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

BCaixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente

conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	827.876	131.536
Aplicações financeiras	73.374	436.168
	901.250	567.704

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

6 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – São Caetano do Sul.

7 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	223.740	249.427
Rescisões a pagar	15.600	-
IRRF a recolher	62.546	71.203
FGTS a recolher	40.664	41.740
INSS sobre autônomos a recolher	29.998	32.449
Empréstimo consignado a pagar	12.143	8.035
Outros	-	957
	384.691	403.811

8 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

9 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	183.661	123.827
	183.661	123.827

11 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	247.466	198.679
Serviços administrativos	-	5.030
Serviços de portaria	75.789	623.470
	323.255	827.179

12 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	122.711	254.472
Material de consumo administrativo	4.161	-
Outras despesas	237.561	231.871
	364.433	486.343

13 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	11.158	10.594
	11.158	10.594
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.515)	(7.727)
Juros financeiros	(6)	(40)
	(1.521)	(7.767)

14 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan

Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – São Caetano do Sul

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – São Caetano do Sul, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executarmos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Rio Grande da Serra

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante						Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	Fornecedores		221.525	221.525
Convênios e contratos a receber		<u>2.231.300</u>	<u>2.231.300</u>	Obrigações fiscais		50.453	50.453
		<u>2.231.308</u>	<u>2.231.300</u>	Outros passivos		1.023.646	984.311
Não circulante						<u>1.295.624</u>	<u>1.256.289</u>
Bloqueio judicial	121	<u>121</u>	<u>195</u>	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		935.805	975.206
Total do ativo		<u>2.231.429</u>	<u>2.231.495</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>935.805</u>	<u>975.206</u>
						<u>2.231.429</u>	<u>2.231.495</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Sem movimentação			2021	2020	
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis					
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota Patrimônio social	Déficits acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(88.283)	(65.780)	(154.063)		
Ajuste do exercício anterior	1.129.269	-	1.129.269		
Incorporação ao patrimônio social	(65.780)	65.780	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	975.206	-	975.206		
Ajuste do exercício anterior	(39.401)	-	(39.401)		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	935.805	-	935.805		
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis					
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Superávit do exercício					
Ajustes do exercício anterior			(39.401)		1.129.269
Variações nos ativos e passivos:					
Bloqueio judicial			74		-
Fornecedores			-		(1.128.477)
Obrigações sociais e trabalhistas			-		(792)
Outros passivos			39.335		-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	8				
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	8				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			-		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			8		-
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	8				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultados e demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação..

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Rio Grande da Serra, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Rio Grande da Serra

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Rio Grande da Serra, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Mauá

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	42	40		Fornecedores	977.755	977.755	
Convênios e contratos a receber	6.820.795	6.820.795	6.820.837	Obrigações fiscais	206.029	206.029	
				Obrigações sociais e trabalhistas	2.193.108	2.193.108	
				Outros passivos	3.503.567	3.503.567	
					6.880.459	6.880.459	
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueio judicial	1.756	1.756	1.756	Patrimônio social	(57.866)	(57.868)	(57.868)
					(57.868)	(57.868)	(57.868)
Total do ativo		6.822.593	6.822.591	Total do passivo e patrimônio líquido		6.822.593	6.822.591

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Sem movimentação			Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis					
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota Patrimônio social	Déficits acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(55.820)	(2.048)	(57.868)	Déficit do exercício	-
Incorporação ao patrimônio social	(2.048)	-		Ajuste do exercício anterior	2
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(57.868)	-	(57.868)	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	2
Ajuste do exercício anterior	2	-	2	Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	2
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(57.866)	-	(57.866)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42
				Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	2
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis					

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultado e demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Mauá, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Mauá

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Mauá, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Ribeirão Pires

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante							
Convênios e contratos a receber							
		<u>3.018.392</u>	<u>3.018.392</u>	Obrigações fiscais		<u>-</u>	4.681
		<u>3.018.392</u>	<u>3.018.392</u>	Outros passivos		<u>2.162.625</u>	<u>2.140.121</u>
						2.162.625	2.144.802
Patrimônio líquido							
Patrimônio social							
						<u>855.767</u>	<u>873.590</u>
						855.767	873.590
Total do ativo		<u>3.018.392</u>	<u>3.018.392</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.018.392</u>	<u>3.018.392</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

Sem movimentação

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.034.738		- 2.034.738	
Ajuste do exercício anterior	(1.161.148)		- (1.161.148)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	873.590		- 873.590	
Ajuste do exercício anterior	(17.823)		- (17.823)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	855.767		- 855.767	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

2021

2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Superávit do exercício

Ajustes do exercício anterior (17.823) (1.161.148)

Variações nos ativos e passivos:

Fornecedores - (937.186)

Obrigações fiscais (4.681) (41.787)

Outros passivos 22.504 2.140.121

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa - -

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício - -

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício - -

Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa - -

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultado e as demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

ternacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Central de Convênios – Ribeirão Pires
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Ribeirão Pires, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Ribeirão Pires, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e in-

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executarmos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Caeiras

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		425	423	Obrigações fiscais		33.015	33.015
Outros créditos		2.924	11.554	Outros passivos		-	8.620
		3.349	11.977			33.015	41.635
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueio judicial		998.066	998.061	Patrimônio social		968.400	968.403
		998.066	998.061			968.400	968.403
Total do ativo		1.001.415	1.010.038	Total do passivo e patrimônio líquido		1.001.415	1.010.038

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

Sem movimentação

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(305.505)	144.899	(160.606)	
Ajuste do exercício anterior	1.129.009	-	1.129.009	
Incorporação ao patrimônio social	144.899	(144.899)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	968.403	-	968.403	
Ajuste do exercício anterior	(3)	-	(3)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	968.400	-	968.400	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Superávit do exercício

Ajustes do exercício anterior (3) 1.129.009

Variações nos ativos e passivos:

Outros créditos	8.630	(3.121)
Bloqueio judicial	(5)	217.208
Fornecedores	-	(32.000)
Contratos a pagar	-	(355.992)
Outros passivos	(8.620)	(954.690)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2	414
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	2	414
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	423	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	425	423
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	2	414

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultado e demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Caeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Caeiras, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Caeiras, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos

julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, deveremos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Guarulhos

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.525	1.738.450	Fornecedores	-	1.414.168	
Convênios e contratos a receber	5	9.930.697	16.942.788	Obrigações fiscais	-	141.737	
Outros créditos	6	<u>752.779</u>	<u>106.675</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	-	5.509.055	
		10.687.001	18.787.913	Provisões de férias	-	4.755.170	
				Outros passivos	-	927.182	
					-	12.747.312	
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	7	<u>8.208</u>	<u>714.208</u>	Provisão para contingências	-	2.262.879	
		8.208	714.208		-	2.262.879	
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	13.070.498	22.949.410	
				Superávits (déficits) acumulados	(2.375.289)	<u>4.260.325</u>	
					10.695.209	27.209.735	
Total do ativo		10.695.209	19.502.121	Total do passivo e patrimônio líquido		10.695.209	19.502.121

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	19.607.091	78.428.364	31 de dezembro de 2019		22.949.410	4.260.325
Outras receitas		2.990	-	Ajuste do exercício anterior	(23.265.541)	-	(23.265.541)
		19.610.081	78.428.364	Superávit do exercício	-	547.736	547.736
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social	4.260.325	(4.260.325)	-
Com pessoal		(11.689.809)	(47.347.608)				
Medicamentos e insumos hospitalares	9	(2.031.471)	(4.607.179)	Saldos em			
Prestadores de serviços médicos	10	(4.268.947)	(12.292.353)	31 de dezembro de 2020		22.949.410	4.260.325
Prestadores de serviços de terceiros	11	(3.004.493)	(9.004.973)	Ajuste do exercício anterior	31.946	-	31.946
Administrativas e gerais	12	(642.868)	(2.075.232)	Acervo líquido cindido	8	8.546.622	-
Contingências e despesas judiciais		(382.847)	(2.551.118)	Déficit do exercício	-	(2.375.289)	(2.375.289)
Bens de terceiros	3 (d)	-	(16.746)	Incorporação ao patrimônio social	547.736	(547.736)	-
		(22.020.435)	(77.895.209)				
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(2.410.354)	533.155	Saldos em			
Receitas financeiras	13	41.584	33.963	31 de dezembro de 2021		13.070.498	(2.375.289)
Despesas financeiras	13	(6.519)	(19.382)				10.695.209
		35.065	14.581				
Superávit (déficit) do exercício		(2.375.289)	547.736				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		(2.375.289)	547.736
Ajustes do exercício anterior		31.946	(23.265.541)
Acervo líquido cindido		8.546.622	-
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		(2.262.879)	1.370.202
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios e contratos a receber		7.012.091	17.270.149
Outros créditos		(646.104)	(94.288)
Bloqueio judicial		706.000	(38.463)
Fornecedores		(1.414.168)	368.221
Obrigações fiscais		(141.737)	(38.537)
Obrigações sociais e trabalhistas		(5.509.055)	(162.186)
Provisões de férias		(4.755.170)	4.755.170
Outros passivos		(927.182)	128.455
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(1.734.925)	840.918
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(1.734.925)	840.918
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.738.450	897.532
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.525	1.738.450
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(1.734.925)	840.918

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 3.132.869 e R\$ 12.689.159, respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Guarulhos

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o Convênio nº 8822/2015-FMS-PA nº 19.612/15-SS entre a Prefeitura Municipal de Guarulhos, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de cooperação técnica e financeira visando a gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre os participes, e integrar as Policlínicas Maria Dirce e Paraíso, e Unidades de Pronto Atendimento – UPA São João – Lavras e UPA Cumbica, na rede regionalizada e hierarquizada de estabelecimentos de saúde que constituem o SUS Guarulhos, de modo a garantir aos seus usuários atenção integral, humanizada e de qualidade, em ação conjunta a ser desenvolvida entre o Município, por meio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC. Em dezembro de 2017, a Prefeitura transferiu os serviços da unidade Paraíso para a nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Cumbica “Prefeito Vicentino Papotto”, também sob administração da Fundação do ABC. Com capacidade para 400 atendimentos diários, a unidade oferece assistência de urgência e emergência em clínica médica e pediatria, além de exames de raio X e

atendimento odontológico. Todas as unidades estão inseridas na rede de estabelecimentos da saúde do SUS/Guarulhos, com a finalidade de servir como referência para a prestação de assistência integral à saúde dos usuários, particularmente nos níveis de baixa e média complexidade. O prazo de vigência deste convênio é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 1 de abril de 2015, podendo ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo. Em 31 de março de 2020, foi celebrado o Termo de Aditamento nº 04-19/2020-FMS, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência para doze meses compreendendo o período de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021, ou em menor prazo mediante conclusão de Chamamento Público, exclusão do equipamento PA Paraíso. Não houve renovação do Contrato, encerrando em março de 2021.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	-	7
Banco conta movimento	169	570
Aplicações financeiras	3.356	1.737.873
	3.525	1.738.450

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Guarulhos.

6 - Outros créditos

Referem-se aos valores a receber da filial Guarulhos Indenizatórios.

7 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Guarulhos.

8 - Acervo líquido cindido

Em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão nº 8822/2015, os saldos das provisões de férias e de 13º salário com os respectivos encargos foram transferidos para a modalidade de Indenizatório.

9 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	838.489	2.177.808
Material médico hospitalar	994.997	2.241.350
Gases industriais e medicinais	194.490	156.082
Dieta enteral e parenteral	736	552
Material de limpeza e higiene	213	4.268
Outros materiais	2.546	27.119
	2.031.471	4.607.179

10 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

11 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	956.865	2.852.553
Serviços de manutenção predial	342.056	897.849
Locação de veículos e equipamentos	92.418	277.253
Serviços de lavanderia hospitalar	228.912	670.235
Serviços de manutenção de equipamentos	192.134	563.795
Serviços administrativos	21.831	87.581
Serviços de motorista	256.819	983.381
Serviços de portaria	504.677	1.514.030
Outros serviços	408.781	1.158.296
	3.004.493	9.004.973

12 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	171.544	310.191
Material de conservação e reparo	11.249	45.056
Material de consumo administrativo	58.169	301.285
Utilidade pública (água, luz, telefone)	6.385	30.638
Outras despesas	395.521	1.388.062
	642.868	2.075.232

13 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	41.584	33.963
	41.584	33.963
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(6.519)	(19.206)
Juros financeiros	-	(176)
	(6.519)	(19.382)

14 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Guarulhos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Guarulhos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Guarulhos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demons-

trações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Guarulhos, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.985	73.216	Fornecedores	6	25.755.851	29.749.254
Convênios e contratos a receber	5	356.174	6.882.414	Obrigações fiscais	7	1.007.806	1.057.679
Outros créditos		384.597	220.462	Obrigações sociais e trabalhistas	8	-	20.798.798
		744.756	7.176.092	Outros passivos	9	382.407	1.512.342
						27.146.064	53.118.073
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueio judicial		179	759.282	Patrimônio social		(24.201.969)	(54.887.608)
		179	759.282	Superávits (déficits) acumulados		(2.199.160)	9.704.909
Total do ativo		744.935	7.935.374	Total do passivo e patrimônio líquido		744.935	7.935.374

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	-	199.828.861	31 de dezembro de 2019		(36.401.740)	(26.291.848) (62.693.588)
Outras receitas		17.578	-	Ajuste do exercício anterior		7.805.980	- 7.805.980
		17.578	199.828.861	Déficit do exercício		-	9.704.909 9.704.909
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social		(26.291.848)	26.291.848 -
Com pessoal		(1.271)	(115.134.434)	Saldos em			
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(292.790)	(8.961.669)	31 de dezembro de 2020		(54.887.608)	9.704.909 (45.182.699)
Prestadores de serviços médicos		-	(38.475.462)	Ajuste do exercício anterior	10	20.980.730	- 20.980.730
Prestadores de serviços de terceiros	12	(101.142)	(21.964.624)	Superávit do exercício		-	(2.199.160) (2.199.160)
Administrativas e gerais		-	(2.241.926)	Incorporação ao patrimônio social		9.704.909	(9.704.909) -
Contingências e despesas judiciais	13	(1.821.585)	(184.602)	Saldos em			
Bens de terceiros	3 (d)	-	(3.162.578)	31 de dezembro de 2021		(24.201.969)	(2.199.160) (26.401.129)
		(2.216.788)	(190.125.295)				
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(2.199.210)	9.703.566				
Receitas financeiras	14	931	17.138				
Despesas financeiras	14	(881)	(15.795)				
		50	1.343				
Superávit (déficit) do exercício		(2.199.160)	9.704.909				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		(2.199.160)	9.704.909
Ajustes do exercício anterior		20.980.730	7.805.980
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		-	(5.036.153)
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios e contratos a receber		6.526.240	25.047.415
Outros créditos		(164.135)	(62.601)
Bloqueio judicial		759.103	(254.671)
Fornecedores		(3.993.403)	(15.306.787)
Obrigações fiscais		(49.873)	(832.839)
Obrigações sociais e trabalhistas		(20.798.798)	(16.161.364)
Outros passivos		(1.129.935)	(4.930.443)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(69.231)	(26.554)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(69.231)	(26.554)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.216	99.770
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.985	73.216
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(69.231)	(26.554)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 340,63 e R\$ 30.856.028, respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Santo André II

Em 30 de junho de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 348/15-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência deste contrato de gestão é de cinco anos, contados a partir do dia 1 de julho de 2015. Em 30 de dezembro de 2019, foi celebrado o 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 348/2015-PJ, Termo Aditivo nº 238/2019, apresentando o valor do Plano Operativo para a vigência do contrato de 1 de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020. Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos ser-

viços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	2.875	34
Aplicações financeiras	1.110	73.182
	3.985	73.216

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

6 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	1.007.745	1.056.246
INSS retido de serviços a recolher	-	1.200
IRRF retido de serviços a recolher	61	210
ISS a recolher	-	23
	1.007.806	1.057.679

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Rescisões a pagar	-	20.184
IRRF a recolher	-	20.778.614
	-	20.798.798

9 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 - Ajustes do exercício anterior

Com base no parecer jurídico, a Administração efetuou baixas de impostos de renda sobre folha de pagamento, bem como os seus juros de atualização, devido a sua decadência.

11 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	-	2.177.808
Material médico hospitalar	292.790	2.241.350
Gases industriais e medicinais	-	156.082
Dieta enteral e parenteral	-	552
Material de limpeza e higiene	-	4.268
Outros materiais	-	27.119
	292.790	4.607.179

12 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	-	6.487.406
Serviços de informática	4.075	2.096.224
Serviços de manutenção predial	-	14.941
Serviços de refeitório	-	1.450.178
Locação de veículos e equipamentos	-	236.478
Serviços de lavanderia hospitalar	95.351	2.323.508
Serviços de manutenção de equipamentos	1.716	1.453.938
Serviços administrativos	-	240.527
Serviços de motorista	-	3.552.650
Serviços de logística	-	3.088.618
Serviços de portaria	-	1.012.412
Outros serviços	-	7.744
	101.142	21.964.624

13 - Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

14 - Resultado financeiro

Descrição	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	931	17.138
	931	17.138
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(881)	(15.762)
Juros financeiros	-	(33)
	(881)	(15.795)

15 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Santo André II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André II, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital e Maternidade Interlagos

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	7					
Convênios e contratos a receber	-	-					
	7	7					
Não circulante							
Bloqueio judicial	172.298	172.326		Patrimônio líquido		172.305	172.333
	172.298	172.326		Patrimônio social		172.305	172.333
Total do ativo		172.305	172.333	Total do passivo e patrimônio líquido		172.305	172.333

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

Sem movimentação

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	116.884	26.107	142.991	
Ajuste do exercício anterior	29.342	-	29.342	
Incorporação ao patrimônio social	26.107	(26.107)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	172.333		- 172.333	
Ajuste do exercício anterior	(28)	-	(28)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	172.305		- 172.305	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	-	-
Ajustes do exercício anterior	(28)	29.342
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências		
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	-	310.804
Bloqueio judicial	28	1.343
Contratos a pagar	-	(133.935)
Outros passivos	-	(207.549)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	5
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	7
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	5

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultado e demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital e
Maternidade Interlagos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital e Maternidade Interlagos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital e Maternidade Interlagos, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, deveremos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.296.236	326.139	Fornecedores		63.666	87.473
Convênios e contratos a receber	5	2.289.243	4.506.285	Obrigações fiscais		607	-
Outros créditos		<u>8.761</u>	<u>9.782</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	7	1.762.118	1.659.339
		5.594.240	4.842.206	Provisões de férias	8	920.152	859.940
				Outros passivos	9	<u>252.679</u>	<u>457.920</u>
						2.999.222	3.064.672
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	6	<u>782.375</u>	<u>373.221</u>	Provisão para contingências	10	<u>8.323</u>	<u>83.775</u>
		782.375	373.221			8.323	83.775
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social		2.102.120	1.040.629
				Superávits acumulados		<u>1.266.950</u>	<u>1.026.351</u>
						3.369.070	2.066.980
Total do ativo		6.376.615	5.215.427	Total do passivo e patrimônio líquido		6.376.615	5.215.427

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Convênios público - Municipal	1 (vi)	<u>14.255.759</u>	<u>15.186.511</u>	31 de dezembro de 2019		<u>(199.818)</u>	<u>1.240.447</u>	<u>1.040.629</u>
		14.255.759	15.186.511	Superávit do exercício		-	1.026.351	1.026.351
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social		1.240.447	(1.240.447)	-
Com pessoal		(11.799.741)	(13.008.057)	Saldos em				
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(80.903)	(92.068)	31 de dezembro de 2020		<u>1.040.629</u>	<u>1.026.351</u>	<u>2.066.980</u>
Prestadores de serviços médicos		(6.949)	(10.420)	Superávit do exercício		35.140	-	35.140
Prestadores de serviços de terceiros	12	(537.472)	(434.865)	Incorporação ao patrimônio social		-	1.266.950	1.266.950
Administrativas e gerais	13	(603.380)	(537.069)	Saldos em		1.026.351	(1.026.351)	-
Contingências e despesas judiciais		(3.020)	(73.988)	31 de dezembro de 2021		<u>2.102.120</u>	<u>1.266.950</u>	<u>3.369.070</u>
Bens de terceiros	3 (d)	<u>(6.719)</u>	<u>(3.290)</u>	Superávit do exercício				
		(13.038.184)	(14.159.757)	Incorporação ao patrimônio social				
Superávit antes do resultado financeiro		1.217.575	1.026.754					
Receitas financeiras	14	50.483	2.513					
Despesas financeiras	14	(1.108)	(2.916)					
		49.375	(403)					
Superávit do exercício		1.266.950	1.026.351					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		1.266.950	1.026.351
Ajuste do exercício anterior		35.140	-
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		72.488	(18.986)
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios e contratos a receber		2.217.042	(1.211.498)
Outros créditos		1.021	(1.026)
Bloqueio judicial		(409.154)	(47.547)
Fornecedores		(23.807)	5.465
Obrigações fiscais		607	-
Obrigações sociais e trabalhistas		102.779	(541.301)
Provisões de férias		60.212	859.940
Outros passivos		(205.241)	152.382
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.970.097	315.254
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		2.970.097	315.254
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		326.139	10.885
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.296.236	326.139
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		2.970.097	315.254

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 3.162.330 e R\$ 3.486.159, respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba

Em 31 de julho de 2017 foi celebrado o Termo de Convênio entre a Prefeitura do Município de Itatiba e a Fundação do ABC, que tem por objeto a gestão, o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidade de Saúde da Família no município de Itatiba-SP, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e diretrizes de SMS. Em 31 de julho de 2020, foi celebrado o Quarto Termo de Aditamento ao Termo de Convênio que tem por finalidade prorrogação de prazo de vigência por mais doze meses. Em 31 de julho de 2021, foi celebrado o Quinto Termo de Aditamento ao Termo de Convênio que tem por finalidade prorrogação de prazo de vigência por mais doze meses.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas

disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 - Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	-	5
Banco conta movimento	17	120.037
Aplicações financeiras	3.296.219	206.097
	3.296.236	326.139

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio firmado com a Prefeitura de Município de Itatiba.

6 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba.

7 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	597.356	584.925
IRRF a recolher	130.809	119.835
FGTS a recolher	988.393	871.713
INSS sobre autônomos a recolher	50.999	44.282
Empréstimo consignado a pagar	23.132	20.095
Outros	14.123	6.058
	1.762.118	1.659.339

8 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos incidentes.

9 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus as-

sessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	8.323	43.775
Cível	-	40.000
	8.323	83.775

11 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	83	-
Material médico hospitalar	1.599	10.819
Gases industriais e medicinais	457	394
Material de limpeza e higiene	59.344	63.489
Outros materiais	19.420	17.366
	80.903	92.068

12 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de informática	-	65
Serviços de manutenção predial	218.746	149.117
Locação de veículos e equipamentos	46.000	44.400
Serviços de manutenção de equipamentos	248.857	206.135
Serviços administrativos	17.228	28.849
Outros serviços	6.641	6.299
	537.472	434.865

13 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	29.245	25.855
Material de conservação e reparo	4.871	1.692
Material de consumo administrativo	39.070	42.916
Utilidade pública (água, luz, telefone)	5.758	7.190
Outras despesas	524.436	459.416
	603.380	537.069

14 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	50.483	2.513
	50.483	2.513
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.108)	(2.916)
	(2.916)	(3.250)

15 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido

e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais ris-

cos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Secretaria de Educação do Município de Santo André

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	973.059	359.321	Fornecedores		72.973	15.093
Outros créditos	6	38	38	Obrigações fiscais		516	-
		973.065	359.359	Obrigações sociais e trabalhistas	6	429.603	424.729
				Provisões de férias	7	107.847	108.500
				Outros passivos	8	<u>32.497</u>	<u>51.538</u>
						643.436	599.860
Não circulante							
Bloqueio judicial	5	<u>155</u>	<u>1.246</u>	Patrimônio líquido			
		155	1.246	Patrimônio social		(235.991)	(67.131)
				Superávits acumulados		<u>565.775</u>	<u>(172.124)</u>
						329.784	(239.255)
Total do ativo		973.220	360.605	Total do passivo e patrimônio líquido		973.220	360.605

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Parceria público - Municipal	1 (vi)	<u>3.702.906</u>	<u>1.958.714</u>	31 de dezembro de 2019		<u>59.397</u>	<u>12.260</u>	<u>71.657</u>
		3.702.906	1.958.714	Ajuste do exercício anterior		(138.788)	-	(138.788)
Despesas operacionais				Déficit do exercício		-	(172.124)	(172.124)
Com pessoal		(2.823.663)	(1.982.645)	Incorporação ao patrimônio social		12.260	(12.260)	-
Medicamentos e insumos hospitalares		(6.864)	-					
Prestadores de serviços de terceiros		(20.500)	(5.031)	Saldos em				
Administrativas e gerais	9	(192.039)	(149.944)	31 de dezembro de 2020		<u>(67.131)</u>	<u>(172.124)</u>	<u>(239.255)</u>
Contingências e despesas judiciais		(1.002)	-	Ajuste do exercício anterior		3.264	-	3.264
Bens de terceiros	3 (d)	<u>(109.548)</u>	<u>-</u>	Superávit do exercício		-	565.775	565.775
		(3.153.616)	(2.137.620)	Incorporação ao patrimônio social		(172.124)	172.124	-
Superávit (déficit)								
antes do resultado financeiro		549.290	(178.906)	Saldos em				
Receitas financeiras	10	26.195	10.266	31 de dezembro de 2021		<u>(235.991)</u>	<u>565.775</u>	<u>329.784</u>
Despesas financeiras	10	(9.710)	(3.484)	Ajuste do exercício anterior		3.264	-	3.264
		16.485	6.782	Superávit do exercício		-	565.775	565.775
Superávit (déficit) do exercício		565.775	(172.124)	Incorporação ao patrimônio social		(172.124)	172.124	-

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	565.775	(172.124)
Ajustes do exercício anterior	3.264	(138.788)
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	32	(38)
Bloqueio judicial	1.091	252.866
Fornecedores	57.880	(19.956)
Obrigações fiscais	516	-
Obrigações sociais e trabalhistas	4.874	(402.911)
Provisões de férias	(653)	108.500
Outros passivos	(19.041)	(190.428)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	613.738	(562.879)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	613.738	(562.879)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	359.321	922.200
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	973.059	359.321
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	613.738	(562.879)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 756.741,68 e R\$ 531.349, respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Em 5 de abril de 2018 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objeto o Gerenciamento, operacionalização, formação e execução de ações complementares na Rede Municipal de Ensino, junto ao Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar (CAEM), Pólo Bilíngue, NANASA, unidades escolares e equipamentos municipais, devendo sempre ser considerada a concepção educacional da rede, na perspectiva da Educação Inclusiva. Em 28 de dezembro de 2020 foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2021 e repactuar o valor repassado a Entidade. Em 16 de agosto de 2021 foi celebrado o 5º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objetivo repactuar o valor repassado a Entidade.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	124	346
Aplicações financeiras	972.935	358.975
	973.059	359.321

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios na Secretaria de Educação do Município de Santo André.

6 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	113.520	86.324
Rescisões a pagar	-	8.185
IRRF a recolher	35.283	31.301
FGTS a recolher	258.367	279.519
INSS sobre autônomos a recolher	21.936	18.041
Empréstimo consignado a pagar	497	1.358
Outros	-	1
	429.603	424.729

7 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

8 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Material de conservação e reparo	2.463	-
Material de consumo administrativo	35.723	232
Outras despesas	153.853	149.712
	192.039	149.944

10 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	26.195	10.266
	26.195	10.266
Tarifas e serviços bancários	(9.710)	(3.479)
Juros financeiros	-	(5)
	(9.710)	(3.484)

11 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Secretaria de
Educação do Município de Santo André**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.435.233	1.349.763	Fornecedores	8	3.195.810	2.783.526
Convênios e contratos a receber	5	983.120	1.165.440	Obrigações fiscais	9	163.608	169.696
Estoques	6	2.020.338	3.409.859	Obrigações sociais e trabalhistas	10	2.670.306	1.930.541
Outros créditos	-		102	Provisões de férias	11	2.112.221	1.409.182
		5.438.691	5.925.164	Outros passivos	12	<u>369.277</u>	<u>312.098</u>
						8.511.222	6.605.043
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	7	<u>9.687</u>	<u>91.867</u>	Provisão para contingências	13	<u>85.568</u>	<u>104.209</u>
		9.687	91.867			85.568	104.209
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(684.569)	3.297.597
				Déficits acumulados		(2.463.843)	(3.989.818)
						(3.148.412)	(692.221)
Total do ativo		5.448.378	6.017.031	Total do passivo e patrimônio líquido		5.448.378	6.017.031

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	61.373.332	42.947.188	31 de dezembro de 2019	-	3.286.042	3.286.042
Repasso público - COVID-19	1 (vii)	26.200.121	11.356.459	Ajuste do exercício anterior	11.555	-	11.555
Outras receitas		116	2.207	Déficit do exercício	-	(3.989.818)	(3.989.818)
		87.573.569	54.305.854	Incorporação ao patrimônio social	3.286.042	(3.286.042)	-
Despesas operacionais				Saldos em			
Com pessoal		(26.169.866)	(18.160.652)	31 de dezembro de 2020	3.297.597	(3.989.818)	(692.221)
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(12.836.174)	(6.824.476)	Ajuste do exercício anterior	7.652	-	7.652
Prestadores de serviços médicos	16	(31.037.394)	(19.834.554)	Déficit do exercício	-	(2.463.843)	(2.463.843)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(8.928.310)	(5.866.734)	Incorporação ao patrimônio social	(3.989.818)	3.989.818	-
Administrativas e gerais	17	(9.825.048)	(7.583.941)	Saldos em			
Bens de terceiros	3 (e)	(1.291.794)	(23.717)	31 de dezembro de 2021	(684.569)	(2.463.843)	(3.148.412)
		(90.088.586)	(58.294.074)				
Déficit antes do resultado financeiro		(2.515.017)	(3.988.220)				
Receitas financeiras	18	82.849	24.815				
Despesas financeiras	18	(31.675)	(26.413)				
		51.174	(1.598)				
Déficit do exercício		(2.463.843)	(3.989.818)				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(2.463.843)	(3.989.818)
Ajustes do exercício anterior		7.652	11.555
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		(18.641)	(21.959)
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios e contratos a receber		182.320	(1.165.440)
Estoques		1.389.521	(2.802.083)
Outros créditos		102	(102)
Bloqueio judicial		82.180	(26.511)
Fornecedores		412.284	2.229.786
Obrigações fiscais		(6.088)	59.258
Obrigações sociais e trabalhistas		739.765	356.309
Provisões de férias		703.039	1.409.181
Outros passivos		57.179	94.825
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		1.085.470	(3.844.999)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		1.085.470	(3.844.999)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.349.763	5.194.762
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.435.233	1.349.763
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		1.085.470	(3.844.999)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuitades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 7.013.524 e R\$ 4.867.055, respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Em 19 de junho de 2019 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 58 - Processo nº 1.163/2018 - Chamamento Público nº 02/19 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com o objeto de gerenciamento, operacionalização e execução das atividades e dos serviços de saúde no Hospital Municipal de Mogi das Cruzes “Prefeito Waldemar Costa Filho”. No âmbito da assistência ambulatorial, a unidade destina-se à realização de consultas agendadas de especialidades reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde. São nove consultórios multiprofissionais ambulatoriais, além de sala de coleta de exames, sala de espera e recepção. As consultas de especialidades médicas são nas seguintes áreas: cardiologia (pré-operatório), cirurgia geral, cirurgia ginecológica, cirurgia otorrinolaringológica, cirurgia pediátrica, cirurgia urológica, cirurgia vascular, geriatria e oftalmologia (consultas pós-operatória), além do Atendimento à Vítima de Violência com pediatra e/ou infectologista, inclusive com psicólogo e assistente social. São ofertadas também consultas de Enfermagem, para orientação pré-operatória, ou para realização de exames complementares. A unidade dispõe de exames e procedimentos como colonoscopia, ecocardiografia, eletrocardiograma, endoscopia digestiva alta, estudo urodinâmico, exames laboratoriais de análises clínicas e de anatomia patológica, exames oftalmológicos, tomografia computadorizada, ultrassonografia, hemodiálise e transfusão sanguínea. O prazo de vigência deste convênio é de trinta e seis meses, podendo ser renovado, após demonstração a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes, tendo por termo inicial o encerramento da vigência do Contrato de Gestão nº 22/2014, que se dará no dia 26 de junho de 2019. O Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

“Prefeito Waldemar Costa Filho” está situado na Rua Gutermann, 577, no bairro Braz Cubas, da cidade de Mogi das Cruzes-SP.

(vii) Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – Covid-19

Em 21 de maio de 2020, foi celebrado o Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019 - Processo nº 13.018/2020 - Chamamento Público nº 02/19 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, que tem por objeto alterar o plano repactuado contido no Contrato de Gestão nº 58/2019, com a suspensão das metas, por ser caso excepcional de fortuito ou força maior, que neste caso, a pandemia do coronavírus - Covid-19, ato imprevisível e inevitável, e incluir novos serviços de forma emergencial para gerenciamento do Hospital de Campanha em razão de Calamidade Pública em decorrência da infecção humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19), enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença. O período de vigência do aditivo é de noventa dias, com início de custeio a partir de 26 de maio de 2020, podendo ser prorrogado conforme as necessidades de atendimento à Pandemia de Covid-19 e nos termos da Lei Federal nº 13.979/2020. O hospital municipal referência para Covid-19 “HCMC-COVID-19” está localizado na Avenida Cívica, nº 1, no bairro Mogilar, na cidade de Mogi das Cruzes-SP.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	-	12
Banco conta movimento	68	873
Aplicações financeiras	2.435.165	1.348.878
	2.435.233	1.349.763

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura de Mogi das Cruzes, por meio do Contrato de Gestão nº 58/2019.

6 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	1.221.547	1.531.890
Material médico hospitalar	736.179	1.435.876
Gases industriais e medicinais	-	276.967
Material de limpeza e higiene	8.738	19.693
Material de manutenção	46.193	52.948
Outros materiais	7.681	92.485
	2.020.338	3.409.859

7 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes.

8 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

9 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	78.449	93.144
INSS retido de serviços a recolher	53.684	48.809
IRRF retido de serviços a recolher	21.340	19.055
ISS a recolher	10.135	8.688
	163.608	169.696

10 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	1.235.480	1.006.139
Rescisões a pagar	21.616	-
IRRF a recolher	138.484	106.416
FGTS a recolher	1.107.810	663.366
INSS sobre autônomos a recolher	143.720	122.479
Empréstimo consignado a pagar	20.507	5.989
Outros	2.689	26.152
	2.670.306	1.930.541

11 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

12 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

13 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	85.568	104.209
	85.568	104.209

14 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	5.682.773	3.765.749
Material médico hospitalar	5.717.728	2.808.302
Material de laboratório	35	463
Gases industriais e medicinais	1.158.740	36.955
Material de limpeza e higiene	43.240	21.418
Outros materiais	233.658	191.589
	12.836.174	6.824.476

15 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	3.682.781	2.447.887
Serviços de informática	15.549	2.822
Serviços de vigilância	324.999	301.499
Serviços de manutenção predial	333.283	7.787
Locação de veículos e equipamentos	519.610	281.297
Serviços de lavanderia hospitalar	1.071.875	547.277
Serviços de manutenção de equipamentos	1.489.402	1.144.220
Serviços administrativos	184.721	126.224
Serviços de motorista	85.123	163.611
Serviços de portaria	619.763	465.610
Outros serviços	601.204	378.500
	8.928.310	5.866.734

16 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

17 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	4.098.994	3.033.619
Material de conservação e reparo	357.217	236.937
Material de consumo administrativo	253.844	818.664
Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.147.635	2.274.733
Seguros patrimoniais	2.103	43.074
Outras despesas	1.965.255	1.176.914
	9.825.048	7.583.941

18 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	82.849	24.815
	82.849	24.815
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(31.675)	(26.389)
Juros financeiros	-	(24)
	(31.675)	(26.413)

19 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital Municipal
de Mogi das Cruzes**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade ope-

racional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Ipiranga

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	<u>7.219</u>	Outros passivos	-		<u>7.200</u>
		-	<u>7.219</u>				<u>7.200</u>
Não circulante				Patrimônio Líquido			
Bloqueio judicial	-		<u>750</u>	Patrimônio social	120		-
	-		<u>750</u>	Superávits (déficits) acumulados	(120)		<u>769</u>
Total do ativo			7.969	Total do passivo e patrimônio líquido			7.969

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Convênio público - Estadual	-	6.067.030		31 de dezembro de 2019	-	-	-
Outras receitas	-	<u>111.270</u>		Superávit do exercício	-	769	769
	-	<u>6.178.300</u>					
Despesas operacionais				Saldos em			
Com pessoal	-	(2.787.581)		31 de dezembro de 2020	-	<u>769</u>	<u>769</u>
Prestadores de serviços médicos	-	(3.257.989)		Ajuste do exercício anterior	(649)	-	(649)
Administrativas e gerais	-	(132.105)		Déficit do exercício	-	(120)	(120)
	-	<u>(6.177.675)</u>		Incorporação ao patrimônio social	769	(769)	-
Superávit antes do resultado financeiro	-	<u>625</u>					
Receitas financeiras	6	-	3.953	Saldos em			
Despesas financeiras	6	<u>(120)</u>	<u>(3.809)</u>	31 de dezembro de 2021	<u>120</u>	<u>(120)</u>	-
		<u>(120)</u>	<u>144</u>				
Superávit (déficit) do exercício		<u>(120)</u>	<u>769</u>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	<u>(120)</u>	<u>769</u>
Ajustes do exercício anterior	(649)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	750	(750)
Outros passivos	<u>(7.200)</u>	<u>7.200</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(7.219)</u>	<u>7.219</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.219)</u>	<u>7.219</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.219	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	7.219
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.219)</u>	<u>7.219</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de agosto a dezembro de 2020 no montante de R\$ 747.072. Em 2021 não houve gastos com pessoal.

(vi) Central de Convênios – Hospital Ipiranga

Em 22 de abril de 2020 foi celebrado o Convênio nº 1.225/2020 - Processo nº SES-PRC-2020/16128 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custo - Implantação e Gerenciamento de 10 (dez) Leitos na Unidade de Terapia Intensiva Adulto, 30 (trinta) leitos de Enfermaria e Centro de Triagem no Hospital Ipiranga. O prazo de vigência deste convênio foi de seis meses, tendo por termo inicial a data da assinatura.

O Hospital Ipiranga estava situado na Avenida Nazaré, 22, no Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo-SP.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(c) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	-	7.209
Aplicações financeiras	-	10
	-	7.219

5 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

6 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	-	3.953
	-	3.953
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(120)	(3.809)
	(120)	(3.809)

7 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivalente, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Ipiranga não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**A
Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital Ipiranga**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ipiranga, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ipiranga, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Geral de São Mateus

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	259.839	528.296	Obrigações fiscais		-	20.018
		259.839	528.296	Contratos a pagar	5	260.382	-
				Outros passivos		-	158.088
Não circulante						260.382	178.106
Bloqueio judicial	-		101.284	Patrimônio líquido			
	-		101.284	Patrimônio social		451.474	-
				Superávits (déficits) acumulados		(452.017)	451.474
						(543)	451.474
Total do ativo		259.839	629.580	Total do passivo e patrimônio líquido		259.839	629.580

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Convênios público - Estadual		-	2.873.019	31 de dezembro de 2019		-	-
Repasses públicos - COVID-19	1 (vi)	<u>1.894.382</u>	<u>-</u>	Superávit do período		451.474	451.474
		1.894.382	2.873.019				
Despesas Operacionais				Saldos em			
Prestadores de serviços médicos	7	(2.188.728)	(2.253.700)	31 de dezembro de 2020		-	451.474
Administrativas e gerais		<u>(165.047)</u>	<u>(170.316)</u>	Déficit do exercício		(452.017)	(452.017)
		(2.353.775)	(2.424.016)	Incorporação ao patrimônio social	451.474	(451.474)	-
Superávit (déficit)				Saldos em			
antes do resultado financeiro		(459.393)	449.003	31 de dezembro de 2021		451.474	(452.017)
Receitas financeiras	8	8.937	3.367				
Despesas financeiras	8	<u>(1.561)</u>	<u>(896)</u>				
		7.376	2.471				
Superávit (déficit) do exercício		(452.017)	451.474				(543)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(452.017)	451.474
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	101.284	(101.285)
Obrigações fiscais	(20.018)	20.019
Contratos a pagar	260.382	-
Outros passivos	(158.088)	158.088
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(268.457)	528.296
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(268.457)	528.296
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	528.296	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	259.839	528.296
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(268.457)	528.296

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente

ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos

de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) Hospital Geral de São Mateus

Em 25 de novembro de 2020 foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 1255/2020 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Convênio para até 30 de junho de 2021 e aprovar a transferência de recursos financeiros à Fundação nos meses de novembro e dezembro de 2020, para custeio do atendimento de urgência e emergência do Pronto Socorro Adulto, do Hospital Geral de São Mateus Dr. Manoel Bifulco para o enfrentamento da Pandemia do COVID-19.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	-	35
Aplicações financeiras	259.839	528.261
259.839	528.296	

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Contratos a pagar

Refere-se ao saldo remanescente do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 1255/2020 a devolver para a Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo.

6 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

7 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

8 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	8.937	3.367
	8.937	3.367
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.561)	(896)
	(1.561)	(896)

9 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios - Hospital Geral de São Mateus não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios –
Hospital Geral de São Mateus

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Geral de São Mateus, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Geral de São Mateus, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André III

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	63.977	68.775	Fornecedores	6	5.177.798	23.799.414
Convênios e contratos a receber		-	60.019.375	Obrigações fiscais	7	11.716	1.191.144
		<u>63.977</u>	<u>60.088.150</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		-	24.461.405
				Provisões de férias		-	33.775.486
				Outros passivos	8	1.478.441	1.565.709
						<u>6.667.955</u>	<u>84.793.158</u>
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	5	<u>4.342</u>	<u>255.634</u>	Provisão para contingências	9	-	5.784.636
		<u>4.342</u>	<u>255.634</u>			-	<u>5.784.636</u>
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		9.326.112	(32.024.491)
				Superávit (déficit) acumulado		(15.925.748)	1.790.481
						<u>(6.599.636)</u>	<u>(30.234.010)</u>
Total do ativo		68.319	60.343.784	Total do passivo e patrimônio líquido		68.319	60.343.784

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Convênios público - Estadual	1 (vi)	179.715.792		31 de dezembro de 2019		-	-
Convênios público - Municipal	1 (vi)	2.556.236	45.434.697	Ajuste do exercício anterior		(32.024.491)	- (32.024.491)
Outras receitas		<u>2.539</u>	<u>30</u>	Superávit do período		-	1.790.481
		<u>2.558.775</u>	<u>225.150.519</u>			1.790.481	1.790.481
Despesas operacionais				Saldos em			
Com pessoal		(799.629)	(152.829.778)	31 de dezembro de 2020		<u>(32.024.491)</u>	<u>1.790.481</u>
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(950.838)	(4.555.799)	Ajuste do exercício anterior		-	-
Prestadores de serviços médicos	12	(12.046.640)	(38.307.950)	Acervo líquido cindido	10	39.560.122	39.560.122
Prestadores de serviços de terceiros	13	(4.661.436)	(19.036.102)	Déficit do exercício		- (15.925.748)	(15.925.748)
Administrativas e gerais	14	(11.833)	(2.219.974)	Incorporação ao patrimônio social		1.790.481	(1.790.481)
Contingências e despesas judiciais		(12.284)	(5.793.462)			-	-
Bens de terceiros		-	(613.272)				
		<u>(18.482.660)</u>	<u>(223.356.337)</u>				
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(15.923.885)</u>	<u>1.794.182</u>				
Receitas financeiras	15	1.833	587	Saldos em			
Despesas financeiras	15	(3.696)	(4.288)	31 de dezembro de 2021		<u>9.326.112</u>	<u>(15.925.748)</u>
		<u>(1.863)</u>	<u>(3.701)</u>			<u>(6.599.636)</u>	
Superávit (déficit) do exercício		<u>(15.925.748)</u>	<u>1.790.481</u>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		<u>(15.925.748)</u>	<u>1.790.481</u>
Ajuste do exercício anterior		-	(32.024.491)
Acervo líquido cindido		39.560.122	-
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		(5.784.636)	5.784.636
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios a receber		60.019.375	(60.019.375)
Estoques		-	(2.802.083)
Outros créditos		-	(102)
Bloqueio judicial		251.292	(255.634)
Fornecedores		(18.621.616)	23.799.411
Obrigações fiscais		(1.179.428)	1.191.144
Obrigações sociais e trabalhistas		(24.461.405)	24.461.405
Provisões de férias		(33.775.486)	33.775.486
Outros passivos		(87.268)	1.565.709
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(4.798)</u>	<u>68.775</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		<u>(4.798)</u>	<u>68.775</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		68.775	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>63.977</u>	<u>68.775</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		<u>(4.798)</u>	<u>68.775</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuitades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 214.300 e R\$ 40.958.381, respectivamente.

(vi) Santo André III

Em 30 de junho de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 109/2020-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC para gerenciamento, operacionalização, execução e fomento de serviços da rede pública de saúde e dos hospitais de campanha COVID-19 do município de Santo André, abrangendo as áreas da atenção básica, atenção especializada, atenção hospitalar, atenção às urgências e emergências, vigilância à saúde e apoio à gestão. Este contrato decorre da autorização procedida pelo Secretário de Saúde, ao reconhecer a Dispensa de Licitação nos termos do inciso IV do artigo 24 e da Lei Federal nº. 8.666/93, a qual se acha juntada ao Processo Administrativo nº. 11.197/2020. O objetivo do presente Contrato de Gestão é fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência deste contrato de gestão é de 180

dias consecutivos, contados a partir do dia 1 de julho de 2020. A receita reconhecida em 2021 refere-se ao repasse do mês de dezembro de 2020 aprovada e paga em julho de 2021.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários,

outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	12.912	12.918
Aplicações financeiras	51.065	55.857
	63.977	68.775

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios - Santo André III.

6 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	11.716	814.638
INSS retido de serviços a recolher	-	220.926
IRRF retido de serviços a recolher	-	74.646
ISS a recolher	-	80.934
	11.716	1.191.144

8 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

10 - Acervo líquido cindido

Em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão nº 109/2020, os saldos das provisões de férias e de 13º salário com os respectivos encargos e das provisões para contingências foram transferidos para o novo Contrato de Gestão nº 444/2020, Santo André IV.

11 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	155.603	794.631
Material médico hospitalar	795.235	3.760.211
Material de laboratório	-	40
Gases industriais e medicinais	-	375
Material de limpeza e higiene	-	434
Outros materiais	-	108
	950.838	4.555.799

12 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	834.028	4.634.018
Serviços de informática	288.000	1.600.658
Serviços de refeitório	1.721.112	3.205.858
Locação de veículos e equipamentos	146.932	348.190
Serviços de lavanderia hospitalar	547.415	2.743.882
Serviços de manutenção de equipamentos	147.510	852.368
Serviços administrativos	792	229.843
Serviços de motorista	448.401	2.491.164
Serviços de logística	397.080	2.206.000
Serviços de portaria	130.166	723.301
Outros serviços	-	820
	4.661.436	19.036.102

14 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	-	365
Material de conservação e reparo	-	12.304
Material de consumo administrativo	-	24.586
Utilidade pública (água, luz, telefone)	7.697	24.860
Seguros patrimoniais	-	151
Outras despesas	4.136	2.157.708
	11.833	2.219.974

15 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.833	587
	1.833	587
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3.696)	(4.288)
	(3.696)	(4.288)

16 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios - Santo André III não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André III

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André III, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André III, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de audi-

toria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	205.645	235.634	Fornecedores		11.237	10.890
Convênios e contratos a receber	5	<u>171.797</u> <u>377.442</u>	<u>158.445</u> <u>394.079</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	7	104.016	97.571
				Provisões de férias	8	142.633	42.917
				Outros passivos	9	<u>55.977</u> <u>313.863</u>	<u>184.749</u> <u>336.127</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueio judicial	5	<u>378.174</u> <u>378.174</u>	<u>158.988</u> <u>158.988</u>	Patrimônio social		216.940	-
				Superávits acumulados		<u>224.813</u> <u>441.753</u>	<u>216.940</u> <u>216.940</u>
Total do ativo		<u>755.616</u>	<u>553.067</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>755.616</u>	<u>553.067</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Parceria público - Municipal	1 (vi)	<u>1.991.865</u> <u>1.991.865</u>	<u>792.225</u> <u>792.225</u>	31 de dezembro de 2019		-	-	-
				Superávit do período		-	216.940	216.940
Despesas operacionais				Saldos em				
Com pessoal		(1.633.964)	(527.146)	31 de dezembro de 2020		-	<u>216.940</u>	<u>216.940</u>
Administrativas e gerais		<u>(140.117)</u>	<u>(47.617)</u>	Superávit do exercício		-	224.813	224.813
		<u>(1.774.081)</u>	<u>(574.763)</u>	Incorporação ao patrimônio social	216.940	(216.940)	-	-
Superávit antes do resultado financeiro		<u>217.784</u>	<u>217.462</u>					
Receitas financeiras	11	10.614	472					
Despesas financeiras	11	<u>(3.585)</u>	<u>(994)</u>					
		<u>7.029</u>	<u>(522)</u>					
Superávit do exercício		<u>224.813</u>	<u>216.940</u>	Saldos em				
				31 de dezembro de 2021				
					<u>216.940</u>	<u>224.813</u>	<u>441.753</u>	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		<u>224.813</u>	<u>216.940</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios a receber		(13.352)	(158.445)
Bloqueio judicial		(219.186)	(158.988)
Fornecedores		347	10.891
Obrigações sociais e trabalhistas		6.445	97.571
Provisões de férias		99.716	42.916
Outros passivos		(128.772)	184.749
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>(29.989)</u>	<u>235.634</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		<u>(29.989)</u>	<u>235.634</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		235.634	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		205.645	235.634
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		<u>(29.989)</u>	<u>235.634</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 437.902 e R\$ 141.275, respectivamente.

(vi) Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Em 31 de julho de 2020 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de cooperação técnica e financeira para a operacionalização de serviços junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

O Plano de Trabalho contempla no fornecimento de Equipe multiprofissional para:

- realização de trabalho social com famílias;
- acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social, dos mais diversos;
- acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socio-

educativas em meio aberto, sendo Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço a Comunidade;

- acompanhamento mulheres, idosos e pessoas com deficiência em situação de violência ou outras situações de vulnerabilidade;
- acompanhamento de pessoas em situação de rua.

O prazo de vigência desta parceria é de doze meses, podendo ser aditado, pelo período máximo de sessenta meses.

Em 30 de julho de 2021 foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência do contrato, pelo prazo de doze meses, a contar de 1 de agosto de 2021, e consequentemente foi repactuado o valor do contrato.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo

original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contas a receber

Refere-se ao valor de repasse a receber da parceria de operacionalização de serviços prestados junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	-	35
Aplicações financeiras	205.645	235.599
	205.645	235.634

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Contas a receber

Refere-se ao repasse a receber de recursos financeiros de parceria firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André, por meio do Termo Aditivo nº 150/2021.

6 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS).

7 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	72.989	76.873
IRRF a recolher	8.116	3.130
FGTS a recolher	11.463	8.478
INSS sobre autônomos a recolher	10.576	9.090
Empréstimo consignado a pagar	872	-
	104.016	97.571

8 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

9 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

11 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	10.614	472
	10.614	472
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3.585)	(994)
	(3.585)	(994)

12 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan

Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Central de Convênios – Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André IV

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.294	Fornecedores		4.645.706
		99.294	Obrigações fiscais		125.191
			Outros passivos	6	<u>920.483</u>
					5.691.380
Não circulante			Patrimônio líquido		
Bloqueio judicial	5	59.907	Patrimônio social		(3.581.449)
		59.907	Déficits acumulados		(1.950.730)
					(5.532.179)
Total do ativo		159.201	Total do passivo e patrimônio líquido		159.201

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Receitas operacionais			Acervo líquido cindido	9	35.978.673	-	35.978.673
Convênios público - Municipal	1 (vi)	160.124.114	Acervo líquido incorporado	8	(39.560.122)	-	(39.560.122)
Repasses públicos - COVID-19	1 (vi)	79.736.600	Déficit do exercício		-	(1.950.730)	(1.950.730)
Outras receitas		<u>27.404</u>	Saldos em				
		239.888.118	31 de dezembro de 2021		(3.581.449)	(1.950.730)	(5.532.179)
Despesas operacionais			As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				
Com pessoal		(141.861.866)	Demonstração dos Fluxos de Caixa				2021
Medicamentos e insumos hospitalares	10	(2.887.582)	Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prestadores de serviços médicos	11	(71.556.927)	Déficit do exercício				(1.950.730)
Prestadores de serviços de terceiros	12	(23.210.377)	Acervo líquido cindido				35.978.673
Administrativas e gerais	13	(2.177.042)	Acervo líquido incorporado				(39.560.122)
Contingências e despesas judiciais		(11.215)	Variações nos ativos e passivos:				
Bens de terceiros	3 (c)	(132.867)	Bloqueio judicial				(59.907)
		(241.837.876)	Fornecedores				4.645.706
Déficit antes do resultado financeiro		(1.949.758)	Obrigações fiscais				125.191
Receitas financeiras	14	6.714	Outros passivos				<u>920.483</u>
Despesas financeiras	14	(7.686)	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais				99.294
		(972)	Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa				99.294
Déficit do exercício		(1.950.730)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				-
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				99.294
			Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa				99.294

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a

área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de janeiro a junho de 2021 no montante de R\$ 38.018.980.

(vi) Santo André IV

Em 23 de dezembro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 440/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas estabelecidas pelo Gestor do

Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência desta Contrato é de até 180 dias consecutivos, contados a partir do dia 28 de dezembro de 2020.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021
Banco conta movimento	99.294
	99.294

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Santo André IV.

6 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

7 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

8 - Acervo líquido incorporado

Referem-se aos saldos de provisão de férias com os respectivos encargos e das provisões para contingências transferidos da filial Santo André III, do Contrato de Gestão nº 109/2020, em decorrência da continuidade da operação no novo Contrato de Gestão nº 444/2020.

9 - Acervo líquido cindido

Em decorrência do encerramento do Contrato de Gestão nº 444/2020, os saldos das provisões de férias e de 13º salário com os respectivos encargos e das provisões para contingências foram transferidos para a modalidade Indenizatória, Santo André V.

10 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021
Medicamentos	986.591
Material médico hospitalar	1.866.550
Material de laboratório	406
Material de limpeza e higiene	1.609
Outros materiais	32.426
	2.887.582

11 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021
Serviços de limpeza hospitalar	5.498.406
Serviços de informática	1.898.667
Serviços de refeitório	4.041.284
Locação de veículos e equipamentos	497.919
Serviços de lavanderia hospitalar	3.517.269

Serviços de manutenção de equipamentos	1.030.138
Serviços administrativos	254.170
Serviços de motorista	2.996.603
Serviços de logística	2.617.787
Serviços de portaria	858.134
	23.210.377

13 - Administrativas e gerais

Descrição	2021
Gêneros alimentícios	2.254
Material de conservação e reparo	50.077
Material de consumo administrativo	29.751
Utilidade pública (água, luz, telefone)	37.959
Seguros patrimoniais	369
Outras despesas	2.056.632
	2.177.042

14 - Resultado financeiro

	2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	6.714
6.714	
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(7.595)
Juros e multas de mora	(91)
	(7.686)

15 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André IV não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André IV

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André IV, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André IV, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Ipiranga II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.263	Fornecedores		8.591
		1.263	Obrigações fiscais		23.698
			Outros passivos	6	300.056
					332.345
Não circulante			Patrimônio líquido		
Bloqueio judicial	5	462.214	Superávits acumulados		131.132
		462.214			131.132
Total do ativo		463.477	Total do passivo e patrimônio líquido		463.477

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Receitas operacionais			Superávit do período		-	131.132	131.132
Convênios público - Estadual	1 (vi)	7.405.103					
		7.405.103					
Despesas operacionais			Saldos em				
Com pessoal		(3.360.473)	31 de dezembro de 2021				
Medicamentos e insumos hospitalares		(475)					
Prestadores de serviços médicos	8	(3.655.540)					
Administrativas e gerais		(262.544)					
		(7.279.032)					
Superávit antes do resultado financeiro		126.071					
Receitas financeiras	9	10.560	Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Despesas financeiras	9	(5.499)	Superávit do período				
		5.061	Variações nos ativos e passivos:				
Superávit do período		131.132	Bloqueio judicial				
			Obrigações fiscais				
			Obrigações sociais e trabalhistas				
			Outros passivos				
			Caixa líquido gerado nas atividades operacionais				
			Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa				
			Caixa e equivalentes de caixa no início do período				
			Caixa e equivalentes de caixa no final do período				
			Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de janeiro a dezembro de 2021 no montante de R\$ 900.607.

(vi) Hospital Ipiranga II

Em 12 de janeiro de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 00007/2021, Processo nº SES-PRC-202051023 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Gerenciamento técnico e administrativo de 10 (dez) leitos de UTI e atendimento de urgência do Hospital Ipiranga. O prazo de vigência é de seis meses, a partir da data da assinatura. Em 10 de março de 2021 foi celebrado o 1º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 00007/2021, com a previsão de incluir o gerenciamento técnico e administrativo de 8 leitos de UTI, sem alteração do objeto do convênio. Em 4 de maio de 2021 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 00007/2021, com a previsão de gerenciamento de 20 (vinte) leitos de Enfermaria Adulto do Hospital Ipiranga, para garantir a assistência à pacientes de casos graves oriundos da pandemia de Coronavírus (COVID-19), bem como a prorrogação até 03/08/2021, sem alteração do objeto do convênio. Em 22 de julho de 2021 foi celebrado o 3º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 00007/2021, com a suplementação de recursos financeiros do Convênio e do 2º Termo Aditivo, bem como a prorrogação da vigência até 31/08/2021, sem alteração do objeto do Convênio.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados

pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021
Aplicações financeiras	1.263
	1.263

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exemplo do Hospital de Ipiranga II.

6 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

7 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

8 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devolutivamente suportados por contratos.

9 - Resultado financeiro

	2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	10.560
	10.560
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(5.499)
	(5.499)

10 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Hospital Ipiranga II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital Ipiranga II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Hospital Ipiranga II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 12 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Hospital Ipiranga II, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 12 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. São Mateus II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>757.666</u> 757.666	Outros passivos	6	<u>4.674</u> 4.674
Não circulante			Patrimônio líquido		
Bloqueio judicial	5	<u>122.628</u> 122.628	Superávits acumulados		<u>875.620</u> 875.620
Total do ativo		880.294	Total do passivo e patrimônio líquido		880.294

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados
Receitas operacionais					
Convênios público - Estadual	1 (vi)	<u>5.588.029</u> 5.588.029	Superávit do período	-	875.620
Despesas operacionais			Saldos em		
Com pessoal		(1.902.953)	31 de dezembro de 2021	-	875.620
Medicamentos e insumos hospitalares		(3.527)			875.620
Prestadores de serviços médicos	8	(2.574.285)			
Prestadores de serviços de terceiros		(30.976)			
Administrativas e gerais		(217.529)			
		(4.729.270)			
Superávit antes do resultado financeiro		858.759			
Receitas financeiras	9	21.775			
Despesas financeiras	9	(4.914)			
		16.861			
Superávit do período		875.620			

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		2021
		Fluxo de caixa das atividades operacionais
Superávit do período		875.620
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial		(122.628)
Outros passivos		<u>4.674</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		757.666
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		757.666
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>757.666</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		757.666

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma,

o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de agosto a dezembro de 2021 no montante de R\$ 509.991,40.

(vi) São Mateus II

Em 8 de janeiro de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 00006/2021, Processo nº SES-PRC-2020/51023 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros visando a implantação e o gerenciamento de 10 leitos de UTI Adulto no Hospital Geral de São Mateus para enfrentamento da COVID-19. O prazo de vigência é de seis meses, a partir da data da assinatura. Em 24 de março de 2021 foi celebrado o 1º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade ampliar em mais 10 leitos de

UTI e a contratação de serviços de hemodiálise a beira leito da UTI para enfrentamento do Covid-19 no Hospital Geral de São Mateus, sem alteração do objeto do convênio. Em 4 de maio de 2021 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade prorrogar por mais 60 (dias), até 06/09/2021 e ampliar os 10 leitos de UTI para 20 leitos de UTI adulto e o Serviço de Hemodiálise à beira do leito UTI

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021
Aplicações financeiras	757.665
	757.665

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do São Mateus II.

6 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

7 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

8 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

9 - Resultado financeiro

	2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	21.775
	21.775
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(4.914)
	(4.914)

10 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O São Mateus II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

A Presidência da Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - São Mateus II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 8 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - São Mateus II, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 8 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Guarulhos Indenizatório II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.615.372	Fornecedores	6	1.345.577
Convênios e contratos a receber	5	<u>8.125.040</u>	Obrigações fiscais	7	120.905
		9.740.412	Obrigações sociais e trabalhistas	8	5.933.854
			Provisões de férias	9	4.774.919
			Outros passivos	10	1.021.182
					13.196.437
Não circulante			Não circulante		
Bloqueio judicial		<u>1.517</u>	Provisão para contingências	11	<u>4.437.822</u>
		1.517			4.437.822
			Patrimônio líquido		
			Patrimônio social		(8.546.622)
			Superávits acumulados		<u>654.292</u>
					(7.892.330)
Total do ativo		9.741.929	Total do passivo e patrimônio líquido		9.741.929

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Receitas operacionais							
Convênios público - Municipal	1 (vi)	58.821.273	Acervo líquido incorporado	12	(8.546.622)	-	(8.546.622)
Outras receitas		<u>20.000</u>	Superávit do período		-	654.292	654.292
		58.841.273					(7.892.330)
Despesas operacionais			Saldos em 31 de dezembro de 2021	(8.546.622)	654.292	654.292	(7.892.330)
Com pessoal		(35.008.251)					
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(4.007.417)					
Prestadores de serviços médicos	14	(8.415.312)					
Prestadores de serviços de terceiros	15	(6.013.672)					
Administrativas e gerais	16	(2.227.348)					
Contingências e despesas judiciais		(2.534.767)					
Bens de terceiros	3 (d)	(2.756)					
		(58.209.523)					
Superávit antes do resultado financeiro		631.750					
Receitas financeiras	17	33.030					
Despesas financeiras	17	(10.488)					
		<u>22.542</u>					
Superávit do período		654.292					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do período			654.292
Acervo líquido incorporado			(8.546.622)
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências			4.437.822
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios a receber			(8.125.040)
Bloqueio judicial			(1.517)
Fornecedores			1.345.577
Obrigações fiscais			120.905
Obrigações sociais e trabalhistas			5.933.854
Provisões de férias			4.774.919
Outros passivos			1.021.182
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais			1.615.372
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			1.615.372
Caixa e equivalentes de caixa no início do período			-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período			1.615.372
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			1.615.372

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS
De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de agosto a dezembro de 2021 no montante de R\$ 9.382.211.

(vi) Guarulhos Indenizatório II

Em 1 de abril de 2020 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de cooperação técnica e financeira para a operacionalização de serviços junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Assistência Social. O Plano de Trabalho contempla no fornecimento de Equipe multiprofissional para:

- realização de trabalho social com famílias;
- acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social, dos mais diversos;
- acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socio-educativas em meio aberto, sendo Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço à Comunidade;
- acompanhamento mulheres, idosos e pessoas com deficiência em situação de violência ou outras situações de vulnerabilidade;
- acompanhamento de pessoas em situação de rua.

O prazo de vigência desta parceria é de doze meses, podendo ser aditado, pelo período máximo de sessenta meses.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de

caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021
Banco conta movimento	503
Aplicações financeiras	1.614.869
	1.615.372

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio firmado com a Prefeitura de Município de Guarulhos.

6 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2021
COFINS retido de serviços a recolher	39.792
INSS retido de serviços a recolher	53.492
IRRF retido de serviços a recolher	3.794
ISS a recolher	23.827
	120.905

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021
Salários a pagar	2.391.660
Rescisões a pagar	16.639
IRRF a recolher	595.588
FGTS a recolher	2.486.106
INSS sobre autônomos a recolher	258.409
Empréstimo consignado a pagar	162.520
Outros	22.932
	5.933.854

9 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

11 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021
Trabalhista	4.437.822
	4.437.822

12 - Acervo líquido incorporado

Referem-se aos saldos de provisão de férias com os respectivos encargos e das provisões para contingências transferidos da filial Guarulhos, em decorrência da continuidade da operação no novo contrato de gestão.

13 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021
Medicamentos	2.221.956
Material médico hospitalar	1.521.848
Gases industriais e medicinais	237.915
Dieta enteral e parenteral	7.976
Material de limpeza e higiene	1.192
Outros materiais	16.530
	4.007.417

14 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021
Serviços de limpeza hospitalar	1.913.730
Serviços de manutenção predial	614.748
Locação de veículos e equipamentos	184.835
Serviços de lavanderia hospitalar	457.825
Serviços de manutenção de equipamentos	442.001
Serviços administrativos	64.616
Serviços de motorista	513.638
Serviços de portaria	1.008.177
Outros serviços	814.102
	6.013.672

16 - Administrativas e gerais

Descrição	2021
Gêneros alimentícios	446.171
Material de conservação e reparo	22.148
Material de consumo administrativo	177.811
Utilidade pública (água, luz, telefone)	18.958
Outras despesas	1.562.260
	2.227.348

17 - Resultado financeiro

	2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	33.030
	33.030
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(10.273)
Juros financeiros	(15)
Juros e multas de mora	(201)
	(10.489)

18 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Guarulhos Indenizatório II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Guarulhos Indenizatório II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Guarulhos Indenizatório II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1 de abril de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Guarulhos Indenizatório II, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1 de abril de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a

Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André V - Indenizatório

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	493	Fornecedores	5	5.771.537
		493	Obrigações fiscais	6	133.420
			Outros passivos	7	8.102.391
					14.007.348
Não circulante			Patrimônio líquido		
Bloqueio judicial		67	Patrimônio social		(468.425)
		67	Déficits acumulados		(13.538.363)
					(14.006.788)
Total do ativo		560	Total do passivo e patrimônio líquido		560

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021	Nota	Patrimônio	Déficits	Total
Receitas operacionais						
CCôvènios público - Municipal	1 (vi)	25.478.438	Acervo líquido cindido	10	35.510.248	- 35.510.248
Outras receitas		11	Acervo líquido incorporado	9	(35.978.673)	- (35.978.673)
		25.478.449	Déficit do período		- (13.538.363)	(13.538.363)
Despesas Operacionais			Saldos em 31 de dezembro de 2021	(468.425)	(13.538.363)	(14.006.788)
Com pessoal		(22.244.111)				
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(206.535)				
Prestadores de serviços médicos	12	(11.837.788)				
Prestadores de serviços de terceiros	13	(4.337.719)				
Administrativas e gerais	14	(389.729)				
Contingências e despesas judiciais		(379)				
		(39.016.261)				
Déficit antes do resultado financeiro		(13.537.812)				
Receitas financeiras	15	888				
Despesas financeiras	15	(1.439)				
		(551)				
Déficit do período		(13.538.363)				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no mês de julho de 2021 no montante de R\$ 5.961.422.

(vi) Santo André V - Indenizatório

Compreende ao recebimento de recurso a título indenizatório da Prefeitura Municipal de Santo André.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021
Banco conta movimento	12
Aplicações financeiras	481
	493

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

6 - Obrigações fiscais

Descrição	2021
COFINS retido de serviços a recolher	133.420
	133.420

7 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

8 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

9 - Acervo líquido incorporado

Referem-se aos saldos de provisão de férias e de 13º salário com os respectivos encargos transferidos da filial Santo André IV, em decorrência da continuidade da operação do contrato de gestão.

10 - Acervo líquido cindido

Em decorrência do contrato encerrado, os saldos das provisões de férias e de 13º salário com os respectivos encargos foram transferidos para o novo Contrato de Gestão SS nº 205/2021, Santo André VI.

11 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021
Medicamentos	19.175
Material médico hospitalar	187.360
	206.535

12 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021
Serviços de limpeza hospitalar	1.020.408
Serviços de informática	354.125
Serviços de refeitório	811.329
Locação de veículos e equipamentos	90.135
Serviços de lavanderia hospitalar	638.333
Serviços de manutenção de equipamentos	185.890
Serviços administrativos	44.101
Serviços de motorista	548.045

Serviços de logística	485.320
Serviços de portaria	160.033
	4.337.719

14 - Administrativas e gerais

Descrição	2021
Material de consumo administrativo	21.829
Utilidade pública (água, luz, telefone)	5.641
Outras despesas	362.259
	389.729

16 - Resultado financeiro

	2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	888
	888
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(1.044)
Juros e multas de mora	(395)
	(1.439)

17 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André V - Indenizatório não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan

Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André V
- Indenizatório**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André V - Indenizatório, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André V - Indenizatório, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsá-

vel pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.773	Fornecedores	6	107.828
		8.773	Obrigações fiscais	7	20.172
			Outros passivos	8	654.045
					782.045
Não circulante			Patrimônio líquido		
Bloqueio judicial	5	769.304	Déficit acumulado		(3.968)
		769.304			(3.968)
Total do ativo		778.077	Total do passivo e patrimônio líquido		778.077

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Receitas operacionais			Déficit do período	-	(3.968)	(3.968)
Repasses públicos - COVID-19	1 (vi)	1.795.637	Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(3.968)	(3.968)
Outras receitas		111				
		1.795.748				
Despesas operacionais						
Prestadores de serviços médicos	10	(1.653.345)				
Administrativas e gerais		(147.136)				
		(1.800.481)				
Déficit antes do resultado financeiro		(4.733)				
Receitas financeiras	11	1.484				
Despesas financeiras	11	(719)				
		765				
Déficit do período		(3.968)				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua ativi-

dade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus - COVID-19 - São Mateus III

Em 2 de julho de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 077/2021, processo nº SES-PRC-2021/28028 entre a Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo e a Fundação do ABC com o objetivo de gerenciamento de atendimento de urgência e emergência no Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus, enfretamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo Covid-19, mediante atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde na região. O prazo de vigência deste Convênio é de dois meses, a partir da data da assinatura.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou

calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021
Banco conta movimento	16
Aplicações financeiras	8.757
	8.773

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III.

6 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2021
COFINS retido de serviços a recolher	15.252
IRRF retido de serviços a recolher	4.920
	20.172

8 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

10 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

11 - Resultado financeiro

	2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	1.484
	1.484
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(719)
	(719)

12 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Central de Convênios – Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 2 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 2 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas

referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André VI

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	194.157	Fornecedores	8	10.816.499
Convênios e contratos a receber	5	31.371.239	Obrigações fiscais	9	644.825
Outros créditos	6	<u>7.740.131</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	10	19.440.397
		39.305.527	Provisões de férias	11	32.692.107
Não circulante			Contratos a pagar		870
Bloqueio judicial	7	<u>110.892</u>	Outros passivos	12	<u>463.282</u>
		110.892			64.057.980
Total do ativo		39.416.419	Não circulante		
			Provisão para contingências	13	<u>6.673.112</u>
					6.673.112
			Patrimônio líquido		
			Patrimônio social		(35.510.248)
			Superávits acumulados		<u>4.195.575</u>
					(31.314.673)
			Total do passivo e patrimônio líquido		39.416.419

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021		Nota	Patrimônio social	Superárvits acumulados	Total
Receitas operacionais			Acervo líquido incorporado	14	(35.510.248)	-	(35.510.248)
Convênios público - Municipal	1 (vi)	151.916.260	Superávit do período		-	4.195.575	4.195.575
Repasses públicos - COVID-19	1 (vii)	41.683.611					
Outras receitas		<u>2</u>	Saldos em 31 de dezembro de 2021	(35.510.248)	4.195.575	(31.314.673)	
Despesas operacionais							
Com pessoal		(138.197.984)					
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(3.226.247)					
Prestadores de serviços médicos	16	(31.430.961)					
Prestadores de serviços de terceiros	17	(13.349.870)					
Administrativas e gerais	18	(2.231.560)					
Contingências e despesas judiciais		(935.525)					
Bens de terceiros	3 (d)	(38.950)					
		(189.411.097)					
Superávit antes do resultado financeiro		4.188.776					
Receitas financeiras	19	11.699					
Despesas financeiras	19	(4.900)					
		6.799					
Superávit do período		4.195.575					

Demonstração dos Fluxos de Caixa		2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período		4.195.575
Acervo líquido incorporado		(35.510.248)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências		6.673.112
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber		(31.371.239)
Outros créditos		(7.740.131)
Bloqueio judicial		(110.892)
Fornecedores		10.816.499
Obrigações fiscais		644.825
Obrigações sociais e trabalhistas		19.440.397
Provisões de férias		32.692.107
Contratos a pagar		870
Outros passivos		<u>463.282</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		194.157
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		194.157
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		194.157
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		194.157

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS
De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhi-

mento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de agosto a dezembro de 2021 no montante de R\$ 37.037.060.

(vi) Santo André VI

Em 29 de julho de 2021 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 205/2021-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência deste Contrato é de até 180 dias consecutivos. Em 25 de novembro de 2021 foi celebrado o Termo Aditivo do Contrato de Gestão para aditar valor e prazo final da vigência para 24 de janeiro de 2022.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração

do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021
Caixa	2
Banco conta movimento	2
Aplicações financeiras	194.153
	194.157

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura de Município de Santo André.

6 - Outros créditos

Refere-se aos valores a receber da filial Santo André – Indenizatório.

7 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Santo André VI.

8 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 - Obrigações fiscais

Descrição	2021
COFINS retido de serviços a recolher	291.727
INSS retido de serviços a recolher	222.931
IRRF retido de serviços a recolher	34.288
ISS a recolher	95.879
	644.825

10 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021
Salários a pagar	11.556.910
Rescisões a pagar	35.700
IRRF a recolher	3.306.496
FGTS a recolher	1.979.435
INSS sobre autônomos a recolher	1.363.981
Empréstimo consignado a pagar	682.864
Outros	515.011
	19.440.397

11 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

12 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

13 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021
Trabalhista	6.640.540
Cível	32.572
	6.673.112

14 - Acervo líquido incorporado

Referem-se aos saldos de provisão de férias com os respectivos encargos e das provisões para contingências transferidos da filial Santo André – Indenizatório, em decorrência da continuidade da operação no novo Contrato de Gestão SS nº 205/2021.

15 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021
Medicamentos	649.719
Material médico hospitalar	2.575.148
Material de laboratório	73
Material de limpeza e higiene	992
Outros materiais	315
	3.226.247

16 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

17 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021
Serviços de limpeza hospitalar	3.768.657
Serviços de informática	1.301.333
Serviços de refeitório	1.113.621
Locação de veículos e equipamentos	185.775
Serviços de lavanderia hospitalar	1.624.880
Serviços de manutenção de equipamentos	711.963
Serviços administrativos	233.500
Serviços de motorista	2.026.707
Serviços de logística	1.794.577

Serviços de portaria	588.558
Outros serviços	299
	13.349.870

18 - Administrativas e gerais

Descrição	2021
Gêneros alimentícios	190
Material de conservação e reparo	9.406
Material de consumo administrativo	20.784
Utilidade pública (água, luz, telefone)	20.542
Outras despesas	2.180.638
	2.231.560

19 - Resultado financeiro

	2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	11.699
	11.699
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(4.900)
	(4.900)

20 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André VI não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André VI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André VI, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 29 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André VI, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 29 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade ope-

racional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Projeto Conviver Bem

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	156.774	Fornecedores		11.720
		156.774	Obrigações sociais e trabalhistas	5	85.932
			Outros passivos		13.240
					110.892
			Patrimônio líquido		
			Superávits acumulados		45.882
					45.882
Total do ativo		156.774	Total do passivo e patrimônio líquido		156.774

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Receitas operacionais			Superávit do período		-	45.882	45.882
Parceria público - Municipal	1 (vi)	405.041	Saldos em 31 de dezembro de 2021		-	45.882	45.882
Despesas operacionais							
Com pessoal		(341.182)					
Administrativas e gerais		(18.421)					
		(359.603)					
Superávit antes do resultado financeiro		45.438					
Receitas financeiras	7	1.037					
Despesas financeiras	7	(593)					
		444					
Superávit do período		45.882					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéficiente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuitidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas,

sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de setembro a dezembro de 2021 no montante de R\$ 91.437.

(vi) Central de Convênios – Projeto Conviver Bem

Em 28 de setembro de 2021 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 160/2021 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC. Tem por objeto o programa para o desenvolvimento de formações, ações e atendimento especializado prioritariamente aos professores, podendo ser estendido aos demais profissionais que atuam nas unidades escolares ou nos equipamentos da Secretaria de Educação, visando subsidiá-los emocionalmente quanto às necessidades da Rede Municipal de Educação, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração é de doze meses, a partir da data da assinatura.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inherentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021
Aplicações financeiras	156.774
	156.774

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021
Salários a pagar	53.880
IRRF a recolher	12.098
FGTS a recolher	8.930
INSS sobre autônomos a recolher	11.024
	85.932

6 - Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2021.

7 - Resultado financeiro

	2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	1.037
	1.037
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(593)
	(593)

8 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Projeto Conviver Bem não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan

Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Central de Convênios – Projeto Conviver Bem

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Projeto Conviver Bem, as quais compreendem o balanço

patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 28 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Projeto Conviver Bem, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 28 de setembro a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demons-

trações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

CNPJ 57.571.275/0008-79

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	387.695	356	Fornecedores	7	6.526.385	8.729.728
Convênios e contratos a receber	5	10.095.000	9.192.772	Obrigações fiscais	8	169.944	1.676.041
Estoques	6	<u>777.013</u>	<u>819.411</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	9	7.228.374	22.632.047
		11.259.708	10.012.539	Provisões de férias	10	4.084.920	4.162.221
				Outros passivos		2.215.905	2.926.958
						20.225.528	40.126.995
				Não circulante			
				Provisão para contingências	11	3.298.614	3.643.248
				Outros passivos		-	578.622
						3.298.614	4.221.870
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(13.255.370)	(32.739.022)
				Superávits (déficits) acumulados		990.936	(1.597.304)
						(12.264.433)	(34.336.326)
Total do ativo		11.259.708	10.012.539	Total do passivo e patrimônio líquido		11.259.708	10.012.539

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Contrato de gestão - Municipal		54.580.000	54.580.000	31 de dezembro de 2019		(31.016.476)	2.483.462	(28.533.014)
Outras receitas		<u>97.822</u>	<u>115.665</u>	Ajuste do exercício anterior		(4.206.008)	-	(4.206.008)
		54.677.822	54.695.665	Déficit do exercício		-	(1.597.304)	(1.597.304)
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social		2.483.462	(2.483.462)	-
Com pessoal		(38.283.508)	(38.186.463)					
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(2.752.429)	(3.329.745)	Saldos em				
Prestadores de serviços médicos	14	(5.220.201)	(5.594.973)	31 de dezembro de 2020		(32.739.022)	(1.597.304)	(34.336.326)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(6.700.181)	(6.525.869)	Ajuste do exercício anterior	12	21.080.956	-	21.080.956
Administrativas e gerais	16	(465.786)	(496.831)	Superávit do exercício		990.936	990.936	
Contingências e despesas judiciais		(199.220)	(2.116.026)	Incorporação ao patrimônio social		(1.597.304)	1.597.304	-
Bens de terceiros		<u>(12.487)</u>	<u>(22.798)</u>					
		(53.633.812)	(56.272.705)	Saldos em				
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		1.044.010	(1.577.040)	31 de dezembro de 2021		(13.255.370)	990.936	(12.264.434)
Receitas financeiras	17	60	291					
Despesas financeiras	17	<u>(53.134)</u>	<u>(20.555)</u>					
Superávit (déficit) do exercício		990.936	(1.597.304)					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	990.936	(1.597.304)
Ajustes do exercício anterior	21.080.956	(4.206.008)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(344.634)	1.697.334
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(902.228)	(1.541.876)
Estoques	42.398	(66.238)
Fornecedores	(2.203.343)	1.391.336
Obrigações fiscais	(1.506.097)	(58.704)
Obrigações sociais e trabalhistas	(15.403.673)	(83.060)
Provisões de férias	(77.301)	4.162.221
Outros passivos	(1.289.675)	296.992
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	387.339	(5.307)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	387.339	(5.307)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	356	5.663
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	387.695	356
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	387.339	(5.307)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, os montantes de R\$ 10.259.980 e R\$ 10.233.972, respectivamente.

(vi) Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

O Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein – OSS é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 22 de setembro de 2008, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0008-79, com sede na Rua América do Sul, nº 285, no bairro Parque Novo Oratório, na cidade de Santo André, no estado de São Paulo. Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 522/2018 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, tem por objeto gerenciamento, operacionalização e execução das ações, caracterizado como um serviço hospitalar cuja vocação assistencial está concentrada na atenção à saúde da mulher e do recém-nascido oferecendo assistência em média complexidade nas clínicas cirúrgica e obstétrica, na assistência em alta complexidade em mastologia cirúrgica, nas unidades de terapia intensiva adulto e neonatal e leitos de gestação de alto risco, como também em atendimento em urgências/emergências, atendendo a demanda espontânea de pronto atendimento obstétrico e ginecológico. O prazo de vigência do Contrato é de cinco anos, a contar de 1 de janeiro de 2019.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos ser-

viços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	126	163
Aplicações financeiras	387.569	193
	387.695	356

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

6 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	306.467	211.111
Material médico hospitalar	268.135	385.465
Dieta enteral e parenteral	18	-
Material de limpeza e higiene	35.156	32.699
Material de manutenção	74.043	65.328
Outros materiais	93.194	124.808
	777.013	819.411

7 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	79.006	644.529
INSS retido de serviços a recolher	52.866	664.785
IRRF retido de serviços a recolher	22.727	202.461
ISS a recolher	15.345	164.266
	169.944	1.676.041

9 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	1.748.663	1.725.081
Rescisões a pagar	16.095	-
IRRF a recolher	4.664.817	20.091.234
FGTS a recolher	299.145	299.733
INSS sobre autônomos a recolher	166.532	175.652
Empréstimo consignado a pagar	123.416	128.695
Outros	209.706	211.652
	7.228.374	22.632.047

10 - Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	630.437	812.711
Cível	2.668.177	2.830.537
	3.298.614	3.643.248

12 - Ajustes do exercício anterior

Com base no parecer jurídico, a Administração efetuou baixas de impostos de renda sobre folha de pagamento, bem como os seus juros de atualização, devido a sua decadência.

13 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	785.434	1.016.374
Material médico hospitalar	1.504.350	1.651.192
Órtese e prótese	34.912	46.798
Material de laboratório	962	101
Gases industriais e medicinais	164.916	305.430
Dieta enteral e parenteral	71.762	111.339
Material de limpeza e higiene	152.513	150.360
Outros materiais	37.580	48.151
	2.752.429	3.329.745

14 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	1.927.454	1.803.861
Serviços de informática	23.348	31.440
Serviços de vigilância	554.366	576.104
Serviços de manutenção predial	285	-
Serviços de refeitório	1.931.406	1.855.063
Serviços de lavanderia hospitalar	820.329	739.128
Serviços de manutenção de equipamentos	273.527	289.677
Serviços administrativos	322.411	391.895
Outros serviços	847.055	838.701
	6.700.181	6.525.869

16 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	22.901	21.713
Material de conservação e reparo	178.574	105.036
Material de consumo administrativo	104.108	98.027
Utilidade pública (água, luz, telefone)	152.416	264.167
Seguros patrimoniais	-	1.950
Outras despesas	7.787	5.938
	465.786	496.831

17 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	60	291
	60	291
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(5.591)	(4.436)
Juros e multas de mora	(47.543)	(16.119)
	(53.134)	(20.555)

18 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

A
Presidência da
Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Municipal Irmã Dulce

CNPJ 57.571.275/0009-50

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		8.761	473.382	Fornecedores		56.887.837	58.699.317
		<u>8.761</u>	<u>473.382</u>	Obrigações fiscais		17.182.240	17.182.240
				Obrigações sociais e trabalhistas		1.348.076	1.348.076
				Outros passivos		8.404.900	6.566.928
Não circulante						<u>83.823.053</u>	<u>83.796.561</u>
Bloqueio judicial		3.844.120	3.844.120	Patrimônio líquido		(79.970.183)	(78.802.305)
		<u>3.844.120</u>	<u>3.844.120</u>	Patrimônio social		11	(676.754)
				Superávits (déficits) acumulados			
Total do ativo		<u>3.852.881</u>	<u>4.317.502</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.852.881</u>	<u>4.317.502</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Déficits (déficits) acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Contratos de gestão - Municipal		-	-	31 de dezembro de 2019		<u>(65.464.143)</u>	<u>(13.393.919)</u>	<u>(78.858.062)</u>
Despesas operacionais				Ajuste do exercício anterior		55.757	-	55.757
Com pessoal		-	-	Déficit do exercício		-	(676.754)	(676.754)
Medicamentos e insumos hospitalares		-	-	Incorporação ao patrimônio social (13.393.919)		13.393.919	-	-
Prestadores de serviços médicos		-	-	Saldos em				
Prestadores de serviços de terceiros		-	-	31 de dezembro de 2020		<u>(78.802.305)</u>	<u>(676.754)</u>	<u>(79.479.059)</u>
Administrativas e gerais		-	(4.760)	Ajuste do exercício anterior		(491.124)	-	(491.124)
Contingências e despesas judiciais		-	(671.994)	Superávit do exercício		-	11	11
Déficit antes do resultado financeiro		-	<u>(676.754)</u>	Incorporação ao patrimônio social		(676.754)	676.754	-
Receitas financeiras		11	-	Saldos em				
Despesas financeiras		-	-	31 de dezembro de 2021		<u>(79.970.183)</u>	<u>11</u>	<u>(79.970.172)</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>11</u>	<u>(676.754)</u>	As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<u>11</u>	<u>(676.754)</u>
Ajustes do exercício anterior	(491.124)	55.757
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(1.811.480)	(597.915)
Outros passivos	1.837.972	405.296
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(464.621)</u>	<u>(813.616)</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(464.621)</u>	<u>(813.616)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	473.382	1.286.998
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.761	473.382
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(464.621)</u>	<u>(813.616)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. O contrato encerrou em dezembro de 2018.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Hospital Municipal Irmã Dulce

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Municipal Irmã Dulce, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Municipal Irmã Dulce, em 31 de dezembro de 2021, o

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Bertioga

CNPJ 57.571.275/0011-74

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Não circulante				Não circulante			
Convênios e contratos a receber		5.051.985	5.051.985	Fornecedores		2.231.570	2.231.570
		5.051.985	5.051.985	Outros passivos		<u>3.120.582</u>	<u>3.120.582</u>
						5.352.152	5.352.152
Total do ativo		5.051.985	5.051.985	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(300.167)	(300.167)
						<u>(300.167)</u>	<u>(300.167)</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		5.051.985	5.051.985

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

Sem movimentação

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		(300.167)	-	<u>(300.167)</u>
Incorporação ao patrimônio social		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		(300.167)	-	<u>(300.167)</u>
Incorporação ao patrimônio social		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(300.167)	-	<u>(300.167)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. O contrato foi encerrado em julho de 2014.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Hospital Bertioga

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Bertioga, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Bertioga, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, deveremos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências signifi-

cativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

CNPJ 57.571.275/0013-36

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.744	12.996	Fornecedores	9	31.982.275	36.011.229
Convênios e contratos a receber	5	25.552.673	25.793.823	Obrigações fiscais	10	10.728.382	9.148.469
Estoques	6	1.847.134	2.381.189	Obrigações sociais e trabalhistas	11	143.079.983	142.309.143
Outros créditos	7	2.766.572	3.717.060	Provisões de férias	12	12.091.763	12.041.437
		30.168.123	31.905.068	Outros passivos	13	20.050.726	18.576.101
						217.933.129	218.086.379
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	8	1.945.578	1.639.779	Fornecedores	9	504.590	504.590
		1.945.578	1.639.779	Provisão para contingências	14	23.228.256	23.229.256
						23.732.846	23.733.846
Total do ativo		32.113.701	33.544.847	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(207.780.353)	(207.856.544)
				Déficits acumulados		(1.771.921)	(418.834)
						(209.552.274)	(208.275.378)
				Total do passivo e patrimônio líquido		32.113.701	33.544.847

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	200.053.057	193.338.483	31 de dezembro de 2019		(189.147.667)	(6.741.420)	(195.889.087)
Outras receitas		816.476	2.301.837	Ajuste do exercício anterior		(11.967.457)	-	(11.967.457)
		200.869.533	195.640.320	Déficit do exercício		-	(418.834)	(418.834)
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social		(6.741.420)	6.741.420	-
Com pessoal		(116.402.938)	(121.856.243)					
Medicamentos e insumos hospitalares	16	(15.872.359)	(13.654.561)	Saldos em				
Prestadores de serviços médicos	17	(45.207.102)	(34.877.830)	31 de dezembro de 2020		(207.856.544)	(418.834)	(208.275.378)
Prestadores de serviços de terceiros	18	(8.803.691)	(4.519.308)	Ajuste do exercício anterior	15	495.025	-	495.025
Administrativas e gerais	19	(5.073.938)	(8.924.502)	Déficit do exercício		-	(1.771.921)	(1.771.921)
Contingências e despesas judiciais	20	(9.876.742)	(10.003.906)	Incorporação ao patrimônio social		(418.834)	418.834	-
Bens de terceiros	3 (e)	(449.196)	(1.702.884)					
		(201.685.966)	(195.539.234)	Saldos em				
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(816.433)	101.086	31 de dezembro de 2021		(207.780.353)	(1.771.921)	(209.552.274)
Receitas financeiras	21	1.687	2.976					
Despesas financeiras	21	(957.175)	(522.896)					
Déficit do exercício		(955.488)	(519.920)					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.771.921)	(418.834)
Ajustes do exercício anterior	495.025	(11.967.457)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(1.000)	17.600.281
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	241.150	2.143.348
Estoques	534.055	(1.312.191)
Outros créditos	950.488	(1.952.527)
Bloqueio judicial	(305.799)	206.589
Fornecedores	(4.028.954)	(4.942.459)
Obrigações fiscais	1.579.913	1.758.473
Obrigações sociais e trabalhistas	770.840	(11.325.819)
Provisões de férias	50.326	12.041.437
Receitas antecipadas	-	(3.620.063)
Outros passivos	1.474.625	1.801.405
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(11.252)	12.183
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(11.252)	12.183
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.996	813
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.744	12.996
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(11.252)	12.183

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 - Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 31.195.987 e R\$ 32.657.473, respectivamente.

(vi) Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

O Complexo de Saúde de Mauá - COSAM é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0013-36, com sede na Rua Regente Feijó, nº 166, no bairro Vila Bocaina, na cidade de Mauá, no estado de São Paulo. Em 27 de fevereiro de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 01/2015 – Processo nº 8020/14 entre a Prefeitura do Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução das atividades de prestação de serviço de saúde e ensino em saúde sob gestão municipal, em caráter complementar e integrado a Secretaria de Saúde de Mauá, a partir dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e das estratégias de gestão. Os serviços prestados são desenvolvidos de acordo com as diretrizes constitucionais e legais previstas para o Sistema Único de Saúde, sendo atendimentos realizados à população obrigatoriamente gratuitos, em caráter 100% público. O prazo de vigência do contrato é de doze meses, a iniciar em 1 de março de 2015, podendo ser prorrogado até o alcance de seu prazo maior, limitado a 60 meses. A gestão do Complexo de Saúde de Mauá (COSAM) feita via Organização Social de Saúde pos-

sibilita maior facilidade administrativa e maior agilidade em muitas ações consideradas burocráticas quando geridas diretamente pelo poder público. A partir do COSAM, a Fundação passou a responder pela gestão clínica e administrativa do Nardini, das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do município. Também fazem parte do contrato de gestão o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas, Centro de Atenção Psicossocial Adulto III Primavera, CAPS Infanto-juvenil, Centro de Especialidades Médicas de Mauá (CEM-MA), Centro Especializado em Reabilitação (CER-IV), Centro de Referência em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (CRSMCA), Centro de Referência em Saúde – HIV/DST, República Terapêutica Infanto-juvenil, Residência Terapêutica I e II, Consultório de Rua, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Reabilitação Dr. Jaime Souza, Complexo Municipal de Regulação e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Em 8 de janeiro de 2021 foi celebrado o Termo Aditivo ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objetivo de adotar as providências legais para a excepcional inclusão do aporte de recursos para a ampliação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e da Enfermaria (COVID-19), bem como para o custeio mensal da operacionalização dessas, no âmbito do Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini, e perdurará até a declaração do fim da pandemia pela Organização Mundial de Saúde e/ou Ministério de Saúde do Brasil. Em 29 de janeiro de 2021 foi celebrado o Termo Aditivo ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objetivo de adotar as providências legais para a excepcional inclusão do aporte de recursos para a ampliação e operacionalização de dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), no âmbito do Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini, com vigência de 90 dias, a iniciar em 24 de janeiro de 2021. Em 22 de fevereiro de 2021 foi celebrado o Termo Aditivo ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objetivo de adotar as providências legais para a excepcional inclusão do aporte de recursos à aquisição de kits de testes com diluente à COVID-19, e perdurará até a declaração do fim da pandemia pela Organização Mundial de Saúde e/ou Ministério de Saúde do Brasil. Em 26 de fevereiro de 2021 foi celebrado o Termo Aditivo ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objetivo de adotar as providências legais para a excepcional inclusão do aporte de recursos para a compra de insumos (medicamentos e materiais médicos e hospitalares) para suprir a demanda das Unidades do Pronto Atendimento – UPA’s. O encerramento do contrato está condicionado a demanda decorrente da pandemia da COVID-19. Em 20 de março de 2021 foi celebrado o Termo Aditivo ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objetivo de adotar as providências legais para a excepcional inclusão do aporte de recursos à implantação e operacionalização de mais dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), no âmbito do Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini, destinados aos pacientes contaminados pela COVID-19, sem prejuízo daqueles já implantados e em operacionalização, constantes dos termos de aditivos anteriores, com vigência de 90 dias, a iniciar em 23 de março de 2021. Em 8 de abril de 2021 foi celebrado o Termo Aditivo ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objetivo de adotar as providências legais para a excepcional inclusão do aporte de recursos à implantação e operacionalização de mais doze leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), no âmbito do Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini, destinados aos pacientes contaminados pela COVID-19, com vigência de noventa dias, a iniciar em 9 de abril de 2021. Em 18 de junho de 2021 foi celebrado o Termo Aditivo ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar o Termo Aditivo anterior , assinado em 20 de março de 2021, pelo qual foi possível adotar as providências legais para a excepcional inclusão do aporte de recursos à implantação e operacionalização de mais dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), no âmbito do Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini. O encerramento do contrato está condicionado a demanda decorrente da pandemia da COVID-19.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas

disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	1.729	917
Banco conta movimento	9	12.029
Aplicações financeiras	6	50
	1.744	12.996

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de Mauá.

6 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	1.028.473	1.261.241
Material médico hospitalar	672.912	945.237
Material de limpeza e higiene	42.816	72.728
Material de manutenção	102.867	98.972
Outros materiais	66	3.011
	1.847.134	2.381.189

7 - Outros créditos

Refere-se, substancialmente, aos recursos transferidos para outras filiais em decorrência do reembolso do bloqueio judicial ocorrido em suas contas bancárias.

8 - Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

9 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médica hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

10 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	6.833.796	5.664.166
INSS retido de serviços a recolher	1.606.205	1.560.244
IRRF retido de serviços a recolher	2.096.755	1.732.433
ISS a recolher	191.626	191.626
	10.728.382	9.148.469

11 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	5.255.988	5.458.084
Rescisões a pagar	525.933	145.131
IRRF a recolher	107.892.686	108.010.948
FGTS a recolher	28.353.295	28.052.438
INSS sobre autônomos a recolher	526.453	471.546
Empréstimo consignado a pagar	353.277	95.511
Outros	172.351	75.485
	143.079.983	142.309.143

12 - Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

13 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

14 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	16.665.928	16.666.928
Cível	6.562.328	6.562.328
	23.228.256	23.229.256

15 - Ajustes do exercício anterior

Referem-se, substancialmente, ao estorno dos valores contabilizados incorretamente nos períodos anteriores.

16 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	7.209.754	5.837.947
Material médico hospitalar	6.567.649	5.596.862
Órtese e prótese	644.781	440.665
Gases industriais e medicinais	700.919	984.785
Dieta enteral e parenteral	479.088	226.871
Material de limpeza e higiene	248.822	481.779
Outros materiais	21.346	85.652
	15.872.359	13.654.561

17 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

18 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de informática	610.911	716.090
Serviços de manutenção predial	-	20.881
Serviços de refeitório	5.519.957	394.030
Locação de veículos e equipamentos	389.726	203.881
Serviços de lavanderia hospitalar	881.952	822.038
Serviços de manutenção de equipamentos	82.112	101.527
Serviços administrativos	1.284.846	1.693.989
Serviços de motorista	13.922	24.935
Outros serviços	20.265	541.937
	8.803.691	4.519.308

19 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	1.151.726	6.180.784
Material de conservação e reparo	242.458	87.182
Material de consumo administrativo	254.686	159.158
Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.943.981	2.305.871
Outras despesas	481.087	20.463
	5.073.938	8.753.458

20 - Contingências e despesas judiciais

Compreende basicamente a constituição do saldo da provisão para contingência trabalhista e cível, conforme o relatório do departamento jurídico que patrocina tais processos.

21 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.627	2.976
Outras receitas financeiras	60	-
	1.687	2.976
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(23.111)	(15.987)
Juros financeiros	(11)	(215.149)
Juros e multas de mora	(934.053)	(291.760)
	(957.175)	(522.896)

22 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo de Saúde de Mauá - COSAM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como neces-

sários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

CNPJ 57.571.275/0014-17

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.838	68.568	Fornecedores	7	23.894.604	16.597.415
Convênios e contratos a receber	5	15.607.155	-	Obrigações fiscais	8	2.849.652	2.206.952
Estoques	6	5.601.283	5.841.814	Obrigações sociais e trabalhistas	9	15.504.528	14.805.929
Outros créditos		21.846	32.671	Provisões de férias	10	15.447.122	14.244.251
		<u>21.297.122</u>	<u>5.943.053</u>	Outros passivos		179.646	163.778
						<u>57.875.552</u>	<u>48.018.325</u>
Não circulante							
				Provisão para contingências	11	<u>3.536.575</u>	<u>1.694.386</u>
						<u>3.536.575</u>	<u>1.694.386</u>
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(43.769.658)	(12.083.014)
				Superávits (déficits) acumulados		3.654.653	(31.686.644)
						<u>(40.115.005)</u>	<u>(43.769.658)</u>
Total do ativo		<u>21.297.122</u>	<u>5.943.053</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>21.297.122</u>	<u>5.943.053</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Receitas operacionais								
Convênios públicos - Municipal	1 (vi)	372.316.577	264.407.317					
Outras receitas		-	26.795					
		<u>372.316.577</u>	<u>264.434.112</u>					
Despesas operacionais								
Com pessoal		(176.322.110)	(151.552.645)					
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(38.044.355)	(33.614.710)					
Prestadores de serviços médicos	13	(101.858.315)	(65.561.289)					
Prestadores de serviços de terceiros	14	(38.958.694)	(35.506.242)					
Administrativas e gerais	15	(7.979.469)	(6.587.477)					
Atividades acadêmicas		(390.010)	(329.713)					
Contingências e despesas judiciais	16	(3.206.894)	(1.814.743)					
Bens de terceiros	3 (e)	(1.400.623)	(1.086.220)					
		<u>(368.160.470)</u>	<u>(296.053.039)</u>					
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>4.156.107</u>	<u>(31.618.927)</u>					
Receitas financeiras	17	1.361	5.091					
Despesas financeiras	17	(502.815)	(72.808)					
		<u>(501.454)</u>	<u>(67.717)</u>					
Superávit (déficit) do exercício		<u>3.654.653</u>	<u>(31.686.644)</u>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	<u>3.654.653</u>	<u>(31.686.644)</u>
Ajustes do exercício anterior	-	(13.758.108)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	1.842.189	(409.696)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(15.607.155)	19.035.430
Estoques	240.531	(1.150.562)
Outros créditos	10.825	(795)
Fornecedores	7.297.189	9.132.121
Obrigações fiscais	642.700	(191.537)
Obrigações sociais e trabalhistas	698.599	4.322.570
Provisões de férias	1.202.871	14.244.251
Outros passivos	15.868	(27.920)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(1.730)</u>	<u>(490.890)</u>
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.730)</u>	<u>(490.890)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68.568	559.458
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	66.838	68.568
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.730)</u>	<u>(490.890)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 - Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 47.254.325 e R\$ 40.616.109, respectivamente.

(vi) Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

O Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0014-17, com sede na Rua do Níquel, nº 251, no bairro Progresso, na cidade de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo. Em 2 de maio de 2019 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 88/2019 – Processo nº 11332/2017 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tem por objeto a conjunção de esforços, considerados os objetivos comuns, visando o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde no âmbito da Rede Hospitalar e Ambulatorial de São Caetano do Sul, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e as diretrizes da SESAUD. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de sessenta meses, contados a partir da data da assinatura. Em 11 de setembro de 2020 foi celebrado o Termo de Prorrogação do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 88/2019 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e a Fundação do ABC, tem por objeto a inclusão da gestão e operacionalização das ações de saúde a

serem prestadas em caráter extraordinário para tratamento, controle e monitoramento epidemiológico da pandemia de Covid-19. O prazo de vigência é de seis meses, contados a partir de 15 de setembro de 2020. Em 18 de fevereiro de 2021 foi celebrado o 2º Termo Aditivo de alteração ao Contrato de Gestão nº 088/2019 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e a Fundação do ABC, tem por objeto de incluir no Contrato de Gestão a implantação e operacionalização dos serviços de diagnose por imagem, destinado a atender a demanda eletiva e de urgência/emergência da rede ambulatorial e hospitalar deste município. Este Termo se iniciou na data da sua lavratura e tem a vigência idêntica ao Contrato de Gestão nº 88/2019. Em 15 de março de 2021 foi celebrado o Segundo Termo de Prorrogação do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, cujo objetivo visa a inclusão da gestão e operacionalização das ações de saúde a serem prestadas em caráter extraordinário para tratamento, controle e monitoramento epidemiológico da pandemia de Covid-19, na rede pública de saúde deste Município, incluindo a reabertura do Hospital de Campanha. A vigência deste termo é de até seis meses, podendo ser prorrogado ou rescindido, em função da duração da Pandemia, a partir de 15 de março de 2021. Em 30 de agosto de 2021 foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 88/2019, que tem por objeto o acréscimo de recursos para investimentos especializados para viabilizar a execução de serviços de adequação predial de segurança de combate ao incêndio do Complexo Hospitalar de Clínicas, conforme projeto aprovado junto ao Corpo de Bombeiros do Município de São Caetano do Sul. Em 15 de setembro de 2021 foi celebrado a 3º Prorrogação do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 88/2019 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e a Fundação do ABC, tem por objeto a inclusão da gestão e operacionalização das ações de saúde a serem prestadas em caráter extraordinário para tratamento, controle e monitoramento epidemiológico da pandemia de Covid-19. O prazo de vigência é de seis meses, contados a partir de 15 de setembro de 2021.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	1.471	1.548
Aplicações financeiras	65.367	67.020
	66.838	68.568

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por meio do Contrato de Gestão nº 88/2019 e seus aditivos.

6 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	3.220.738	3.378.282
Material médico hospitalar	2.380.545	2.463.532
	5.601.283	5.841.814

7 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	1.195.853	897.795
INSS retido de serviços a recolher	1.148.983	970.567
IRRF retido de serviços a recolher	362.228	272.537
ISS a recolher	142.588	66.053
	2.849.652	2.206.952

9 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	8.140.351	8.254.822
Rescisões a pagar	145.990	
IRRF a recolher	3.394.881	3.244.270
FGTS a recolher	1.328.595	1.377.879
INSS sobre autônomos a recolher	946.321	801.038
Empréstimo consignado a pagar	534.382	331.377
Outros	1.014.008	796.543
	15.504.528	14.805.929

10 - Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	2.122.748	1.310.949
Cível	1.413.827	383.437
	3.536.575	1.694.386

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	20.750.105	14.344.910
Material médico hospitalar	15.711.673	17.052.472
Gases industriais e medicinais	1.079.705	905.848
Dieta enteral e parenteral	479.808	1.301.159
Material de limpeza e higiene	6	2
Outros materiais	23.058	10.319
	38.044.355	33.614.710

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	17.016.646	14.065.865
Serviços de informática	101.585	102.679
Serviços de vigilância	4.886.337	4.925.448
Serviços de manutenção predial	4.299.099	3.921.224
Serviços de refeitório	121.730	1.359.329
Locação de veículos e equipamentos	160.486	189.306
Serviços de lavanderia hospitalar	3.112.345	2.252.024
Serviços de manutenção de equipamentos	3.993.305	3.754.237
Serviços administrativos	1.492.733	1.401.411
Serviços de motorista	4.770	5.310
Outros serviços	3.769.658	3.529.409
	38.958.694	35.506.242

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	7.059.493	4.926.753
Material de conservação e reparo	152.382	952.292
Material de consumo administrativo	667.148	650.232
Utilidade pública (água, luz, telefone)	39.013	36.367
Outras despesas	61.433	21.833
	7.979.469	6.587.477

16 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.361	5.090
	1.361	5.090
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(13.490)	(13.644)
Juros e multas de mora	(489.325)	(59.163)
	(502.815)	(72.807)

17 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Municipal Central de Osasco

CNPJ 57.571.275/0021-46

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Convênios e contratos a receber		23.207.075	23.207.075	Fornecedores		8.398.683	11.488.240
		23.207.075	23.207.075	Obrigações fiscais		453.045	453.045
				Obrigações sociais e trabalhistas		7.086.803	9.144.631
				Outros passivos		13.747.735	5.565.812
						29.686.266	26.651.728
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(6.479.191)	(3.444.653)
						(6.479.191)	(3.444.653)
Total do ativo		23.207.075	23.207.075	Total do passivo e patrimônio líquido		23.207.075	23.207.075

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

Sem movimentação

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Nota	Patrimônio social acumulado	Déficits	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (1.913.495)	(73.254)	(1.986.749)	
Ajuste do exercício anterior	(1.457.904)	-	(1.457.904)
Incorporação ao patrimônio social	(73.254)	73.254	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (3.444.653)		- (3.444.653)	
Ajuste do exercício anterior	(3.034.538)	-	(3.034.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (6.479.191)		- (6.479.191)	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	-	-
Ajustes do exercício anterior	(3.034.538)	(1.457.904)
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(3.089.557)	(810.477)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.057.828)	(2.399.230)
Outros passivos	8.181.923	4.667.611
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	-	-
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. O contrato foi encerrado em julho de 2017.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Hospital Municipal Central de Osasco

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Municipal Central de Osasco, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Municipal Central de Osasco, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e in-

ternacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executarmos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

CNPJ 57.571.275/0023-08

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.080.909	14.974.288	Fornecedores	7	3.882.920	2.212.537
Convênios e contratos a receber		-	5.169.992	Obrigações fiscais	8	251.707	238.437
Estoques	5	487.712	575.875	Obrigações sociais e trabalhistas	9	4.847.275	11.847.202
Outros créditos		29.148	29.147	Provisão de férias	10	13.517.973	12.863.826
		3.597.769	20.749.302	Outros passivos		29.218	29.219
						22.529.093	27.191.221
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	6	7.709.225	2.544.525	Provisão para contingências	11	1.227.789	433.515
		7.709.225	2.544.525			1.227.789	433.515
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(4.330.909)	1.875.481
				Déficits acumulados		(8.118.979)	(6.206.390)
						(12.449.888)	(4.330.909)
Total do ativo		11.306.994	23.293.827	Total do passivo e patrimônio líquido		11.306.994	23.293.827

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Convênios públicos - Municipal	1 (vi)	211.501.216	170.344.303	31 de dezembro de 2019		17.473.852	(2.750.504)	14.723.348
Outras receitas		2.110	-	Ajuste do exercício anterior		(12.847.867)	-	(12.847.867)
		211.503.326	170.344.303	Déficit do exercício		-	(6.206.390)	(6.206.390)
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social		(2.750.504)	2.750.504	-
Com pessoal		(158.350.011)	(138.727.632)	Saldos em				
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(3.333.483)	(3.405.477)	31 de dezembro de 2020		1.875.481	(6.206.390)	(4.330.909)
Prestadores de serviços médicos	13	(35.748.606)	(16.880.883)	Déficit do exercício		-	(8.118.979)	(8.118.979)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(18.654.182)	(15.136.087)	Incorporação ao patrimônio social		(6.206.390)	6.206.390	-
Administrativas e gerais	15	(2.793.985)	(1.831.980)	Saldos em				
Atividades acadêmicas		(445)	(288.000)	31 de dezembro de 2021		(4.330.909)	(8.118.979)	(12.449.888)
Contingências e despesas judiciais		(933.837)	(254.211)	Déficit do exercício		-	(8.118.979)	(8.118.979)
Bens de terceiros		(232.965)	(109.954)	Incorporação ao patrimônio social		(6.206.390)	6.206.390	-
		(220.047.514)	(176.634.224)	Saldos em				
Déficit antes do resultado financeiro		(8.544.188)	(6.289.921)	31 de dezembro de 2021		(4.330.909)	(8.118.979)	(12.449.888)
Receitas financeiras	16	483.112	139.760	Déficit do exercício		-	(8.118.979)	(8.118.979)
Despesas financeiras	16	(57.903)	(56.229)	Incorporação ao patrimônio social		(6.206.390)	6.206.390	-
Déficit do exercício		425.209	83.531	Saldos em				
		(8.118.979)	(6.206.390)	31 de dezembro de 2021		(4.330.909)	(8.118.979)	(12.449.888)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(8.118.979)	(6.206.390)
Ajustes do exercício anterior		-	(12.847.868)
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisão para contingências		794.274	112.638
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios a receber		5.169.992	(5.169.992)
Estoques		88.163	(320.149)
Outros créditos		(1)	-
Bloqueio judicial		(5.164.700)	(1.004.408)
Fornecedores		1.670.383	(307.988)
Obrigações fiscais		13.270	18.610
Obrigações sociais e trabalhistas		(6.999.927)	1.844.568
Provisão de férias		654.147	12.863.826
Outros passivos		(1)	29.219
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(11.893.379)	(10.987.934)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(11.893.379)	(10.987.934)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.974.288	25.962.222
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.080.909	14.974.288
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(11.893.379)	(10.987.934)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéficiente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuitades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 42.437.803 e R\$ 37.179.005, respectivamente.

(vi) Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

A Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 28 de outubro de 2015, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0023-08, com sede na Rua Bandeira de Aracambi, nº 704, no bairro Jardim Rodolfo Pirani, na cidade São Paulo, no estado de São Paulo. Em 13 de agosto de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 009/2014-SMSNTCSS – Processo nº 2014-0.337.134-9 entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, tem por objetivo o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus. O Contrato de Gestão contempla outros serviços e ações, como o primeiro CENALAC (Centro de Coleta de Leite Humano) vinculado a uma unidade de saúde – ação inovadora dentro do município de São Paulo. A iniciativa garante que o estoque do banco de leite permaneça constantemente abastecido, permitindo a nutrição dos recém-nascidos prematuros e com patologias graves até o maior ganho de peso. Outros destaques são a atenção psicosocial reforçada através de 3 polos e 6 minipólos de saúde mental nas unidades; utilização de práticas integrativas e complementares em todas as unidades, oferecendo diversos tratamentos e atividades para a população; e o PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis), que proporciona a interface dos equipamentos de saúde com o meio ambiente, contribuindo para um olhar mais ampliado do território. A Atenção Básica fortalecida em parte do território com as equipes da Estratégia de Saúde da Família e os Núcleos de Atenção à Saúde da Família têm produzido cuidado e vínculos com a comunidade. A Atenção Especializada do Hospital Dia da Rede Hora Certa reforça a rede de atenção na região. O acesso a serviços específicos como o PAI (Programa de Acompanhante de

Idosos), CER (Centro Especializado em Reabilitação) e EMAD (Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar) completam o trabalho em rede desenvolvido na região. Por meio desses serviços, pacientes acamados ou portadores de doenças específicas têm acesso ao SUS no atendimento de suas necessidades. Durante o exercício de 2021 foram celebrados diversos Termos Aditivos do Contrato de Gestão nº R009/2015 entre a Coordenadoria Regional de Saúde Leste da Prefeitura Municipal de São Paulo e a Fundação do ABC, com objetivo de aprovação do Plano de Trabalho e Plano Orçamentário para o exercício 2021, de contratação de Testes PCR RT COVID, da aquisição de mobiliários e equipamentos e da adequação, reforma e ampliações para as unidades de Serviços de Saúde, de contratação temporária de profissionais, e da extensão no horário de atendimento da unidade hospitalar.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	41	-
Aplicações financeiras	3.080.868	14.974.288
	3.080.909	14.974.288

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	280.971	244.306
Material médico hospitalar	188.751	307.449
Material de limpeza e higiene	740	745
Material de manutenção	17.250	23.375
	487.712	575.875

6 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus.

7 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	88.136	99.353
INSS retido de serviços a recolher	120.937	107.173
IRRF retido de serviços a recolher	24.796	21.891
ISS a recolher	17.838	10.020
	251.707	238.437

9 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	-	6.558.534
Rescisões a pagar	76.946	39.187
IRRF a recolher	2.317.654	2.051.443
FGTS a recolher	1.215.030	1.132.913
INSS sobre autônomos a recolher	741.139	680.883
Férias a pagar	-	884.815
Empréstimo consignado a pagar	491.860	480.600
Outros	4.646	18.827
	4.847.275	11.847.202

10 - Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	1.210.404	416.130
Cível	17.385	17.385
	1.227.789	433.515

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	979.629	567.232
Material médico hospitalar	1.667.547	2.256.922
Material de laboratório	71.951	-
Gases industriais e medicinais	84.074	46.775
Dieta enteral e parenteral	158.940	135.850
Material de limpeza e higiene	-	20.570
Outros materiais	371.342	378.128
	3.333.483	3.405.477

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	5.310.532	4.305.789
Serviços de informática	492.763	565.382
Serviços de vigilância	3.650.768	3.149.486
Serviços de manutenção predial	1.442.751	1.017.687
Serviços de refeitório	109.999	11.088
Locação de veículos e equipamentos	4.790.164	3.651.877
Serviços de lavanderia hospitalar	170.404	194.751
Serviços de manutenção de equipamentos	908.742	761.376
Serviços administrativos	809.831	559.787
Serviços de motorista	93.140	92.938
Serviços de portaria	498.361	455.886
Outros serviços	376.727	370.040
	18.654.182	15.136.087

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	5.934	3.425
Material de conservação e reparo	132.301	160.184
Material de consumo administrativo	793.911	681.336
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.332.149	893.862
Seguros patrimoniais	438	1.949
Outras despesas	529.252	91.224
	2.793.985	1.831.980

16 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	483.112	139.760
	483.112	139.760
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(57.365)	(56.111)
Juros e multas de mora	(538)	(118)
	(57.903)	(56.229)

17 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
**Presidência da
Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão
Técnica de Saúde - São Mateus**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

CNPJ 57.571.275/0022-27

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	747.667	883.823	Fornecedores	6	647.654	171.567
Estoques	5	81.696	59.770	Obrigações fiscais	7	43.145	42.938
Outros créditos		-	40.592	Obrigações sociais e trabalhistas	8	718.092	582.590
		<u>829.363</u>	<u>984.185</u>	Provisões de férias	9	533.690	444.045
				Outros passivos	10	106.733	278.191
						<u>2.049.314</u>	<u>1.519.331</u>
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	3.364	<u>25.047</u>	<u>25.047</u>	Provisão para contingências	11	<u>179.136</u>	<u>49.643</u>
	<u>3.364</u>	<u>25.047</u>	<u>25.047</u>			<u>179.136</u>	<u>49.643</u>
Patrimônio líquido				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(559.731)	999.476
				Déficits acumulados		(835.992)	(1.559.218)
						<u>(1.395.723)</u>	<u>(559.742)</u>
Total do ativo		<u>832.727</u>	<u>1.009.232</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>832.727</u>	<u>1.009.232</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	12.839.761	12.169.940	31 de dezembro de 2019	<u>1.190.640</u>	<u>(307.794)</u>	<u>882.846</u>	
Outras receitas		<u>61.274</u>	<u>10</u>	Ajuste do exercício anterior	116.630	-	116.630	
		<u>12.901.035</u>	<u>12.169.950</u>	Déficit do exercício	-	(1.559.218)	(1.559.218)	
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social	(307.794)	307.794	-	
Com pessoal		(6.080.232)	(5.732.195)	Saldos em				
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(602.522)	(396.513)	31 de dezembro de 2020	<u>999.476</u>	<u>(1.559.218)</u>	<u>(559.742)</u>	
Prestadores de serviços médicos	13	(4.337.235)	(4.681.506)	Ajuste do exercício anterior	11	-	11	
Prestadores de serviços de terceiros	14	(1.892.138)	(2.141.958)	Déficit do exercício	-	(835.992)	(835.992)	
Administrativas e gerais	15	(697.788)	(746.546)	Incorporação ao patrimônio social	(1.559.218)	1.559.218	-	
Contingências e despesas judiciais		<u>(148.456)</u>	<u>(49.823)</u>	Saldos em				
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(13.758.371)</u>	<u>(13.748.541)</u>	31 de dezembro de 2021	<u>(559.731)</u>	<u>(835.992)</u>	<u>(1.395.723)</u>	
Receitas financeiras	16	28.457	27.097					
Despesas financeiras	16	<u>(7.113)</u>	<u>(7.724)</u>					
		<u>21.344</u>	<u>19.373</u>					
Déficit do exercício		<u>(835.992)</u>	<u>(1.559.218)</u>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	<u>(835.992)</u>	<u>(1.559.218)</u>
Ajustes do exercício anterior	11	116.630
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	129.493	16.097
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(21.926)	15.736
Outros créditos	40.592	66.895
Bloqueio judicial	21.683	(24.566)
Fornecedores	476.087	(31.116)
Obrigações fiscais	207	(8.504)
Obrigações sociais e trabalhistas	135.502	(405.421)
Provisões de férias	89.645	444.045
Contratos a pagar	-	(86.344)
Outros passivos	(171.458)	80.535
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(136.156)</u>	<u>(1.375.231)</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(136.156)</u>	<u>(1.375.231)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	883.823	2.259.054
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	747.667	883.823
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(136.156)</u>	<u>(1.375.231)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 1.629.502 e R\$ 1.536.228, respectivamente.

(vi) UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Em 1 de outubro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 90 – Processo nº 13076/2020 – Chamamento Público nº 009/20 – SMS entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto a operacionalização, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento – Porte I – 24 horas – Rodeio – “Dr. Manoel Maisette Salgado”, assegurando assistência universal e gratuita à população. O prazo de vigência é de 36 meses, iniciando em 1 de outubro de 2020, podendo ser renovado, após demonstração da consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes. Em 18 de dezembro de 2020 foi celebrado o Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 90 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com objetivo de inclusão de 1,81% sobre o valor do Contrato de Gestão nº 90, em virtude de restituição de provisionamento trabalhista de serviços executados no período de vigência do Contrato de Gestão nº 74/2015, onde à época, a Organização Social anuiu e recebeu a sub-rogação total com direitos e obrigações trabalhistas do Contrato de Gestão nº 74/2015.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	-	246
Banco conta movimento	-	312
Aplicações financeiras	747.667	883.265
	747.667	883.823

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicação em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	47.593	30.806
Material médico hospitalar	17.054	9.787
Material de manutenção	17.049	19.177
	81.696	59.770

6 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	24.020	24.187
INSS retido de serviços a recolher	9.652	9.253
IRRF retido de serviços a recolher	5.692	5.849
ISS a recolher	3.781	3.649
	43.145	42.938

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	287.475	245.799
IRRF a recolher	34.061	30.484
FGTS a recolher	339.094	278.800
INSS sobre autônomos a recolher	41.154	27.507
Empréstimo consignado a pagar	849	-
Outros	15.459	-
	718.092	582.590

9 - Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

11 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	179.136	49.643
	179.136	49.643

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	407.527	188.126
Material médico hospitalar	136.470	194.128
Dieta enteral e parenteral	55.520	2.190
Material de limpeza e higiene	477	4.790
Outros materiais	2.528	7.279
	602.522	396.513

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	624.620	598.026
Serviços de vigilância	-	224.244
Serviços de manutenção predial	129.631	174.443
Serviços de refeitório	246	-
Locação de veículos e equipamentos	133.200	126.200
Serviços de lavanderia hospitalar	97.445	84.754
Serviços de manutenção de equipamentos	34.852	109.068
Serviços administrativos	20.244	26.994
Serviços de motorista	242.311	193.004
Serviços de portaria	599.677	573.907
Outros serviços	9.912	31.318
	1.892.138	2.141.958

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	10.060	12.570
Material de conservação e reparo	1.960	3.422
Material de consumo administrativo	74.401	167.477
Utilidade pública (água, luz, telefone)	20.156	24.250
Seguros patrimoniais	4.592	4.760
Outras despesas	586.619	534.067
	697.788	746.546

16 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	28.457	27.097
	28.457	27.097
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(7.113)	(7.645)
Juros financeiros	-	(79)
	(7.113)	(7.724)

17 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos

juçamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - UPA 24h Central Santos

CNPJ 57.571.275/0024-99

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.123.983	1.238.326	Fornecedores	7	923.048	989.915
Convênios e contratos a receber	5	2.045.857	1.927.375	Obrigações fiscais	8	73.610	71.300
Estoques	6	406.490	517.603	Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.313.816	1.322.137
Outros créditos		<u>780.326</u>	<u>11</u>	Provisões de férias	10	591.961	608.364
		5.356.656	3.683.315	Outros passivos	11	<u>873.976</u>	<u>91.322</u>
						3.776.411	3.083.038
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial		<u>173.281</u>	<u>63.588</u>	Provisão para contingências	12	<u>290.748</u>	<u>303.531</u>
		173.281	63.588			290.748	303.531
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		314.787	523.011
				Déficits (Superávits) acumulados		<u>1.147.991</u>	<u>(162.677)</u>
						1.462.778	360.334
Total do ativo		5.529.937	3.746.903	Total do passivo e patrimônio líquido		5.529.937	3.746.903

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Contrato de gestão - Municipal	1 (vi)	25.032.685	23.090.683	31 de dezembro de 2019		(1.649.780)	2.172.791
Doações e repasses - COVID-19		8.629.258	-	Déficit do exercício		-	523.011
Outras receitas		<u>2.838</u>		Incorporação ao patrimônio social		2.172.791	<u>(162.677)</u>
		33.664.781	23.090.683				-
Despesas operacionais				Saldos em			
Com pessoal		(9.307.415)	(7.534.352)	31 de dezembro de 2020		523.011	(162.677)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(3.335.604)	(1.861.222)	Ajuste do exercício anterior		(45.547)	-
Prestadores de serviços médicos	14	(14.530.182)	(9.895.991)	Superávit do exercício		-	(45.547)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(3.155.669)	(2.518.472)	Incorporação ao patrimônio social		(1.147.991)	1.147.991
Administrativas e gerais	16	(1.686.283)	(1.278.875)			162.677	-
Contingências e despesas judiciais		(151.254)	(150.690)				-
Bens de terceiros	3 (e)	<u>(376.814)</u>	<u>(14.998)</u>				-
		(32.543.221)	(23.254.600)				-
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		1.121.560	(163.917)	Saldos em			
Receitas financeiras	17	42.857	13.174	31 de dezembro de 2021		314.787	1.147.991
Despesas financeiras	17	<u>(16.426)</u>	<u>(11.934)</u>				1.462.778
Superávit (déficit) do exercício		26.431	1.240				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	1.147.991	(162.677)
Ajustes do exercício anterior	(45.547)	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(12.783)	77.272
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(118.482)	2.257
Estoques	111.113	(241.708)
Outros créditos	(780.315)	(11)
Bloqueio judicial	(109.693)	5.165
Fornecedores	(66.867)	574.952
Obrigações fiscais	2.310	(20.440)
Obrigações sociais e trabalhistas	(8.321)	(429.057)
Provisões de férias	(16.403)	608.364
Outros passivos	782.654	410
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	885.657	414.527
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Amortização de empréstimos bancários	-	(86)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades financeiras	681.653	(86)
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	885.657	414.441
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.238.326	823.885
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.123.983	1.238.326
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	885.657	414.441

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1- Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfica, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 2.494.387 e R\$ 2.019.206, respectivamente.

(vi) UPA 24h Central Santos

A UPA 24h Central Santos é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 11 de fevereiro de 2016, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0024-99, com sede na Rua Joaquim Távora, nº 256, no bairro Vila Mathias, na cidade de Santos, no estado de São Paulo. Em 21 de setembro de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 538/2015 – Processo nº 11168/2015-37 entre a Prefeitura de Santos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços da Unidade Pronto-Atendimento Central (UPA CENTRAL) – tipo III, da Secretaria Municipal de Saúde, com a utilização de profissionais correlatos e auxiliares necessários ao atendimento ao público e sua organização, a fim de realizar atendimentos de urgência e emergência em geral, adultos e pediátrico, envolvendo acolhimento, classificação de riscos e procedimentos médicos, tais como investigação diagnóstica e tratamento por um período de no máximo 24 (vinte e quatro) horas; e ainda serviços de apoio, diagnóstico e terapêutico (SADT), mediante a realização de exames complementares necessários para o diag-

nóstico ou à coleta de materiais, e realização de procedimentos terapêuticos imediatos necessários no atendimento da emergência e estabilização do paciente, bem como seu encaminhamento às Unidades Hospitalares de maior complexidade, sendo o caso. Em 19 de março de 2021 foi celebrado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 538/2015 entre a Prefeitura de Santos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tendo como objeto prorrogar, em caráter excepcional, por mais seis meses a partir de 21 de março de 2021, em face da pandemia do Covid-19. Em 7 de julho de 2021 foi celebrado o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 538/2015 entre a Prefeitura de Santos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tendo como objeto acrescentar mais três parcelas de repasse, a bem do interesse da coletividade, em face da pandemia do Covid-19. E, o presente aditamento ratifica a vigência de seis meses, a partir de 21 de março de 2021, por meio do sexto aditamento.

2- Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alte-

rados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3- Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4- Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	-	276
Banco conta movimento	223.991	5.551
Aplicações financeiras	1.899.992	1.232.499
	2.123.983	1.238.326

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5- Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura de Santos, por meio do Contrato de Gestão nº 538/2015 e seus aditivos.

6- Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	207.104	235.253
Material médico hospitalar	146.678	235.753
Material de limpeza e higiene	12.628	8.319
Material de manutenção	40.080	38.278
	406.490	517.603

7- Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8- Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	45.523	44.711
INSS retido de serviços a recolher	14.947	14.589
IRRF retido de serviços a recolher	4.207	4.017
ISS a recolher	8.933	7.983
	73.610	71.300

9- Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	347.970	354.832
IRRF a recolher	39.961	48.044
FGTS a recolher	880.039	877.688
INSS sobre autônomos a recolher	43.707	38.437
Outros	2.139	3.136
	1.313.816	1.322.137

10- Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11- Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

12- Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	135.473	208.740
Cível	155.275	94.791
	290.748	303.531

13- Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	2.047.265	795.611
Material médico hospitalar	1.030.473	872.879
Gases industriais e medicinais	177.930	172.722
Material de limpeza e higiene	4.067	126
Outros materiais	75.869	19.884
	3.335.604	1.861.222

14- Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15- Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	1.253.589	1.060.209
Serviços de manutenção predial	168.707	117.191
Locação de veículos e equipamentos	195.021	149.071
Serviços de lavanderia hospitalar	328.299	158.115
Serviços de manutenção de equipamentos	322.012	241.529
Serviços administrativos	1.438	5.031
Serviços de motorista	354.350	294.000
Serviços de portaria	528.723	488.062
Outros serviços	3.530	5.264
	3.155.669	2.518.472

16- Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	533.477	259.723
Material de conservação e reparo	4.510	13.731
Material de consumo administrativo	75.789	147.755
Utilidade pública (água, luz, telefone)	366.177	324.303
Outras despesas	706.330	533.363
	1.686.283	1.278.875

17- Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	42.857	13.174
	42.857	13.174
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(16.375)	(11.907)
Juros financeiros	(51)	(26)
Juros e multas de mora	-	(1)
	(16.426)	(11.934)

18- Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial UPA 24h Central Santos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – UPA 24h Central Santos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - UPA 24h Central Santos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - UPA 24h Central Santos, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade ope-

racional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Mogi das Cruzes II

CNPJ 57.571.275/0026-50

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	822.885	1.286.614	Fornecedores	6	1.334.605	133.547
Convênios e contratos a receber	5	337.285	-	Obrigações fiscais	7	54.927	53.345
Outros créditos		-	2	Obrigações sociais e trabalhistas	8	999.028	814.823
		<u>1.160.170</u>	<u>1.286.616</u>	Provisões de férias	9	614.563	526.321
				Outros passivos		<u>121.456</u>	<u>98.227</u>
						<u>3.124.579</u>	<u>1.626.263</u>
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial		<u>11.006</u>	<u>28.389</u>	Provisão para contingências	10	<u>21.305</u>	<u>9.560</u>
		<u>11.006</u>	<u>28.389</u>			<u>21.305</u>	<u>9.560</u>
Total do ativo		<u>1.171.176</u>	<u>1.315.005</u>	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(320.794)	1.797.573
				Déficits acumulados		<u>(1.653.914)</u>	<u>(2.118.391)</u>
						<u>(1.974.708)</u>	<u>(320.818)</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.171.176</u>	<u>1.315.005</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Contrato de gestão - Municipal	1 (vi)	13.388.936	14.090.841	31 de dezembro de 2019		<u>285.992</u>	<u>852.618</u>
Repasses COVID-19	1 (vii)	6.506.498	4.021.777				<u>1.138.610</u>
Outras receitas		<u>52.197</u>	-	Ajuste do exercício anterior		658.963	-
		<u>19.947.631</u>	<u>18.112.618</u>	Déficit do exercício		-	(2.118.391)
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social		852.618	(852.618)
Com pessoal		(8.567.007)	(7.954.399)				-
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(437.106)	(518.593)	Saldos em			
Prestadores de serviços médicos	12	(10.625.628)	(9.332.870)	31 de dezembro de 2020		<u>1.797.573</u>	<u>(2.118.391)</u>
Prestadores de serviços de terceiros	13	(1.285.093)	(1.216.618)				<u>(320.818)</u>
Administrativas e gerais	14	(674.786)	(1.212.069)	Ajuste do exercício anterior		24	-
Contingências e despesas judiciais		(12.145)	(9.560)	Déficit do exercício		-	(1.653.914)
Bens de terceiros	3 (c)	(5.975)	(6.342)	Incorporação ao patrimônio social		(2.118.391)	2.118.391
		<u>(21.607.740)</u>	<u>(20.250.451)</u>				-
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(1.660.109)</u>	<u>(2.137.833)</u>	Saldos em			
Receitas financeiras	15	20.929	31.396	31 de dezembro de 2021		<u>(320.794)</u>	<u>(1.653.914)</u>
Despesas financeiras	15	<u>(14.734)</u>	<u>(11.954)</u>				<u>(1.974.708)</u>
		<u>6.195</u>	<u>19.442</u>				
Déficit do exercício		<u>(1.653.914)</u>	<u>(2.118.391)</u>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		<u>(1.653.914)</u>	<u>(2.118.391)</u>
Ajustes do exercício anterior		24	658.963
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		11.745	9.560
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios e contratos a receber		(337.285)	-
Outros créditos		2	(2)
Bloqueio judicial		17.383	46.881
Fornecedores		1.201.058	24.912
Obrigações fiscais		1.582	43.215
Obrigações sociais e trabalhistas		184.205	(632.276)
Provisões de férias		88.242	526.321
Outros passivos		23.229	(47.566)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(463.729)</u>	<u>(1.488.383)</u>
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		<u>(463.729)</u>	<u>(1.488.383)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.286.614	2.774.997
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		822.885	1.286.614
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		<u>(463.729)</u>	<u>(1.488.383)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 2.295.958 e R\$ 2.131.779, respectivamente.

(vi) Mogi das Cruzes II

Mogi das Cruzes II é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 16 de abril de 2019, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0026-50, com sede na Rua Dom Luiz de Souza, nº 136, no bairro Jardim Universo, na cidade de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. Em 22 de outubro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 95 – Processo nº 41271/17 – Chamamento Público nº 2/2018, entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC referente ao gerenciamento, operacionalização e a execução de serviços de saúde nas Unidades de Saúde Jardim Universo e Jundiapeba – Pronto Atendimento; Unidade Básica de Saúde Jardim Universo – Atenção Básica; Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes; Serviço de apoio e Diagnose – Exames Radiológicos de Urgência e Emergência nas Unidades de Saúde Jardim Universo, Jundiapeba e Pró Criança; e Serviço de Imagem – Tomografia Computadorizada na Unidade de Saúde Vila Suissa. O prazo de vigência deste contrato de gestão é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 30 de outubro de 2018, podendo ser renovado, havendo concordância das partes. Em 18 de janeiro

de 2021 foi celebrado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto a alteração do Plano de Trabalho Assistencial do Contrato de Gestão, em virtude de demanda por procura por atendimento na especialidade de Clínica Médica e, baixa procura por consultas de pediatra na Unidade Básica de Saúde Jardim Universo, resultado na necessidade de adequação da oferta das duas especialidades de forma proporcional, sem acréscimo no total de volume ou necessidade de alteração financeira.

(vii) Repasses COVID-19

Em 26 de março de 2021 foi celebrado o Quarto Aditivo ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto adotar as providências legais para a excepcional inclusão do aporte de recursos para a inclusão de objetos necessários para a operacionalização dos serviços de Pronto Atendimento Covid-19.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos

substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	-	335
Banco conta movimento	194	443
Aplicações financeiras	822.691	1.285.836
	822.885	1.286.614

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes.

6 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	35.786	35.083
INSS retido de serviços a recolher	9.022	8.624
IRRF retido de serviços a recolher	10.119	9.638
	54.927	53.345

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	498.486	374.631
Rescisões a pagar	-	2.311
IRRF a recolher	48.796	44.232
FGTS a recolher	394.940	356.371
INSS sobre autônomos a recolher	51.517	34.458
Empréstimo consignado a pagar	1.660	2.673
Outros	3.629	147
	999.028	814.823

9 - Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	21.305	9.560
	21.305	9.560

11 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	326.441	180.246
Material médico hospitalar	101.405	337.256
Material de limpeza e higiene	1.980	1.091
Outros materiais	7.280	-
	437.106	518.593

12 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	509.067	527.088
Serviços de vigilância	523.800	517.362
Serviços de manutenção predial	66.875	64.730
Locação de veículos e equipamentos	152.699	80.100
Serviços de manutenção de equipamentos	4.260	1.860
Serviços administrativos	28.392	25.332
Outros serviços	-	146
	1.285.093	1.216.618

14 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	1.018	78
Material de conservação e reparo	3.634	5.239
Material de consumo administrativo	94.028	676.534
Utilidade pública (água, luz, telefone)	5.092	5.822
Outras despesas	571.014	524.396
	674.786	1.212.069

15 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	20.929	31.396
	20.929	31.396
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(14.734)	(11.951)
Juros financeiros	-	(3)
	(14.734)	(11.954)

16 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Mogi das Cruzes II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Central de Convênios – Mogi das Cruzes II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE / ERRATA

CNPJ 57.571.275/0025-70

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	875	19.710.315	Fornecedores	6	8.474.799	1.770.700
Outros créditos	5	<u>110.260.657</u>	<u>204.147</u>	Obrigações fiscais	7	771.548	661.912
		<u>110.261.532</u>	<u>19.914.462</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	8	23.038.953	23.328.580
				Provisões de férias	9	29.578.963	30.758.456
				Outros passivos	10	<u>110.410.609</u>	<u>1.686.765</u>
						<u>172.274.872</u>	<u>58.206.413</u>
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial		<u>211.619</u>	<u>3.916.175</u>	Provisão para contingências	11	<u>5.324.151</u>	<u>8.471.711</u>
		<u>211.619</u>	<u>3.916.175</u>			<u>5.324.151</u>	<u>8.471.711</u>
Total do ativo		<u>110.473.151</u>	<u>23.830.637</u>	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(43.194.514)	(59.686.025)
				Superávits (déficits) acumulados		(23.931.358)	16.838.538
						<u>(67.125.872)</u>	<u>(42.847.487)</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>110.473.151</u>	<u>23.830.637</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Receitas operacionais				Saldos em				
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	436.733.591	438.319.452	31 de dezembro de 2019		896.034	(30.159.111)	(29.263.077)
Repasso público - COVID-19	1 (vii)	1.579.330	6.249.699	Ajuste do exercício anterior		(30.422.948)	-	(30.422.948)
Outras receitas		<u>20.296</u>	<u>10.933</u>	Superávit do exercício		-	16.838.538	16.838.538
		<u>438.333.217</u>	<u>444.580.084</u>	Incorporação ao patrimônio social		(30.159.111)	30.159.111	-
Despesas operacionais				Saldos em				
Com pessoal		(333.761.633)	(312.979.912)	31 de dezembro de 2020		(59.686.025)	16.838.538	(42.847.487)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(2.246.381)	(1.984.506)	Ajuste do exercício anterior		(347.027)	-	(347.027)
Prestadores de serviços médicos	13	(79.273.018)	(55.753.454)	Déficit do exercício		-	(23.931.358)	(23.931.358)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(41.184.101)	(40.845.821)	Incorporação ao patrimônio social		16.838.538	(16.838.538)	-
Administrativas e gerais	15	(3.868.865)	(7.396.300)	Saldos em				
Atividades acadêmicas		(873.865)	(1.463.797)	31 de dezembro de 2021		(43.194.514)	(23.931.358)	(67.125.872)
Contingências e despesas judiciais		(979.207)	(7.282.475)	Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(23.923.761)	16.783.173	
Bens de terceiros	3 (d)	(69.908)	(90.646)	Receitas financeiras	16	78.746	81.786	
		<u>(462.256.978)</u>	<u>(427.796.911)</u>	Despesas financeiras	16	<u>(86.343)</u>	<u>(26.421)</u>	
Superávit (déficit) do exercício		<u>(23.931.358)</u>	<u>16.838.538</u>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		(23.931.358)	16.838.538
Ajustes do exercício anterior		(347.027)	(30.422.948)
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		(3.147.560)	5.180.879
Variações nos ativos e passivos:			
Outros créditos		(110.056.510)	(22.445)
Bloqueio judicial		3.704.556	(451.952)
Fornecedores		6.704.099	(6.840.668)
Obrigações fiscais		109.636	(30.586)
Obrigações sociais e trabalhistas		(289.627)	2.967.485
Provisões de férias		(1.179.493)	30.758.456
Outros passivos		108.723.844	441.064
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(19.709.440)	(200.679)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(19.709.440)	(200.679)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.710.315	1.493.171
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		875	1.292.492
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(19.709.440)	(200.679)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Contratado x Realizado - 2021

Atenção Básica	Contrato	Realizado	%	Atenção Hospitalar de Urgência e Emergência	Contrato	Realizado	%
Atendimento Médico	611.840	533.748	(12,76)	Utilização de classificação de Risco em pacientes atendidos em UPA	95%	100%	-
Atendimento Enfermagem	489.000	288.558	(40,99)	Manutenção da Cobertura da Escala médica de UPA 24h	90%	99,15%	-
Atendimento Dentista	180.880	131.739	(27,17)	Manutenção da Cobertura da Escala Médica do SAMU 192	90%	93,24%	-
Visita ACS	7.888.000	9.596.861	21,66				
Atenção Especializada	Contrato	Realizado	%	Vigilância em Saúde	Contrato	Realizado	%
Realizar Campanha de Prevenção	12	5	(58,33)	Realização de exames/analise para programa pró-agua, tuberculose, sífilis em gestante (VDRL) arboirose	26.760	33.801	26,31
Consulta de Profissionais de nível superior exceto médico	83.844	65.999	(21,28)	Elaboração de infomes técnicos e boletins epidemiológicos com disseminação nas diversas áreas da SS	12	50	316,67
Consulta médica	162.756	128.789	(20,87)	Ciclo de visitas de combate vetorial da dengue com cobertura de pelo menos 80% dos imóveis cadastrados realizados	4	2	(50,00)
Atendimento/acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor	6.000	5.747	(4,22)	Animais vacinados na Campanha Antirrábica	35.000	4.450	(87,29)
Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras	18.000	21.726	20,70	Educação em Saúde	150	138	(8,00)
Acolhimento diurno de paciente em centro de atenção psicossocial	17.220	14.567	(15,41)	Feira de adoção de cães e gatos	12	3	(75,00)
Atendimento individual de pacientes em centro de atenção psicossocial	64.116	71.787	11,96	Manutenção, investigação de doenças e tratamento dos animais alojados na DVCZ	100%	100%	-
Atendimento em grupo de paciente em centro de atenção psicossocial	27.528	27.076	(1,64)	Investigação dos acidentes fatais e com menores	100%	100%	-
Atendimento familiar em centro de atenção psicossocial	5.232	6.011	14,89	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho em 95%	100%	100%	-
Realização de exames de ultrassonografia	42.000	36.589	(12,88)	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros totais, cloro residual livre e turbidez	100%	100%	-
Realização de exames de Análise Clínicas	3.300.000	3.587.109	8,70	Realização de eventos de educação em saúde para o setor regulado e população	7	5	(28,57)
Apoio Gerencial	Contrato	Realizado	%	Apoio Gestão SUS	Contrato	Realizado	%
Apoiar adequações ambientais físicos dos serviços de saúde, aquisição de equipamentos e demais demandas	100%	100%	-	Atender na totalidade os pacientes enquadrados nos Protocolos e Normas Técnicas da Secretaria Estadual	100%	100%	-
Manter as unidades em funcionamento, com manutenção de acordo com as necessidades	100%	100%	-	Produção de Relatório Mensal	12	4	(66,67)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CG-CER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 89.448.118 e R\$ 83.878.616, respectivamente.

(vi) Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE

Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 002/2018 entre a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de conjugação de esforços, considerados os objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito da rede saúde do município de São Bernardo do Campo. O prazo de vigência deste convênio é de doze meses, contados a partir do dia 1 de janeiro de 2019, podendo ser prorrogado por mais quatro períodos iguais e sucessivos, até o limite de sessenta meses. Em 18 de dezembro de 2020 foi celebrado o Sexto Termo de Aditamento nº 016/2020 ao Contrato de Gestão SS nº 002/2018, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência pelo período de doze meses consecutivos, a partir de 1 de janeiro de 2021. Em 5 de maio de 2021 foi celebrado o Sétimo Termo de Aditamento nº 003/2021 ao Contrato de Gestão SS nº 002/2018 e Termo de Aditamento nº 016/2020, com objeto de incluir a Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF, sob o número 57.571.275/0025-70, como a Entidade mantida da Fundação do ABC que fará a gestão dos recursos repassados pelo Município de São Bernardo do Campo, no âmbito do Contrato de Gestão SS nº 002/2018, relativo a Rede de Saúde, no que for pertinente às despesas de custeio dos recursos humanos e demais obrigações assumidas por meio da aplicação do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços de Terceiros e Obras da FUABC. O objeto do aditamento foi autorizado pelo artigo 3º da Lei Municipal nº 6.968, de 22 de abril de 2021, e terá efeitos retroativos ao dia 1º de abril de 2021, conforme artigo 6º, do mesmo diploma legal. Em 1 de setembro de 2021 foi celebrado o Termo de Rerratificação SS nº 003/2021 ao Sexto Termo de Aditamento nº 016/2020 do Contrato de Gestão SS nº 002/2018, retificando a Cláusula 4.2, do Termo de Aditamento, segregando o repasse para custear as despesas com enfrentamento da pandemia Covid-19 e para custear as despesas ordinárias. Em 2020, este contrato foi apresentado como sendo da unidade de Central de Convênios – São Bernardo do Campo.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo

quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	320	741
Aplicações financeiras	555	19.709.574
	875	19.710.315

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a rateio a receber das despesas compartilhadas com as filiais da Fundação do ABC.

6 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	336.427	268.216
INSS retido de serviços a recolher	309.690	278.499
IRRF retido de serviços a recolher	86.366	67.708
ISS a recolher	39.065	47.489
	771.548	661.912

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	14.320.440	14.813.983
Rescisões a pagar	103.994	49.043
IRRF a recolher	3.394.230	3.475.710
FGTS a recolher	2.424.232	2.435.438
INSS sobre autônomos a recolher	1.690.265	1.620.787
Empréstimo consignado a pagar	988.798	818.007
Outros	116.994	115.612
	23.038.953	23.328.580

9 - Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

10 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

11 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	5.266.173	8.413.733
Cível	57.978	57.978
	5.324.151	8.471.711

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	117.081	77.529
Material médico hospitalar	1.936.025	1.316.254
Material de laboratório	676	17.439
Dieta enteral e parenteral	42	-
Material de limpeza e higiene	9.981	148.306
Outros materiais	182.576	424.978
	2.246.381	1.984.506

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
-----------	------	------

Serviços de limpeza hospitalar	18.921.204	19.084.256
Serviços de informática	609.482	327.830
Serviços de vigilância	12.933.417	12.328.601
Serviços de manutenção predial	3.604.614	4.023.901
Serviços de refeitório	2.207	8.410
Locação de veículos e equipamentos	791.747	664.958
Serviços de manutenção de equipamentos	2.308.604	2.523.695
Serviços administrativos	1.464.192	1.057.033
Serviços de motorista	283.186	289.446
Serviços de portaria	156.184	153.277
Outros serviços	109.264	384.414
	41.184.101	40.845.821

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	15.821	22.928
Material de conservação e reparo	557.606	389.487
Material de consumo administrativo	349.816	1.199.388
Utilidade pública (água, luz, telefone)	888.763	529.213
Seguros patrimoniais	4.422	14.910
Outras despesas	2.052.437	5.240.374
	3.868.865	7.396.300

16 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	78.746	81.786
	78.746	81.786
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(13.910)	(26.421)
Juros financeiros	(2.596)	-
Juros e multas de mora	(69.837)	-
	(86.343)	(26.421)

17 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

.Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da
Fundação do ABC – Complexo de Saúde de
São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsa-

bilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

**Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0**

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo de Saúde do Município de São Bernardo do Campo / ERRATA

CNPJ 57.571.275/0025-70

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.401	4.062.449	Fornecedores	7	31.954.950	20.461.228
Convênios e contratos a receber	5	-	4.166.978	Obrigações fiscais	8	1.776.004	1.229.258
Estoques	6	21.636.041	14.086.625	Obrigações sociais e trabalhistas	9	23.050.100	24.666.919
Outros créditos		<u>110.628.596</u>	<u>16.594</u>	Provisões de férias	10	26.472.615	26.167.501
		132.297.038	22.332.646	Outros passivos		<u>108.449.353</u>	<u>213.458</u>
						191.703.022	72.738.364
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial		<u>9.525</u>	<u>9.525</u>	Provisão para contingências	11	<u>8.367.541</u>	<u>10.008.336</u>
		9.525	9.525			8.367.541	10.008.336
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(60.404.529)	(61.406.224)
				Superávits (déficits) do exercício		(7.359.471)	1.001.695
						(67.764.000)	(60.404.529)
Total do ativo		132.306.563	22.342.171	Total do passivo e patrimônio líquido		132.306.563	22.342.171

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados
Receitas operacionais				Saldos em			
Convênios públicos - Municipal	1 (vi)	706.867.258	602.143.979	31 de dezembro de 2019		(558.061)	(36.545.395)
Outras receitas		<u>206.151</u>	<u>51.531</u>				(37.103.456)
		707.073.409	602.195.510	Ajuste do exercício anterior		(24.302.768)	- (24.302.768)
Despesas operacionais				Superávit do exercício		-	1.001.695 1.001.695
Com pessoal		(339.751.683)	(300.662.228)	Incorporação ao patrimônio social		(36.545.395)	36.545.395
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(106.999.797)	(78.036.772)				-
Prestadores de serviços médicos	13	(132.861.718)	(108.984.948)	Saldos em			
Prestadores de serviços de terceiros	14	(113.428.809)	(88.679.529)	31 de dezembro de 2020		(61.406.224)	1.001.695 (60.404.529)
Administrativas e gerais	15	(5.135.393)	(5.237.969)	Déficit do exercício		-	(7.359.471) (7.359.471)
Atividades acadêmicas		(15.227.954)	(15.450.773)	Incorporação ao patrimônio social		1.001.695	(1.001.695)
Contingências e despesas judiciais		(96.258)	-				-
Bens de terceiros	3 (e)	<u>(722.371)</u>	<u>(4.068.418)</u>	Saldos em			
		(714.223.983)	(601.120.637)	31 de dezembro de 2021		(60.404.529)	(7.359.471) (67.764.000)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(7.150.574)	1.074.873				
Receitas financeiras	16	8.337	71.974				
Despesas financeiras	16	<u>(217.234)</u>	<u>(145.152)</u>				
		(208.897)	(73.178)				
Superávit (déficit) do exercício		(7.359.471)	1.001.695				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		(7.359.471)	1.001.695
Ajustes do exercício anterior		-	(24.302.768)
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		(1.640.795)	(3.961.931)
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios a receber		4.166.978	7.870.855
Estoques		(7.549.416)	(6.661.923)
Outros créditos		(110.612.002)	(16.594)
Bloqueio judicial		-	477.544
Fornecedores		11.493.722	(7.362.881)
Obrigações fiscais		546.746	587.278
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.616.819)	7.214.956
Provisões de férias		305.114	26.167.501
Outros passivos		108.235.895	(104.377)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(4.030.048)	909.355
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(4.030.048)	909.355
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.062.449	3.153.094
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		32.401	4.062.449
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		(4.030.048)	909.355

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Contratado x Realizado - 2021

HOSPITAL ANCHIETA - HA			
Saídas	Contrato	Realizado	%
Saídas Hospitalares	1.050	2.320	120,95
Ambulatorial	Contrato	Realizado	%
Consultas Médicas	9.600	9.181	(4,36)
Quimioterapias	6.840	7.740	13,16
Nº Casos Novos Radioterapia	568	560	(1,41)
SADT Externo	Contrato	Realizado	%
Análises Clínicas	47.250	86.510	83,09
Radiografia	210	16	(92,38)
Tomografia	1.890	1.465	(22,49)
Ultrassonografia	420	469	11,67
HOSPITAL DE CLÍNICAS - HC			
Saídas	Contrato	Realizado	%
Saídas Hospitalares	7.320	9.091	24,19
Ambulatorial	Contrato	Realizado	%
Consultas Médicas	87.600	66.428	(24,17)
Consultas não Médicas	9.840	9.367	(4,81)
SADT Externo	Contrato	Realizado	%
Análises Clínicas	192.000	156.712	(18,38)
Radiografia	1.560	118	(92,44)
Tomografia	9.600	6.670	(30,52)
Densitometria Óssea	8.280	3.443	(58,42)
Ultrassonografia	6.240	6.213	(0,43)
Ressonância Magnética	12.720	3.059	(75,95)
Ooscopia	6.720	2.128	(68,33)
Cintilografia	1.440	1.993	38,40
Procedimento Cirúrgico	Contrato	Realizado	%
Centro Cirúrgico	3.060	9.205	200,82
Hospital-Dia	1.440	481	(66,60)
Atendimento Domiciliar	Contrato	Realizado	%
Visita Equipe Multi Nível Superior	24.153	30.113	24,68
Visita Técnico Enfermagem	18.288	22.086	20,77
Procedimento Enfermagem	192.000	220.782	14,99
HOSPITAL DE CAMPANHA COVID - HOSPITAL DE URGÊNCIA			
Internação	Contrato	Realizado	%
Internações em UTI/Mês	3.360	1.398	(58,39)
Internações Enfermaria/Mês	4.920	3.171	(35,55)

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéficiente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CG-CER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITÁRIO - HMU			
Saídas Hospitalares	Contrato	Realizado	%
Obstetrícia e Ginecologia	8.100	6.710	(17,16)
Neonatologia	900	769	(14,56)
Procedimentos	Contrato	Realizado	%
Procedimentos Obstétricos	5.400	4.526	(16,19)
Procedimentos Ginecológicos	1.560	1.186	(23,97)
Atendimentos às Urgências	Contrato	Realizado	%
Consultas de Urgência	36.000	29.766	(17,32)
Atendimento Ambulatorial	Contrato	Realizado	%
Consultas Especializadas Médicas	36.000	32.973	(8,41)
Consultas Especializadas não Médicas	22.320	23.877	6,98
SADT Externo	Contrato	Realizado	%
Externo	37.200	32.852	(11,69)
HOSPITAL PRONTO SOCORRO CENTRAL - HPSC			
Atendimento de Urgência e Emergência	Contrato	Realizado	%
Clinica Geral	90.615	31.440	(65,30)
Ortopedia/Traumatologia	91.520	30.009	(67,21)
Oftalmologia	33.910	13.216	(61,03)
Pediatria	43.655	8.650	(80,19)
Odontologia	8.395	13.331	58,80
Cirurgia Geral	18.794	12.161	(35,29)
Neurologia	1.932	1.794	(7,14)
Saídas	Contrato	Realizado	%
Clinica Geral	3.388	3.275	(3,34)
Ortopedia/Traumatologia	527	162	(69,26)
Oftalmologia	43	19	(55,81)
Pediatria	1.694	1.568	(7,44)
Cirurgia Geral	1.345	1.328	(1,26)
Neurologia	706	751	6,37
HOSPITAL DE CAMPANHA COVID - HOSPITAL ANCHIETA			
Internação	Contrato	Realizado	%
Internações em UTI/Mês	180	637	253,89
Internações Enfermaria/Mês	2.700	1.922	(28,81)
HOSPITAL DE CAMPANHA COVID - HOSPITAL DE CLÍNICAS			
Internação	Contrato	Realizado	%
Internações em UTI/Mês	960	622	(35,21)
Internações Enfermaria/Mês	1.320	953	(27,80)

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Desse forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 91.053.451 e R\$ 80.577.477, respectivamente.

(vi) Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo

O Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 17 de maio de 2012, inscrita no

CNPJ/MF nº 57.571.275/0017-60, com sede na Estrada dos Alvarengas, nº 1.001, no bairro Alvarenga, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 001/2018 entre Prefeitura do Município de São Bernardo, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC, para conjugação de esforços, considerados objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo. O Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo é formado pelo Hospital Municipal Universitário, o Hospital Anchietá, o Hospital e Pronto Socorro Central e o Hospital de Clínicas Municipal. Em 27 de julho de 2021 foi celebrado o Segundo Termo de Rerratificação SS nº 002/2021 ao Primeiro Termo de Rerratificação nº 001/2021 ao Sexto Termo de Aditamento SS nº 015/2020 ao Contrato de Gestão nº 001/2018 entre a Prefeitura do Município de São Bernardo e Fundação do ABC, com objetivo de retificar nas Cláusulas do Primeiro Termo de Rerratificação nº 001/2021 os valores para custear as despesas ordinárias e para as despesas relacionadas ao enfrentamento à pandemia da Covid-19, do período de janeiro a julho de 2021. Em 27 de julho de 2021 foi celebrado o Oitavo Termo de Aditamento SS nº 004/2021 do Contrato de Gestão nº 001/2018 entre a Prefeitura do Município de São Bernardo e Fundação do ABC, com objetivo de repactuar o valor constante da Cláusula 4.2 , do Sexto Termo de Aditamento SS nº 015/2020 para o cumprimento das metas quantitativas e qualitativas, referentes aos Plano de Trabalho das unidades hospitalares que compõem o Complexo Hospitalar, e para cobrir as despesas relativas aos meses de agosto a outubro de 2021.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos ini-

cialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Banco conta movimento	1.600	1.600
Aplicações financeiras	30.801	4.060.849
	32.401	4.062.449

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros

referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

6 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	12.127.606	5.662.468
Material médico hospitalar	7.424.387	7.097.885
Material de limpeza e higiene	342.398	116.908
Material de manutenção	772.573	331.760
Outros materiais	969.077	877.604
	21.636.041	14.086.625

7 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	1.161.404	551.841
INSS retido de serviços a recolher	347.337	384.564
IRRF retido de serviços a recolher	116.927	145.828
ISS a recolher	150.336	147.025
	1.776.004	1.229.258

9 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	14.989.330	16.682.156
Rescisões a pagar	171.991	31.688
IRRF a recolher	2.896.624	2.897.455
FGTS a recolher	2.380.581	2.537.294
INSS sobre autônomos a recolher	1.689.806	1.788.844
Empréstimo consignado a pagar	806.503	674.195
Outros	115.265	55.287
	23.050.100	24.666.919

10 - Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

11 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	4.827.814	6.309.182
Cível	3.539.727	3.699.154
	8.367.541	10.008.336

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	39.406.000	28.880.331
Material médico hospitalar	60.501.587	45.533.280
Gases industriais e medicinais	3.709.334	2.456.253
Material de limpeza e higiene	3.166.051	1.110.542
Outros materiais	216.825	56.366
	106.999.797	78.036.772

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	42.724.792	33.506.146
Serviços de informática	5.913.182	4.381.161
Serviços de manutenção predial	21.129.362	17.340.928
Serviços de refeitório	24.136.528	18.229.542
Locação de veículos e equipamentos	3.112.609	2.627.140
Serviços de lavanderia hospitalar	10.688.712	7.215.190
Serviços de manutenção de equipamentos	287.293	338.389
Serviços administrativos	4.584.539	4.133.413
Serviços de motorista	356.977	724.701
Serviços de logística	281.711	-
Outros serviços	213.104	182.919
	113.428.809	88.679.529

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	668.590	493.605
Material de conservação e reparo	2.440.182	2.399.976
Material de consumo administrativo	1.684.146	2.000.617
Utilidade pública (água, luz, telefone)	80.961	81.896
Seguros patrimoniais	125.276	117.896
Outras despesas	136.238	143.979
	5.135.393	5.237.969

16 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	8.337	71.974
	8.337	71.974
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(71.865)	(112.145)
Juros e multas de mora	(145.369)	(4.867)
Outras despesas financeiras	-	(28.140)
	(217.234)	(145.152)

17 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da
Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de
São Bernardo do Campo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Respon-

bilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2022.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Abril de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME ITAPEVI

CNPJ 57.571.275/0028-12

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado		
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Receitas operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.553.116	2.358.825	Fornecedores	7	67.103	101.295	Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	14.152.632
Estoques	5	203.931	172.762	Obrigações fiscais	8	37.490	35.645	Outras receitas	-	620
Outros créditos		241	-	Obrigações sociais e trabalhistas	9	453.468	417.743		14.152.632	15.023.252
		1.757.288	2.531.587	Provisões de férias	10	530.616	493.965	Despesas operacionais		
				Outros passivos		18.954	38.283	Com pessoal	(6.790.570)	(6.555.628)
						1.107.631	1.086.931	Medicamentos e insumos hospitalares	(743.390)	(648.452)
Não circulante				Não circulante				Prestadores de serviços médicos	12	(4.380.911)
Bloqueio judicial	6	755.333	3.920	Provisão para contingências	11	71.279	15.121	Prestadores de serviços de terceiros	13	(4.783.854)
		755.333	3.920	Patrimônio líquido		71.279	15.121	Administrativas e gerais	14	(1.689.832)
				Patrimônio social		1.433.455	616.474	Contingências e despesas judiciais	15	(539.946)
				Déficits acumulados		(99.744)	816.981	Bens de terceiros	3 (d)	(89.603)
						1.333.711	1.433.455			(14.295.522)
Total do ativo		2.512.621	2.535.507	Total do passivo e patrimônio líquido		2.512.621	2.535.507	Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(142.890)
								Receitas financeiras	16	50.475
								Despesas financeiras	16	(7.329)
										43.146
										3.354
								Superávit (déficit) do exercício		(99.744)
										816.981

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					Demonstração do Fluxo de Caixa						
	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total						2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	1.100.490	1.100.490	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Incorporação ao patrimônio social		1.100.490	(1.100.490)	-	Superávit (déficit) do exercício					(99.744)	816.981
Ajustes do exercício anterior		(484.016)	-	(484.016)	Ajuste do exercício anterior					-	(484.016)
Superávit do exercício		-	816.981	816.981	Ajustes para conciliar o resultado						
Saldos em 31 de dezembro de 2020		616.474	816.981	1.433.455	Provisões para contingências					56.158	15.121
Incorporação ao patrimônio social		816.981	(816.981)	-	Variações nos ativos e passivos						
Déficit do exercício		-	(99.744)	(99.744)	Estoques					(31.169)	(69.285)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.433.455	(99.744)	1.333.711	Outros créditos					(241)	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado	1º Semestre		2º Semestre							
Consultas Médicas	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%				
Primeiras Consultas Rede	7.800	6.514	(16,49)	7.800	6.272	(19,59)	Fornecedores			
Interconsultas	4.698	4.841	3,04	4.698	3.743	(20,33)	Obrigações fiscais			
Consultas Subseqüentes	18.396	17.839	(3,03)	18.396	19.513	6,07	Obrigações sociais e trabalhistas			
Total	30.894	29.194	(5,50)	30.894	29.528	(4,42)	Provisões de férias			
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Outros passivos			
Consultas Não Médicas	4.752	6.130	29,00	4.752	6.768	42,42				
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	8.304	9.059	9,09	8.304	8.795	5,91				
Total	13.056	15.189	16,34	13.056	15.563	19,20				
Atividade Cirúrgica	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais			
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	510	563	10,39	510	544	6,67	(805.709)			
Cirurgia Ambulatorial Menor cma	1.590	1.569	(1,32)	1.590	1.730	8,81	Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			
Total	2.100	2.132	1,52	2.100	2.274	8,29	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
							2.358.825			
							Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
							1.553.116			
							Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			
							(805.709)			

Base de apresentação. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros.

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 - Principais práticas contábeis adotadas.

3.1 Descrição das principais práticas contábeis adotadas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa.

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques.

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante.

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros.

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens de terceiros".

(e) Passivo circulante.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores

conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Descrição	2021	2020
Trabalhista	37.850	15.121
Cível	33.429	-
	71.279	15.121

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	125.004	136.871
Material médico hospitalar	315.227	319.979
Gases industriais e medicinais	99.409	71.223
Material de limpeza e higiene	119.739	116.525
Outros materiais	84.011	3.854
	743.390	648.452

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de informática	351.909	321.933
Serviços de vigilância	155.139	172.385
Serviços de manutenção predial	33.917	18.431
Locação de veículos e equipamentos	156.750	161.050
Serviços de lavanderia hospitalar	28.204	27.709
Serviços de manutenção de equipamentos	271.079	180.705
Serviços administrativos	456.289	448.288
Serviços de motorista	9.131	6.237
Serviços de portaria	197.760	208.552
Outros serviços	29.654	28.450
	1.689.832	1.573.740

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	13.251	11.173
Material de conservação e reparo	65.127	56.662
Material de consumo administrativo	113.087	120.243
Utilidade pública (água, luz, telefone)	350.758	330.087
Seguros patrimoniais	4.662	7.105
Outras despesas	24.869	14.676
	571.754	539.946

16 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	50.475	28.805
	50.475	28.805
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(7.329)	(10.034)
	(7.329)	(10.034)

17 - Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, raio e explosão	R\$ 6.878.117
Roubo e/ou subtração de bens mediante arrombamento	R\$ 200.000
Tumultos, greves e atos dolosos	R\$ 50.000
Danos elétricos	R\$ 50.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo	R\$ 50.000
Despesas fixas (incêndio)	R\$ 50.000
Recomposição de registros e documentos	R\$ 10.000

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN

Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – Itapevi. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – Itapevi, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – Itapevi, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** O auditor é responsável por elaborar demonstrações contábeis que são consistentes com as informações disponíveis ao público, de maneira que não cause distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O auditor deve exercer julgamento profissional e mantém ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Itapevi, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME MAUÁ

CNPJ 57.571.275/0016-89

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Receitas operacionais	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Despesas operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	4	342.025	12.050	Fornecedores	7	88.046	282.559	Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	12.165.436	10.480.782
Estoques	5	100.201	72.408	Obrigações fiscais	8	50.617	34.731			12.165.436	10.480.782
Outros créditos		694	545	Obrigações sociais e trabalhistas	9	107.041	329.175	Despesas operacionais			
		442.920	85.003	Provisões de férias	10	413.365	411.618	Com pessoal		(4.785.637)	(4.849.203)
				Outros passivos		264.805	71.705	Medicamentos e insumos hospitalares	12	(323.895)	(292.624)
Não circulante						923.874	1.129.788	Prestadores de serviços médicos	13	(5.242.447)	(4.683.669)
Bloqueio judicial	6	254.982	-	Não circulante				Prestadores de serviços de terceiros	14	(629.035)	(747.519)
		254.982	-	Provisão para contingências	11	67.000	55.772	Administrativas e gerais	15	(275.053)	(310.884)
								Atividades Acadêmicas		(65.440)	(48.206)
				Patrimônio líquido				Contingências e despesas judiciais		(37.723)	(6.069)
				Patrimônio social				Bens de terceiros	3 (d)	(2.815)	(47.116)
				Superávits (déficits) acumulados						(11.362.045)	(10.985.290)
Total do ativo		697.902	85.003	Total do passivo e patrimônio líquido		697.902	85.003	Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		803.391	(504.508)
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021											
Contratado X Realizado		1º Semestre		2º Semestre				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Consultas Médicas		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Saldo em 31 de dezembro de 2019		155.896	(414.141)
Primeiras Consultas Rede		7.044	6.104	(13,34)	7.396	5.827	(21,21)	Incorporação ao patrimônio social		(414.141)	414.141
Interconsultas		1.488	1.670	12,23	1.568	1.625	3,64	Ajustes do exercício anterior	11	(338.772)	(338.772)
Consultas Subsequentes		9.648	10.728	11,19	10.136	11.596	14,40	Deficit do exercício		-	(503.540)
Total		18.180	18.502	1,77	19.100	19.048	(0,27)				
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Saldo em 31 de dezembro de 2020		(597.017)	(503.540)
Consultas Não Médicas		3.600	3.548	(1,44)	3.600	3.303	(8,25)	Incorporação ao patrimônio social		(503.540)	503.540
Procedimentos Terapêuticos (sessões)		4.680	4.534	(3,12)	4.680	4.745	1,39	Superávit do exercício		-	807.585
Total		8.280	8.082	(2,39)	8.280	8.048	(2,80)				
Atividade Cirúrgica		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Saldo em 31 de dezembro de 2021		(1.100.557)	807.585
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA		522	591	13,22	526	547	3,99				
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA		1.290	1.326	2,79	1.290	1.220	(5,43)				
Total		1.812	1.917	5,79	1.816	1.767	(2,70)				
SADT Externo		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%				
Diagnóstico por Ultra-Sonografia		4.890	4.756	(2,74)	4.910	4.778	(2,69)				
Diagnóstico por Tomografia		-	172	-	120	268	123,33				
Diagnóstico por Endoscopia		390	268	(31,28)	390	213	(45,38)				
Métodos Diagnósticos em Especialidades		1.530	1.669	9,08	1.530	1.311	(14,31)				
Total		6.810	6.865	0,81	6.950	6.570	(5,47)				
Exames de Alta Suspeição - Oncologia		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%				
Esogastroduodenoscopia		-	-	-	680	514	(24,41)				
US próstata abdominal		-	-	-	68	58	(14,71)				
US tireóide		-	-	-	152	80	(47,37)				
Total		-	-	-	900	652	(27,56)				
Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%				
Consultas médicas											
Primeiras Consultas em Oftalmologia		-	-	-	600	483	(19,50)				
Total		-	-	-	600	483	(19,50)				
Exames em Oftalmologia											
Biometria Ultrassônica (Monocular)		-	-	-	222	237	6,76				
Campimetria Computadorizada		-	-	-	120	124	3,33				
Mapeamento de Retina		-	-	-	120	120	-				
Microscopia Especular de Córnea		-	-	-	360	374	3,89				
Paquimetría Ultrassônica		-	-	-	720	745	3,47				
Retinografia Colorida Binocular		-	-	-	690	792	14,78				
Retinografia Fluorescente		-	-	-	90	76	(15,56)				
Binocular / Angiofluoresceinografia		-	-	-	600	699	16,50				
Tomografia de Coerência Óptica - OCT		-	-	-	600	405	(32,50)				
Topografia Computadorizada de Córnea		-	-	-	150	148	(1,33)				
US de Globo Ocular / Órbita (Monocular)		-	-	-	3.672	3.720	1,31				
Cirurgias Oftalmológicas											
Capsulotomia a YAG Laser		-	-	-	105	91	(13,33)				
Facetectomia c/ Implante de Lente Intra-Ocular		-	-	-	750	751	0,13				
Fotoagulhamento à Laser		-	-	-	90	69	(23,33)				
Total		-	-	-	945	911	(3,60)				
Total Geral		-	-	-	5.217	5.114	(1,97)				
1 - Contexto operacional. (i) Objetivo social. A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficiante, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS. De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGC/CFC/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) Gratuidades nas áreas de educação e saúde. A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) PIS / PASEP. A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001384-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) Isenção previdenciária usufruída. Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 1.282.551 e R\$ 1.299.586, respectivamente. (vi) Ambulatório de Especialidades Médicas - AME - O.S.S - Mauá. O Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Mauá (AME Mauá) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 17 de maio de 2012, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0016-89, com sede na Rua Professor Américo Perrella, nº 171, no Centro, na cidade de Mauá, no estado de São Paulo. A unidade conta com as áreas de alergologia, neurologia, cardiolgia, oftalmologia, dermatologia, ortopedia, endocrinologia, urologia, gastroclínica e nefrologia. As áreas não médicas atendidas são enfermagem, psicologia e fisioterapia. A unidade também realiza pequenas cirurgias ambulatoriais, assim como exames de diagnóstico e terapia, entre os quais endoscopia, ecodopplercardiograma, eletrocardiograma, eletroneuromiografia, teste ergométrico, holter, MAPA, eletroencefalografia, urodinâmica, ultrassonografia simples e com doppler, tomografia de coerência óptica, retinografia, topografia, microscopia especular de córnea, angiofluoresceinografia, biometria e campimetria computadorizada. (vii) Contrato de gestão. Em 23 de setembro de											

5 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	26.479	14.098
Material médico hospitalar	57.874	37.542
Material de limpeza e higiene	3.025	1.630
Material de manutenção	10.158	14.986
Outros materiais	2.665	4.152
	100.201	72.408

6 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do AME-Mauá.

7 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	38.278	26.273
IRRF retido de serviços a recolher	12.339	8.458
	50.617	34.731

9 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	-	216.655
IRRF sobre folha a recolher	49.756	52.567
FGTS a recolher	33.398	34.853
INSS sobre autônomos a recolher	20.355	22.347
Outros	3.532	2.753
	107.041	329.175

10 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	67.000	55.772
	67.000	55.772

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	66.726	50.928
Material médico hospitalar	202.605	194.772
Gases industriais e medicinais	6.305	3.336
Material de limpeza e higiene	47.977	43.528
Outros materiais	282	60
	323.895	292.624

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de informática	158.391	187.973
Serviços de vigilância	8.371	7.957
Serviços de manutenção predial	12.763	50.937
Serviços de lavanderia hospitalar	22.249	20.248
Serviços de manutenção de equipamentos	170.371	200.672

Serviços administrativos	256.890	278.865
Outros serviços	-	867
	629.035	747.519

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	6.125	7.099
Material de conservação e reparo	15.976	44.881
Material de consumo administrativo	32.379	49.736
Utilidade pública (água, luz, telefone)	207.565	196.654
Seguros patrimoniais	7.174	6.576
Outras despesas	5.834	5.938
	275.053	310.884

16 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	14.483	8.768
	14.483	8.768
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(10.289)	(7.800)
	(10.289)	(7.800)

17 - Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 7.000.000
Alagamento e inundação	R\$ 150.000
Danos elétricos	R\$ 500.000
Responsabilidade civil operações	R\$ 500.000
Roubo e furto mediante arrombamento	R\$ 350.000

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN

Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração**

e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Mauá, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **Unity Auditores Independentes**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André do Campo. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME PRAIA GRANDE

CNPJ 57.571.275/0010-93

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado				
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido		Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	
Circulante				Circulante					Receitas operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.591	1.582.596	Fornecedores	5	169.541	183.297	Contrato de gestão - Estadual	1(vii)	18.107.412	18.740.631	
Outros créditos		144	-	Obrigações fiscais	6	110.774	117.834			18.107.412	18.740.631	
		6.735	1.582.596	Obrigações sociais e trabalhistas	7	273.577	291.681	Despesas operacionais				
Não circulante				Provisões de férias	8	322.789	332.448	Com pessoal	(4.070.571)	(4.080.187)		
Bloqueio judicial		1.604	-	Outros passivos		31.324	16.254	Medicamentos e insumos hospitalares	11	(440.543)	(404.192)	
		1.604	-			908.005	941.514	Prestadores de serviços médicos	12	(10.777.679)	(9.678.161)	
Total do ativo		8.339	1.582.596	Não circulante	9	251.578	436.078	Prestadores de serviços de terceiros	13	(4.150.447)	(4.261.787)	
				Provisão para contingências		251.578	436.078	Administrativas e gerais	14	(295.467)	(302.234)	
								Atividades acadêmicas		-	(9.859)	
								Contingências e despesas judiciais		(180)	(87.966)	
											(19.734.887)	(18.824.386)
								Déficit antes do resultado financeiro		(1.627.475)	(83.755)	
								Receitas financeiras	15	31.334	51.275	
								Despesas financeiras	15	(1.547)	(1.811)	
										29.787	49.464	
										(1.597.688)	(34.291)	
								Déficit do exercício				

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado	1º Semestre					2º Semestre					Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total	
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%			
Consultas Médicas															
Primeiras Consultas Rede	17.130	16.334	(4,65)	17.130	14.989	(12,50)							876.884	(322.099)	554.785
Interconsultas	2.550	4.105	60,98	2.550	3.305	29,61							322.099	-	-
Consultas Subsequentes	11.430	12.180	6,56	11.430	10.889	(4,73)							(315.490)	-	(315.490)
Total	31.110	32.619	4,85	31.110	29.183	(6,19)							(34.291)	(34.291)	(34.291)
Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos															
Consultas Não Médicas	7.200	8.731	21,26	7.200	8.163	13,38							239.295	(34.291)	205.004
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	2.400	2.403	0,12	2.400	2.518	4,92							34.291	-	241.440
Total	9.600	11.134	15,98	9.600	10.681	11,26							(1.597.688)	(1.597.688)	(1.597.688)
Atividade Cirúrgica															
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	1.080	1.191	10,28	1.080	1.175	8,80									
Cirurgia Ambulatorial Menor cma	1.560	2.114	35,51	1.560	2.866	83,72									
Total	2.640	3.305	25,19	2.640	4.041	53,07									
SADT Externo															
Diagnóstico por Radiologia	2.400	2.170	(9,58)	2.400	1.955	(18,54)									
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	7.470	6.826	(8,62)	7.470	6.103	(18,30)							(144)	-	-
Diagnóstico por Tomografia	1.650	1.754	6,30	2.100	2.086	(0,67)							(13.756)	(2.853)	(2.853)
Diagnóstico por Endoscopia	1.530	1.382	(9,67)	1.530	1.156	(24,44)							(7.060)	11.985	(22.389)
Métodos Diagnósticos em Especialidades	3.252	4.191	28,87	3.252	3.785	16,39							(9.659)	332.448	332.448
Total	16.302	16.323	0,13	16.752	15.085	(9,95)							15.070	(7.004)	(7.004)
Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"															
Consultas médicas															
Primeiras Consultas em Oftalmologia	-	-	-	300	325	8,33							(1.576.005)	(258.602)	(258.602)
Total	-	-	-	300	325	8,33							1.582.596	1.841.198	1.841.198
Exames em Oftalmologia															
Biometria Ultrassônica (Monocular)	-	-	-	15	19	26,67									
Campimetria Computadorizada	-	-	-	15	17	13,33									
Mapeamento de Retina	-	-	-	72	95	31,94									
Microscopia Especial de Córnea	-	-	-	15	17	13,33									
Paquimetría Ultrassônica	-	-	-	18	23	27,78									
Topografia Computadorizada de Córnea	-	-	-	270	298	10,37									
US de Globo Ocular / Óbita (Monocular)	-	-	-	9	25	177,78									
Total	-	-	-	414	494	19,32									
Cirurgias Oftalmológicas															
Tratamento Cirúrgico de Pterígio	-	-	-	3	7	133,33									
Facoemulsificação c/ Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável	-	-	-	18	24	33,33									
Total	-	-	-	21	31	47,62									
Total Geral	-	-	-	735	850	15,65									

1 - Contexto operacional (i) Objetivo social A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CCGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	191.960	200.448
IRRF a recolher	38.201	29.478
FGTS a recolher	19.718	39.818
INSS sobre autônomos a recolher	19.872	17.891
Empréstimo consignado a pagar	3.189	3.107
Outros	637	939
	273.577	291.681

8 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

9 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	428.992	428.992
Cível	7.086	7.086
	436.078	436.078

10 - Ajustes do exercício anterior

Referem-se, substancialmente, aos ajustes de saldo das provisões de contingências.

11 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	77.676	65.905
Material médico hospitalar	323.942	317.271
Gases industriais e medicinais	29.448	20.004
Outros materiais	9.477	1.012
	440.543	404.192

12 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	1.242.711	1.174.960
Serviços de informática	894.448	949.225
Serviços de vigilância	746.902	771.479
Serviços de manutenção predial	654.759	620.449
Serviços de lavanderia hospitalar	120.506	115.209
Serviços administrativos	237.298	261.842
Serviços de motorista	76.081	143.704
Outros serviços	177.742	224.919
	4.150.447	4.261.787

14 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Material de conservação e reparo	52.585	23.195
Material de consumo administrativo	31.372	58.423
Utilidade pública (água, luz, telefone)	196.546	244.068
Seguros patrimoniais	7.157	7.505
Outras despesas	7.807	6.041
	295.467	339.232

15 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	31.334	51.275
	31.334	51.275
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(1.547)	(931)
Outras despesas financeiras	-	(880)
	(1.547)	(1.811)

16 - Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 4.000.000
Danos elétricos	R\$ 150.000
Danos elétricos	R\$ 150.000
Perda de aluguel	R\$ 30.000
Tumulto, greve, lock-out	R\$ 100.000
Subtração de bens	R\$ 100.000
Responsabilidade civil	R\$ 300.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 150.000
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração	R\$ 100.000

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN

Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Praia Grande. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Praia Grande, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Praia Grande, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela elaboração das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Praia Grande, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME SANTO ANDRÉ

CNPJ 57.571.275/0015-06

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado		
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Receitas operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.974	711.138	Fornecedores	7	145.911	548.948	Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	16.149.043
Estoques	5	581.806	1.035.684	Obrigações fiscais	8	62.769	74.857	Contrato de gestão - Estadual		18.582.529
Outros créditos		733	-	Obrigações sociais e trabalhistas	9	153.405	434.656	- Covid-19	1 (vii)	5.955.259
		613.513	1.746.822	Provisões de férias	10	624.425	679.862	Outras receitas		36.526
				Outros passivos		269.629	15.794			14.034
								22.140.828		18.596.563
Não circulante				Não circulante				Despesas operacionais		
Bloqueio judicial	6	81.279	2.794	Provisão para contingências	11	1.057.544	511.556	Com pessoal		(6.885.690)
		81.279	2.794	Patrimônio líquido		1.057.544	511.556	Medicamentos e insumos hospitalares	12	(1.078.122)
				Patrimônio social				Prestadores de serviços médicos	13	(7.647.807)
				Déficits acumulados				Prestadores de serviços de terceiros	14	(3.433.666)
								Administrativas e gerais	15	(3.473.770)
								Contingências e despesas judiciais		(917.897)
								Bens de terceiros	3 (d)	(716.772)
										(427.638)
										(33.079)
										(171.102)
								23.268.906		(18.901.417)
								Deficit antes do resultado financeiro		(1.128.078)
								Receitas financeiras	16	34.954
								Despesas financeiras	16	26.552
										(9.709)
										(7.476)
										25.245
										19.076
								Déficit do exercício		(1.102.833)
										(285.778)
Total do ativo		694.792	1.749.616	Total do passivo e patrimônio líquido		694.792	1.749.616			

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado

1º Semestre

2º Semestre

Consultas Médicas

Contratado Realizado

%

Contratado

Realizado

%

Primeiras Consultas Rede

Interconsultas

Consultas Subsequentes

Total

Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos

Contratado Realizado

%

Contratado

Realizado

%

Consultas Não Médicas

Procedimentos Terapêuticos (sessões)

Total

Atividade Cirúrgica

Contratado Realizado

%

Contratado

Realizado

%

Cirurgia Ambulatorial Maior CMA

Cirurgia Ambulatorial Menor CMA

Total

SADT Externo

Contratado Realizado

%

Contratado

Realizado

%

Diagnóstico por Radiologia

Diagnóstico por Ultra-Sonografia

Diagnóstico por Tomografia

Diagnóstico por Endoscopia

Métodos Diagnósticos em Especialidades

Total

Exames de Alta Suspeição - Oncologia

Contratado Realizado

%

Contratado

Realizado

%

Colonoscopia

US próstata abdominal

US tireóide

Total

Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"

Contratado Realizado

%

Contratado

Realizado

%

Exames em Oftalmologia

Retinografia Colorida Binocular

Total

Cirurgias Oftalmológicas

Facoemulsificação c/ Implante

de Lente Intra-Ocular Dobrável

Total

Total Geral

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Nota

Patrimônio social

Déficits acumulados

Total

1.350.090

(405.804)

405.804

-

(476.621)

-

(697.944)

-

(285.778)

-

(285.778)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

(1.102.833)

-

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	32.371	32.158
INSS retido de serviços a recolher	19.012	28.876
IRRF retido de serviços a recolher	10.421	10.367
ISS a recolher	965	3.456
	62.769	74.857

9 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	-	308.176
IRRF sobre folha a recolher	48.566	32.438
FGTS a recolher	48.180	34.696
INSS sobre autônomos a recolher	33.712	30.907
Empréstimo consignado a pagar	13.879	19.613
Outros	9.068	8.826
	153.405	434.656

10 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	404.525	511.556
Cível	653.019	-
	1.057.544	511.556

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	123.815	153.373
Material médico hospitalar	447.234	412.630
Gases industriais e medicinais	15.660	25.485
Material de limpeza e higiene	100.395	111.584
Material de COVID-19	391.018	-
Outros materiais	-	56.781
	1.078.122	759.853

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	227.589	270.101
Serviços de informática	461.500	452.848
Serviços de manutenção predial	19.871	12.010
Serviços de refeitório	-	-
Locação de veículos e equipamentos	250.833	229.988
Serviços de lavanderia hospitalar	70.498	102.412
Serviços de manutenção de equipamentos	208.986	225.893
Serviços administrativos	370.916	400.176
Serviços de motorista	11.924	11.674

Serviços de portaria	325.382	376.841
Serviços para atendimento a COVID-19	1.472.132	-
Outros serviços	14.035	20.075
	3.433.666	2.102.018

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	7.347	12.966
Material de conservação e reparo	32.744	148.563
Material de consumo administrativo	74.604	89.520
Utilidade pública (água, luz, telefone)	402.763	318.132
Restituição do recurso (i)	2.899.141	-
Outras despesas	57.171	348.716
	3.473.770	917.897

(i) Refere-se a restituição do saldo remanescente da prestação de contas do Covid-19 – AME Santo André, do Termo de Aditamento mencionado na nota nº 1 (vii).

16 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	34.954	26.552
	34.954	26.552
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(9.709)	(6.623)
Outras despesas financeiras	-	(853)
	(9.709)	(7.476)

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN

Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santo André, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME SANTOS

CNPJ 57.571.275/0033-80

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado		
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Receitas operacionais		
Circulante				Fornecedores	7	182.012	187.533	Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	18.727.718
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.703	1.727.982	Obrigações fiscais	8	85.861	49.811	Outras receitas		174.407
Estoques	5	313.164	335.684	Obrigações sociais e trabalhistas	9	107.098	397.726			697
Outros créditos		345.900	9.320	Provisões de férias	10	708.286	-			
		714.767	2.072.986	Outros passivos	11	2.633.664	18.334	18.902.125	3.130.392	
						3.716.921	653.404			
Não circulante				Não circulante				Despesas operacionais		
Bloqueio judicial	6	2.413.667	-	Provisão para contingências	12	5.000	-	Com pessoal		(7.093.329)
		2.413.667				5.000		Medicamentos e insumos hospitalares	14	(2.046.680)
								Prestadores de serviços médicos	15	(8.405.403)
								Prestadores de serviços de terceiros	16	(2.192.590)
								Administrativas e gerais	17	(309.747)
								Contingências e despesas judiciais		(10.000)
								Bens de terceiros	3 (d)	(11.695)
										(20.069.444)
										(2.097.331)
								Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(1.167.319)
								Receitas financeiras	18	25.485
								Despesas financeiras	18	(14.777)
										10.708
										(988)
Total do ativo		3.128.434	2.072.986	Total do passivo e patrimônio líquido		3.128.434	2.072.986	Superávit (déficit) do exercício		(1.156.611)
										1.032.073

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado						Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Consultas Médicas						Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total	
Primeiras Consultas Rede	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
	7.230	6.871	(4,97)	7.230	7.810	8,02	Ajuste do exercício anterior	387.509	-	387.509
Interconsultas	4.350	6.892	58,44	4.350	4.918	13,06	Amortização do imobilizado	-	-	-
Consultas Subsequentes	12.510	11.188	(10,57)	12.510	10.011	(19,98)	Déficit do exercício	-	1.032.073	1.032.073
Total	24.090	24.951	3,57	24.090	22.739	(5,61)	Incorporação ao patrimônio social	-	-	-
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Saldos em 31 de dezembro de 2020	387.509	1.032.073	1.419.582
Consultas Não Médicas	3.900	4.397	12,74	3.900	5.864	50,36	Incorporação ao patrimônio social	1.032.073	(1.032.073)	-
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	300	55	(81,67)	300	-	(100,00)	Ajuste do exercício anterior	(856.458)	-	(856.458)
Total	4.200	4.452	6,00	4.200	5.864	39,62	Déficit do exercício	-	(1.156.611)	(1.156.611)
Atividade Cirúrgica	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Saldos em 31 de dezembro de 2021	563.124	(1.156.611)	(593.487)
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	1.998	1.747	(12,56)	1.998	2.079	4,05				
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	2.694	3.471	28,84	2.694	3.043	12,95				
Total	4.692	5.218	11,21	4.692	5.122	9,16				
SADT Externo	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%				
Diagnóstico por Radiologia	2.400	2.773	15,54	2.400	2.810	17,08				
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	5.280	5.027	(4,79)	5.280	5.219	(1,16)				
Diagnóstico por Endoscopia	1.050	1.395	32,86	1.050	1.173	11,71				
Métodos Diagnósticos em Especialidades	6.192	4.351	(29,73)	6.192	5.626	(9,14)				
Total	14.922	13.546	(9,22)	14.922	14.828	(0,63)				
Tratamentos Clínicos	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%				
Terapias Especializadas - Litotripsia	390	279	(28,46)	390	301	(22,82)				
Total	390	279	(28,46)	390	301	(22,82)				
Exames de Alta Suspeição - Oncologia	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%				
PAAF tireóide guiada por US	-	-	-	20	12	(40,00)				
Colonoscopia	-	-	-	60	34	(43,33)				
Esogastroduodenoscopia	-	-	-	60	41	(31,67)				
US próstata abdominal	-	-	-	280	200	(28,57)				
Total	-	-	-	420	287	(31,67)				
Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%				
Cirurgias Oftalmológicas	-	-	-	40	40	-				
Facoemulsificação c/ Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável	-	-	-	40	40	-				
Total	-	-	-	40	40	-				

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25.000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 1.901.012 e R\$ 286.174, respectivamente. (vi) **Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos.** Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos, instalado na Rua Alexandre Martins, nº 70, no bairro Aparecida, na cidade de Santos. A unidade possui especialidades médicas nas áreas de alergologia, anestesiologia, cabeça e pescoço, cardiologia, cirurgia geral, ginecologia, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, neurologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, ortopedia, pneumologia, proctologia e urologia. Conta, também, com o serviço de apoio diagnóstico como audiometria, colonoscopia, densitometria óssea, ecocardiografia, ecocardiografia infantil, ecocardiografia fetal, eletrocardiografia, eletroencefalografia, eletroneuromiografia, endoscopia, espirometria, holter 24hs, mamografia, mapa 24hs, videolaringoscopia, raios-X, teste ergométrico, urodinâmica, ultrassonografia e ultrassonografia com doppler. Um dos destaques do AME Santos é a área de oftalmologia, tanto ambulatorial como cirúrgica, que conta com exames de Tomografia de Coerência Óptica (OCT), mapeamento de retina, tonometria, gonioscopia, fundosco- pia, biomicroscopia, retinografia colorida e fluorescente, ultrassonografia ocular, motilidade extrínseca ceratometria, PAM, paquimetria, biometria, campimetria, fotoocoagulação a laser, Yag Laser, curva tensional e iridectomia (Laser). (vii) **Contrato de gestão.** Em 4 de novembro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SES-PRC-2020/43088, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos, com vigência até 30 de novembro de 2023. 2 - Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. 2.2 Base de mensuração. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

9 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	-	324.523
IRRF a recolher	28.338	13.514
FGTS a recolher	47.435	31.563
INSS sobre autônomos a recolher	31.325	27.281
Outros	-	845
	107.098	397.726

10 - Provisão de férias

Em junho de 2021, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, aos valores recebidos da Fundação do ABC – Mantenedora e do Complexo de Saúde de Mauá para reembolsar os valores bloqueados da conta bancária da Entidade.

12 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	5.000	-
	5.000	-

13 - Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

14 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	424.988	53.194
Material médico hospitalar	1.451.551	61.936
Gases industriais e medicinais	28.636	2.985
Material de limpeza e higiene	114.947	11.298
Outros materiais	26.558	504
	2.046.680	129.917

15 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

16 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	1.600	-
Serviços de informática	331.197	57.536
Serviços de vigilância	632.856	-
Serviços de manutenção predial	126.871	1.511
Locação de veículos e equipamentos	191.726	12.089
Serviços de lavanderia hospitalar	124.172	7.988
Serviços de manutenção de equipamentos	73.448	12.460
Serviços administrativos	378.041	46.733
Serviços de motorista	1.213	711
Serviços de logística	90.538	-
Serviços de portaria	86.161	57.539
Outros serviços	154.767	7.172
	2.192.590	203.739

17 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	27.691	2.628
Material de conservação e reparo	62.013	4.436
Material de consumo administrativo	206.134	10.885
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.792	-
Seguros patrimoniais	6.338	-
Outras despesas	5.779	867
	309.747	18.816

18 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	25.485	316
	25.485	316
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(14.603)	(1.228)
Juros e multas de mora	(67)	-
Outras despesas financeiras	(107)	(76)
	(14.777)	(1.304)

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN

Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando apli-

cável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santos, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME SOROCABA

CNPJ 57.571.275/0030-37

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Receitas operacionais	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Receitas operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.528.231	1.872.996	Fornecedores	6	207.695	194.975	Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	15.682.935	2.927.305
Estoques	5	262.020	186.498	Obrigações fiscais	7	42.675	1.236	Contratos de gestão – Estadual – Covid-19	1 (vii)	6.443.613	-
		1.790.251	2.059.494	Obrigações sociais e trabalhistas	8	150.189	390.250	Outras receitas		5.119	-
Não circulante				Provisões de férias	9	895.719	-			22.131.667	2.927.305
Bloqueio judicial	2	-	-	Outros passivos		16.056	20.625				
		2	-			1.312.334	607.086				
Total do ativo		1.790.253	2.059.494	Não circulante				Despesas operacionais			
				Provisão para contingências	10	57.000	-	Com pessoal		(8.683.963)	(940.958)
						57.000	-	Medicamentos e insumos hospitalares	12	(1.896.620)	(133.165)
				Patrimônio líquido				Prestadores de serviços médicos	13	(6.848.109)	(403.345)
				Patrimônio social		647.827	212.057	Prestadores de serviços de terceiros	14	(2.281.929)	(141.314)
				Superávits (déficits) acumulados		(226.908)	1.240.351	Administrativas e gerais	15	(2.567.387)	(67.395)
						420.919	1.452.408	Atividades acadêmicas		-	(89)
								Contingências e despesas judiciais		(89.378)	-
								Bens de terceiros	3 (d)	(55.108)	-
										(22.422.494)	(1.686.266)
								Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(290.827)	1.241.039
								Receitas financeiras	16	81.307	307
								Despesas financeiras	16	(17.388)	(995)
										63.919	(688)
										(226.908)	1.240.351
								Superávit (déficit) do exercício			

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado	1º Semestre			2º Semestre			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Consultas Médicas	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total	
Primeiras Consultas Rede	9.000	9.571	6,34	10.000	10.860	8,60					
Interconsultas	1.800	1.555	(13,61)	2.000	1.640	(18,00)					
Consultas Subsequentes	12.600	12.799	1,58	14.000	15.022	7,30					
Total	23.400	23.925	2,24	26.000	27.522	5,85					
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos											
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%					
Consultas Não Médicas	9.300	13.011	39,90	10.200	16.852	65,22					
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	1.800	2.192	21,78	2.000	2.310	15,50					
Total	11.100	15.203	36,96	12.200	19.162	57,07					
Atividade Cirúrgica											
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%					
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	315	356	13,02	420	507	20,71					
Cirurgia Ambulatorial Menor CMA	1.575	1.402	(10,98)	1.750	1.910	9,14					
Total	1.890	1.758	(6,98)	2.170	2.417	11,38					
SADT Externo											
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%					
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	675	717	6,22	750	737	(1,73)					
Diagnóstico por Medicina Nuclear In Vivo	1.140	1.107	(2,89)	1.160	1.208	4,14					
Diagnóstico por Endoscopia	1.590	1.582	(0,50)	2.020	2.063	2,13					
Métodos Diagnósticos em Especialidades	3.600	3.872	7,56	4.000	4.143	3,57					
Total	7.005	7.278	3,90	7.930	8.151	2,79					
Exames de Alta Suspeição - Oncologia											
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%					
Biopsia pele / partes moles	-	-	-	240	220	(8,33)					
Biopsia próstata guiada por US	-	-	-	64	50	(21,88)					
PAAF tireóide guiada por US	-	-	-	-	70	-					
Colonoscopia	-	-	-	140	114	(18,57)					
Esogastroduodenoscopia	-	-	-	160	201	25,63					
RM crânio	-	-	-	-	25	-					
US próstata abdominal	-	-	-	-	100	-					
US próstata transretal	-	-	-	-	4	-					
US tireóide	-	-	-	-	143	-					
Total				604	927	53,48					
Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"											
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%					
Consultas médicas	-	-	-	570	137	(75,96)					
Primeiras Consultas em Oftalmologia	-	-	-	570	137	(75,96)					
Total											
Exames em Oftalmologia											
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%					
Biometria Ultrassônica (Monocular)	-	-	-	240	141	(41,25)					
Mapeamento de Retina	-	-	-	120	130	8,33					
Paquimetria Ultrassônica	-	-	-	240	-	(100,00)					
Total				600	271	(54,83)					
Cirurgias Oftalmológicas											
	Facoemulsificação c/ Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável	Realizado	%	Contratado	Realizado	%					
	-	-	-	240	200	(16,67)					
Total				240	200	(16,67)					
Total Geral					1.410	608	(56,88)				

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionais, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS;

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	77.493	26.502
Material médico hospitalar	139.907	118.530
Material de limpeza e higiene	13.126	16.592
Material de manutenção	27.483	23.158
Outros materiais	4.011	1.716
	262.020	186.498

6 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	26.943	899
INSS retido de serviços a recolher	132	29
IRRF retido de serviços a recolher	8.297	278
ISS a recolher	7.302	30
	42.674	1.236

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	2.224	305.870
IRRF a recolher	58.096	22.716
FGTS a recolher	52.554	31.288
INSS sobre autônomos a recolher	37.315	29.967
Outros	-	409
	150.189	390.250

9 - Provisões de férias

Em junho de 2021, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

10 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	57.000	-
	57.000	-

11 - Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	135.861	22.336
Material médico hospitalar	621.852	94.220
Órtese e prótese	6.686	-
Material de laboratório	3.012	4.382
Gases industriais e medicinais	21.235	737
Dieta enteral e parenteral	512	-
Material de limpeza e higiene	98.950	11.490
Material de Covid-19	985.949	-
Outros materiais	22.563	-
	1.896.620	133.165

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de informática	392.189	73.253
Serviços de vigilância	672	336
Serviços de manutenção predial	102.082	600
Serviços de refeitório	19.134	-
Locação de veículos e equipamentos	45.115	-
Serviços de lavanderia hospitalar	62.614	5.244
Serviços de manutenção de equipamentos	84.177	1.450
Serviços administrativos	391.746	55.922
Serviços de motorista	10.098	180
Serviços de portaria	1.576	-
Serviços de terceiros - Covid-19	1.113.441	-
Outros serviços	59.082	4.329
	2.281.926	141.314

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Sorocaba, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	45.836	4.583
Material de conservação e reparo	118.700	1.364
Material de consumo administrativo	149.786	14.424
Utilidade pública (água, luz, telefone)	422.430	45.243
Seguros patrimoniais	10.245	-
Devolução Covid-19 (i)	1.789.382	-
Outras despesas	31.008	1.781
	2.567.387	67.395

(i) Refere-se a restituição do saldo remanescente da prestação de contas do Covid-19 – AME Sorocaba, do Termo de Aditamento mencionado na nota nº 1 (vii).

16 - Resultado financeiro

Descrição	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	81.307	307
	81.307	307
	2021	2020
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(16.543)	(937)
Juros e multas de mora	(726)	(5)
Outras despesas financeiras	(119)	(53)
	(17.388)	(995)

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN
Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMÍLIO RIBAS II

CNPJ 57.571.275/0018-40

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado		
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Receitas operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.159.194	1.914.262	Fornecedores	6	310.307	511.130	Contrato de gestão - Estadual	1(vii)	18.828.597
Estoques	5	427.766	886.581	Obrigações fiscais	7	16.500	21.467	Outras receitas		98.222
Outros créditos		4.554	3.487	Obrigações sociais e trabalhistas	8	133.987	830.975			18.926.819
		1.591.514	2.804.330	Provisões de férias	9	1.206.320	1.129.058	Despesas operacionais		22.024.383
Não circulante				Outros passivos		66.892	32.700	Com pessoal		(11.738.929)
Bloqueio judicial		11.061	10.159			1.734.006	2.525.330	Medicamentos e insumos hospitalares	12	(1.961.684)
		11.061	10.159	Não circulante		192.682	289.994	Prestadores de serviços médicos	13	(3.878.856)
				Provisão para contingências	10	192.682	289.994	Prestadores de serviços de terceiros	14	(980.232)
								Administrativas e gerais	15	(765.387)
				Patrimônio líquido				Contingências e despesas judiciais		(887.685)
				Patrimônio social		64.046	1.583.385	Bens de terceiros	3 (d)	(53.261)
				Déficits acumulados		(388.159)	(1.584.220)			(19.378.385)
						(324.113)	(835)			(22.445.684)
Total do ativo		1.602.575	2.814.489	Total do passivo e patrimônio líquido		1.602.575	2.814.489	Déficit antes do resultado financeiro		(451.566)
								Receitas financeiras	16	68.756
								Despesas financeiras	16	(5.349)
										63.407
										37.711
								Déficit do exercício		(388.159)
										(383.590)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.468.483	114.902	1.583.385
Incorporação ao capital social		114.902	(114.902)	-
Ajustes do exercício anterior		-	(1.200.630)	(1.200.630)
Déficit do exercício		-	(383.590)	(383.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.583.385	(1.584.220)	(835)
Incorporação ao capital social		(383.590)	383.590	-
Ajustes do exercício anterior	11	64.881	-	64.881
Déficit do exercício		-	(388.159)	(388.159)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		64.046	(388.159)	(324.113)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado Internações	1º Semestre		2º Semestre		% Contratado	Realizado	%
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado			
Clínica Médica	318	330	3.77	318	332	4,40	
Total	318	330	3,77	318	332	4,40	
SADT Externo	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	342	387	13,16	342	332	(2,92)	
Diagnóstico por Endoscopia	204	227	11,27	204	217	6,37	
Total	546	614	12,45	546	549	0,55	
Exames de Alta Suspeição - Oncologia	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado
Colonoscopia	-	-	-	40	12	(70,00)	
Esogastroduodenoscopia	-	-	-	160	58	(63,75)	
Total	-	-	-	200	70	(65,00)	

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 1º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Bræbra)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 3.146.033 e R\$ 3.460.221, respectivamente. (vi) **Instituto de Infectologia Emílio Ribas II.** O Instituto de Infectologia Emílio Ribas II – Baixada Santista (IILER-BS) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 14 de agosto de 2014, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0018-40, com sede na Rua São Miguel, 760, no bairro Vicente de Carvalho, na cidade de Guarujá, no estado de São Paulo. A Fundação do ABC deu início em 2014 à gestão plena do Instituto de Infectologia Emílio Ribas II. A unidade recebe pacientes encaminhados de hospitais dos nove municípios que integram a Baixada Santista para o cuidado de diferentes doenças infectocontagiosas, entre as principais HIV/AIDS, tuberculose, leprosíase, meningites meningocócicas, complicações por gripe e hepatites. Além do atendimento médico e de enfermagem, também estão disponíveis exames laboratoriais e de imagem, como raio X, ultrassonografia e endoscopia. Os pacientes são atendidos mediante encaminhamento da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS), do Governo do Estado. (vii) **Contrato de gestão.** Em 27 de junho de 2014, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo nº 001.0500.000.024/2014, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Instituto de Infectologia Emílio Ribas II – Baixada Santista, pelo período de cinco anos. Em 2019, a Fundação do ABC venceu novo chamamento público, e celebrou novo Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo SPDOC nº 31056/2019, em 1 de junho de 2019, com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, por mais cinco anos. 2 - **Apresentação das demonstrações contábeis.** 2.1 **Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. 2.2 **Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. 2.3 **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4 **Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. 2.5 **Instrumentos financeiros** (i) **Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. (ii) **Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. 3 - **Principais práticas contábeis adotadas.** 3.1 **Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir: (a) **Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. (b) **Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. (c) **Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. (d) **Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". (e) **Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. (f) **Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constitui as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores

			FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020

Dieta enteral e parenteral	46.512	80.191
Material de limpeza e higiene	78.142	109.489
Outros materiais	4.919	8.970
	1.961.684	2.850.466

13 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de informática	14.610	14.359
Serviços de manutenção predial	35.181	53.981
Locação de veículos e equipamentos	12.753	18.696
Serviços de lavanderia hospitalar	247.103	526.039
Serviços de manutenção de equipamentos	133.027	193.356
Serviços administrativos	301.336	361.402
Serviços de motorista	223.816	231.513
Outros serviços	12.406	67.097
	980.232	1.466.443

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	340.456	399.460
Material de conservação e reparo	296.290	317.263
Material de consumo administrativo	106.424	123.658
Utilidade pública (água, luz, telefone)	15.949	16.797
Outras despesas	6.268	30.507
	765.387	887.685

16 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	68.756	43.337
	68.756	43.337
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(5.349)	(5.626)
	(5.349)	(5.626)

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN

Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Instituto de Infectologia Emílio Ribas II. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Instituto de Infectologia Emílio Ribas II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Instituto de Infectologia Emílio Ribas II, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Guarujá, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - SERVIÇO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO DE DIADEMA

CNPJ 57.571.275/0029-01

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado		
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Receitas operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.313.532	1.916.289	Fornecedores	6	154.032	1.325	Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	4.860.098
Estoques		1.728	1.728	Obrigações fiscais		16.597	2.603	Outras receitas		-
Outros créditos		16.556	-	Obrigações sociais e trabalhistas	7	227.875	21.636			50
		5.331.816	1.918.017	Provisões de férias	8	115.034	19.155			4.860.098
				Outros passivos		21.287	424.127			3.341.117
						534.825	468.846			
Não circulante				Patrimônio líquido				Despesas operacionais		
Bloqueio judicial	5	20.968	426.081	Patrimônio social		1.894.407	-	Com pessoal		(1.086.938)
		20.968	426.081	Superávits acumulados		2.923.552	1.875.252	Medicamentos e insumos hospitalares	9	(23.901)
						4.817.959	1.875.252	Prestadores de serviços médicos	10	(40.000)
								Prestadores de serviços de terceiros	11	(793.000)
								Administrativas e gerais	12	(45.735)
								Contingências e despesas judiciais		(10)
								Bens de terceiros	3 (d)	(44.290)
										(2.033.864)
										(1.496.151)
Total do ativo		5.352.784	2.344.098	Total do passivo e patrimônio líquido		5.352.784	2.344.098	Superávit antes do resultado financeiro		2.826.234
								Receitas financeiras	13	101.531
								Despesas financeiras	13	(4.213)
										97.318
										30.286
								Superávit do exercício		2.923.552
										1.875.252

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado	1º Semestre			2º Semestre		
Consultas Médicas	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	-	-	-	209	121	(42,11)
Consultas Subsequentes	-	-	-	658	122	(81,46)
Total	-	-	-	867	243	(71,97)
Consultas / Sessões Não Médicas	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	-	-	-	2.703	1.038	(61,60)
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	-	-	-	3.800	1.343	(64,66)
Total	-	-	-	6.503	2.381	(63,39)
Acompanhamento - Procedimentos Médicos	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Procedimentos Médicos	-	-	-	8	-	(100,00)
Acompanhamento - Fornecimento de Órteses / Próteses e Outros	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Órteses	-	-	-	45	-	(100,00)
Próteses	-	-	-	8	-	(100,00)
Meios de Locomoção	-	-	-	45	-	(100,00)
Outros	-	-	-	15	-	(100,00)
Acompanhamento - Oficinas	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Oficinas	-	-	-	23	-	(100,00)
Acompanhamento - Atividade Educativa	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Grupos	-	-	-	31	15	(51,61)
Pacientes Atendidos	-	-	-	310	41	(86,77)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Superávit do período	-	1.875.252	1.875.252
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	1.875.252	1.875.252
Incorporação ao patrimônio social	1.875.252	(1.875.252)	-
Ajuste do exercício anterior	19.155	-	19.155
Superávit do exercício	-	2.923.552	2.923.552
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.894.407	2.923.552	4.817.959
Demonstração do Fluxo de Caixa			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020	
Superávit do exercício	2.923.552	1.875.252	
Ajustes do exercício anterior	19.155	-	
Variações nos ativos e passivos:			
Estoques	-	(1.728)	
Outros créditos		(16.556)	
Bloqueio judicial	405.113	(426.081)	
Fornecedores	152.707	1.325	
Obrigações fiscais	13.994	2.603	
Obrigações sociais e trabalhistas	206.239	21.636	
Provisões de férias	95.879	19.155	
Outros passivos	(402.840)	424.127	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.397.243	1.916.289	
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	3.397.243	1.916.289	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.916.289	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.313.532	1.916.289	
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	3.397.243	1.916.289	

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 291.299 e R\$ 44.400, respectivamente. (vi) **Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema.** Em 9 de janeiro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, instalado na Avenida Antônio Piranga, nº 700, no bairro Centro, na cidade de Diadema. (vii) **Contrato de gestão.** Em 8 de janeiro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SPDOC nº 714640/2019, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, por período de cinco anos. Em 13 de setembro de 2021, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2021, que tem por objeto a retomada da operacionalização da gestão e execução, das atividades e serviços de saúde, no Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis.** 2.1 **Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a

Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. 2.2 **Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. 2.3 **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4 **Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. 2.5 **Instrumentos financeiros.** (i) **Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. (ii) **Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o

13 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	101.531	32.640
	101.531	32.640
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(4.213)	(2.354)
	(4.213)	(2.354)

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN
Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Diadema, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - HOSPITAL ESTADUAL MÁRIO COVAS DE SANTO ANDRÉ

CNPJ 57.571.275/0006-07

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Receitas operacionais	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	204.805.759	215.778.185
Caixa e equivalentes de caixa	4	397.521	19.578.105	Fornecedores	7	19.678.644	11.657.134	Outras receitas		3.934.567	1.746.218
Convênios a receber		-	500.000	Obrigações fiscais	8	231.288	181.162				
Estoques	5	3.075.895	2.411.445	Obrigações sociais e trabalhistas	9	8.673.834	7.908.957				
Outros créditos		3.765	552	Provisões de férias	10	10.555.650	10.377.458				
		3.477.181	22.490.102	Obrigações acadêmicas		99.913	99.913				
				Outros passivos	11	2.619.468	2.055.796				
Não circulante						41.858.797	32.280.420				
Bloqueio judicial	6	6.972.958	3.345.052	Não circulante							
		6.972.958	3.345.052	Provisão para contingências	12	2.702.813	2.551.757				
				Patrimônio líquido							
				Patrimônio social		(8.997.023)	(7.965.730)				
				Déficits acumulados		(25.114.448)	(1.031.293)				
						(34.111.471)	(8.997.023)				
Total do Ativo		10.450.139	25.835.154	Total do passivo							
						10.450.139	25.835.154				
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021											
Contratado X Realizado				1º Semestre				2º Semestre			
Internações				Contratado	Realizado	%		Contratado	Realizado	%	
Clinica Médica		1.680	2.122	26,31	1.680	2.073	23,39				
Pediatria		234	251	7,26	234	250	6,84				
Psiquiatria		174	130	(25,29)	174	146	(16,09)				
Total		2.088	2.503	19,88	2.088	2.469	18,25				
Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica				Contratado	Realizado	%		Contratado	Realizado	%	
Eletivas		3.486	1.259	(63,88)	3.486	2.166	(37,87)				
Urgência		720	784	8,89	720	810	12,50				
Total		4.206	2.043	(51,43)	4.206	2.976	(29,24)				
Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais				Contratado	Realizado	%		Contratado	Realizado	%	
Cirurgia Hospital - Dia		486	184	(62,14)	486	300	(38,27)				
Cirurgias Ambulatoriais		2.694	1.238	(54,05)	2.694	1.931	(28,32)				
Total		3.180	1.422	(55,28)	3.180	2.231	(29,84)				
Urgência / Emergência				Contratado	Realizado	%		Contratado	Realizado	%	
Consultas de Urgência		7.800	9.890	26,79	7.800	11.769	50,88				
Consultas Médicas				Contratado	Realizado	%		Contratado	Realizado	%	
Primeiras Consultas Rede		4.608	945	(79,49)	4.608	2.710	(41,19)				
Interconsultas		6.000	6.660	11,00	6.000	9.531	58,85				
Consultas Subsequentes		45.144	31.285	(30,70)	45.144	38.022	(15,78)				
Total		55.752	38.890	(30,24)	55.752	50.263	(9,85)				
Consultas Não Médicas				Contratado	Realizado	%		Contratado	Realizado	%	
Interconsultas		13.758	14.424	4,84	13.758	16.662	21,11				
Procedimentos Terapêuticos (sessões)		12.762	8.188	(35,84)	12.762	10.412	(18,41)				
Total		26.520	22.612	(14,74)	26.520	27.074	2,09				
SADT Externo				Contratado	Realizado	%		Contratado	Realizado	%	
Diagnóstico por Radiologia		2.040	678	(66,76)	2.040	1.321	(35,25)				
Diagnóstico por Ultra-Sonografia		3.120	1.197	(61,63)	3.120	2.291	(26,57)				
Diagnóstico por Tomografia		1.722	781	(54,65)	1.722	1.726	0,23				
Diagnóstico por Ressonância Magnética		858	708	(17,48)	858	190	(77,86)				
Diagnóstico por Medicina Nuclear in Vivo		702	642	(8,55)	702	857	22,08				
Diagnóstico por Endoscopia		1.344	626	(53,42)	1.344	1.118	(16,82)				
Diagnóstico por Radiologia Intervencionista		600	499	(16,83)	600	921	53,50				
Métodos Diagnósticos em Especialidades		3.000	1.286	(57,13)	3.000	2.605	(13,17)				
Total		13.386	6.417	(52,06)	13.386	11.029	(17,61)				
Tratamentos Clínicos				Contratado	Realizado	%		Contratado	Realizado	%	
Tratamento em Oncologia - Quimioterapia		3.780	8.016	112,06	3.780	8.155	115,74				
Tratamento em Oncologia - Hormonioterapia		240	486	102,50	240	494	105,83				
Total do Grupo Quimioterapia (Quimioterapia e Hormonioterapia)		4.020	8.649	115,15	8.502	111,49					
Tratamento em Oncologia - Radioterapia		-	-	-	4.800	259	(94,60)				
Tratamento em Nefrologia - Sessão Diálise		6.360	6.308	(0,82)	6.360	6.223	(2,15)				
Exames de Alta Suspeição				Contratado	Realizado	%		Contratado	Realizado	%	
Biopsia pele / partes moles		-	-	-	120	38	(68,33)				
Biopsia próstata guiada po US		-	-	-	40	11	(72,50)				
PAAF tireóide guiada por US		-	-	-	60	31	(48,33)				
Colonoscopia		-	-	-	60	32	(46,67)				
Esogastroduodenoscopia		-	-	-	60	-	(100,00)				
Retossigmoidoscopia		-	-	-	60	37	(38,33)				
RM crânio		-	-	-	140	-	(100,00)				
RM crânio com sedação		-	-	-	40	-	(100,00)				
TC abdome superior		-	-	-	240	70	(70,83)				
TC tórax		-	-	-	120	35	(70,83)				
US próstata abdominal		-	-	-	200	39	(80,50)				
US próstata transretal		-	-	-	200	48	(76,00)				
US tireóide		-	-	-	240	3	(98,75)				
Total		-	-	-	1.580	344	(78,23)				

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional, e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está sujeito ao cumprimento das exigências estabelecidas no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual

para contingências. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. (g) **Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	192	152
Aplicações financeiras	397.329	19.577.953
	397.521	19.578.105

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário, remunerados a taxa média de 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 - Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	1.747.970	817.229
Material médico hospitalar	996.293	1.098.852
Dieta enteral e parenteral	12.829	40.900
Material de limpeza e higiene	15.185	36.000
Material de manutenção	281.424	370.908
Outros materiais	22.194	47.556
	3.075.895	2.411.445

6 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Hospital Estadual Mário Covas de Santo André.

7 - Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

8 - Obrigações fiscais

Descrição	2021	2020
COFINS retido de serviços a recolher	142.293	129.065
INSS retido de serviços a recolher	2.962	2.948
IRRF retido de serviços a recolher	85.438	48.553
ISS a recolher	595	596
	231.288	181.162

9 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	5.547.521	5.369.906
Rescisões a pagar	33.925	-
IRRF a recolher	1.052.142	560.104
FGTS a recolher	940.454	989.775
INSS sobre autônomos a recolher	642.111	584.461
Empréstimo consignado a pagar	354.235	309.386
Outros	103.446	95.325
	8.673.834	7.908.957

10 - Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

11 - Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e aos valores recebidos das unidades gerenciadoras para reembolsar os valores bloqueados das contas da Entidade.

12 - Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2021	2020
Trabalhista	1.219.163	1.246.515
Cível	1.483.650	1.305.242
	2.702.813	2.551.757

13 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	20.968.160	16.245.622
Material médico hospitalar	15.161.824	14.377.994

Órtese e prótese	10.693.511	10.011.576
Material de laboratório	27.504	325.894
Gases industriais e medicinais	1.449.515	1.342.693
Dieta enteral e parenteral	1.062.618	1.519.773
Material de limpeza e higiene	469.343	510.609
Outros materiais	961.216	955.171
	50.793.691	45.289.332

14 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de informática	1.461.835	1.344.940
Serviços de vigilância	234.840	180.500
Serviços de manutenção predial	646.463	1.015.915
Locação de veículos e equipamentos	1.420.070	1.399.816
Serviços de lavanderia hospitalar	2.143.152	1.978.531
Serviços de manutenção de equipamentos	1.183.835	856.429
Serviços administrativos	2.291.913	2.605.452
Serviços de motorista	217.091	252.200
Outros serviços	314.889	263.586
	9.914.088	9.897.369

16 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	1.964.799	1.934.349
Material de conservação e reparo	360.875	252.738
Material de consumo administrativo	1.093.318	948.216
Utilidade pública (água, luz, telefone)	4.908.356	3.977.080
Seguros patrimoniais	271.707	208.724
Outras despesas	130.891	67.038
	8.729.946	7.388.145

17 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	470.811	622.686
	470.811	622.686
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(12.531)	(12.459)
	(12.531)	(12.459)

18 - Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 38.800.000
Danos elétricos	R\$ 500.000
Impacto de veículos	R\$ 100.000
Subtração de bens	R\$ 50.000
Responsabilidade civil	R\$ 200.000
Quebra de vidros	R\$ 10.000
Equipamentos estacionários	R\$ 50.000
Fidelidade de empregados	R\$ 50.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 100.000
Equipamentos eletrônicos sem cobertura de subtração	R\$ 200.000

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN

Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC - Hospital Estadual Mário Covas de Santo André. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Estadual Mário Covas de Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima

referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Hospital Estadual Mário Covas de Santo André, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação das capacidades da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. **Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:** • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

FUNDAÇÃO DO ABC - PÓLO DE ATENÇÃO INTENSIVA EM SAÚDE MENTAL – PAI BAIXADA SANTISTA

CNPJ 57.571.275/0032-07

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Receitas operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.057.675	708.222	Fornecedores	7	35.682	43.891	Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	7.706.160	1.284.360
Estoques	5	66.700	19.166	Obrigações fiscais	8	10.633	7.617	Outras receitas		132.718	-
Outros créditos		173.103	63.260	Obrigações sociais e trabalhistas	9	88.179	232.492			7.838.878	1.284.360
		1.297.478	790.648	Provisões de férias	10	408.744	-	Despesas operacionais			
				Outros passivos		396.997	16.748	Com pessoal		(4.072.984)	(587.243)
Não circulante						940.235	300.748	Medicamentos e insumos hospitalares	13	(233.254)	(56.054)
Bloqueio judicial	6	439.404	-	Não circulante				Prestadores de serviços médicos	14	(1.204.822)	(84.432)
		439.404	-	Provisão para contingências	11	517.355	-	Prestadores de serviços de terceiros	15	(589.175)	(66.857)
								Administrativas e gerais	16	(722.561)	(51.442)
				Patrimônio líquido				Contingências e despesas judiciais		(624.527)	-
				Patrimônio social						(7.447.323)	(846.028)
				Superávits acumulados				Superávit antes do resultado financeiro		391.555	438.332
Total do ativo		1.736.882	790.648	Total do passivo e patrimônio líquido		1.736.882	790.648	Receitas financeiras	17	32.857	129
								Despesas financeiras	17	(7.836)	(672)
										25.021	(543)
										416.576	437.789
								Superávit do exercício			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	-	-
Ajuste do exercício anterior		52.111	-	52.111
Déficit do exercício		-	437.789	437.789
Saldos em 31 de dezembro de 2020		52.111	437.789	489.900
Incorporação ao patrimônio social		437.789	(437.789)	-
Ajuste do exercício anterior	12	(627.184)	-	(627.184)
Déficit do exercício		-	416.576	416.576
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(137.284)	416.576	279.292

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado	1º Semestre	2º Semestre	
Internações			
Contratado	Realizado	%	
Psiquiatria	180	180	-
Total	180	180	-
	180	180	0,56

1 Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéficiente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CCGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 1.091.560 e R\$ 157.381, respectivamente. (vi) **Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista.** Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Pólo de Atenção Intensiva (PAI) em Saúde Mental da Baixada Santista, que está instalado no Hospital Guilherme Álvaro (HGA), no bairro Boqueirão, na cidade de Santos. O PAI Baixada Santista foi idealizado pela Secretaria de Estado da Saúde, com objetivo de oferecer um serviço de tratamento em regime de internação breve a indivíduos portadores de transtornos mentais severos e persistentes em quadro agudo (crise). Com atendimento exclusivo a usuários do SUS, realiza intervenções eficazes e atendimento de excelência, visando o retorno mais breve possível dos pacientes às unidades de referência, com vistas à reinserção social. Entre os quadros agudos mais comuns atendidos no PAI estão a esquizofrenia e outros transtornos psicóticos; transtorno bipolar do humor e depressão unipolar grave; transtornos mentais orgânicos com manifestações comportamentais graves; transtornos mentais relacionados ao uso de álcool ou outras drogas, com comorbidades psiquiátricas de forma individualizada; e demais transtornos psiquiátricos em situação de crise intensa, como transtornos de personalidade, transtornos do desenvolvimento e transtornos alimentares, por exemplo. (vii) **Contrato de gestão.** Em 4 de novembro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SES-PRC-2020/43100, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão execução das atividades e serviços de saúde pelo Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da Baixada Santista – PAI Baixada Santista, com vigência até 30 de junho de 2024. 2 - Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. 2.2 Base de mensuração. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4 Estimativas contábeis. A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. 2.5 Instrumentos financeiros. (i) **Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como receíveis. (ii) **Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. 3 - Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: (a) **Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. (b) **Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de con-

Demonstração do Fluxo de Caixa

	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		416.576	437.789
Ajustes do exercício anterior		(627.184)	
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		517.355	-
Variações nos ativos e passivos:			
Estoques		(47.534)	(19.166)
Outros créditos		(109.843)	(63.260)
Bloqueio judicial		(439.404)	
Fornecedores		(8.209)	43.891
Obrigações fiscais		3.016	7.617
Obrigações sociais e trabalhistas		(144.313)	232.492
Provisões de férias		408.744	
Outros passivos		380.249	16.748
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		349.453	656.111
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Incorporação ao patrimônio social		-	52.111
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		-	52.111
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		349.453	708.222
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		708.222	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.057.675	708.222
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		349.453	708.222

sumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. (c) **Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. (d) **Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. (e) **Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. (f) **Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

14 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de informática	194.025	22.942
Serviços de manutenção predial	78.498	366
Locação de veículos e equipamentos	19.302	3.411
Serviços de lavanderia hospitalar	17.171	-
Serviços de manutenção de equipamentos	52.815	4.851
Serviços administrativos	214.437	33.645
Serviços de motorista	5.326	214
Outros serviços	7.601	1.428
	589.175	66.857

16 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	492.967	32.615
Material de conservação e reparo	29.462	2.779
Material de consumo administrativo	167.769	15.431
Utilidade pública (água, luz, telefone)	24.042	34
Seguros patrimoniais	3.093	-
Outras despesas	5.228	583
	722.561	51.442

17 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	32.857	129
	32.857	129
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(7.512)	(641)
Juros e multas de mora	(250)	(11)
Outras despesas financeiras	(74)	(20)
	(7.836)	(672)

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN

Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como

parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santos, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

CNPJ 57.571.275/0019-21

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial								Demonstração de Resultado		
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante				Receitas operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.934.551	1.295.509	Fornecedores	6	641.441	473.458	Contrato de gestão – Estadual	1 (vii)	48.936.595
Estoques	5	650.068	909.416	Obrigações fiscais	7	44.216	35.392	Outras receitas		14.733
		2.584.619	2.204.925	Obrigações sociais e trabalhistas	8	3.363.400	843.244			48.951.328
Não circulante				Provisões de férias	9	3.188.924	2.732.990	Despesas operacionais		
Bloqueio judicial		105.847	-	Outros passivos		29.367	34.048	Com pessoal	(39.275.449)	(39.669.294)
		105.847	-					Medicamentos e insumos hospitalares	11	(2.996.883)
Total do ativo		2.690.466	2.204.925					Prestadores de serviços médicos	12	(1.165.219)
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.690.466	2.204.925	Prestadores de serviços de terceiros	13	(4.564.346)
								Administrativas e gerais	14	(3.584.156)
								Contingências e despesas judiciais		(193.076)
								Bens de terceiros	3 (d)	(41.990)
										(51.821.119)
										(52.061.398)
								Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		666.175
								Receitas financeiras	15	78.616
								Despesas financeiras	15	(5.297)
										73.319
										18.554
										Superávit (déficit) do exercício
										(2.796.472)
										684.729

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					Demonstração do Fluxo de Caixa						
	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total						2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019		(1.132.229)	1.045.512	(86.717)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Incorporação ao patrimônio social		1.045.512	(1.045.512)	-	Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Ajustes do exercício anterior		(2.708.422)	-	(2.708.422)	Superávit (déficit) do exercício						
Superávit do exercício		-	684.729	684.729	Ajuste do exercício anterior						
Saldos em 31 de dezembro de 2020		(2.795.139)	684.729	(2.110.410)	Ajustes para conciliar o resultado						
Incorporação ao patrimônio social		684.729	(684.729)	-	Provisões para contingências						
Déficit do exercício		-	(2.796.472)	(2.796.472)	Variações nos ativos e passivos						
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(2.110.410)	(2.796.472)	(4.906.882)	Estoques						

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado	1º Semestre		2º Semestre			
Internações	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Clínica Médica	12.378	12.054	(2,62)	12.378	11.820	(4,51)
Clínica Cirúrgica	10.890	10.926	0,33	10.890	11.602	6,54
Clínica Psiquiatria	1.620	1.760	8,64	1.620	1.760	8,64
Total	24.888	24.740	(0,59)	24.888	25.182	1,18
Consultas Médicas	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	2.940	2.900	(1,36)	2.940	3.023	2,82
Interconsultas	240	262	9,17	240	201	(16,25)
Consulta Subsequente	3.462	3.288	(5,03)	3.462	3.216	(7,11)
Total	6.642	6.450	(2,89)	6.642	6.440	(3,04)
Consultas Não Médicas	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	192	88	(54,17)	192	65	(66,15)
Interconsultas	-	7	-	-	3	-
Consulta Subsequente	7.242	6.912	(4,56)	7.242	6.824	(5,77)
Total	7.434	7.007	(5,74)	7.434	6.892	(7,29)

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §º 1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2021 e 2020, o montante de R\$ 10.525.820 e R\$ 10.631.371, respectivamente. (vi) **Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.** O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 11 de fevereiro de 2015, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0019-21, com sede na Rua Dom José Maurício, nº 15, no bairro Carandiru, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. A unidade é diferente da maioria dos hospitais brasileiros, pois tem como foco a atenção aos pacientes do sistema prisional do Estado de São Paulo. As especialidades médicas disponíveis são: clínica cirúrgica, dermatologia, fisiatria, gastroenterologia, neurologia, otorrinolaringologia, pneumologia, proctologia, urologia, anestesia, ortopedia, clínica psiquiátrica e clínica médica – cujo foco principal é a Infectologia, devido ao grande número de pacientes portadores do vírus HIV e de tuberculose. No campo diagnóstico estão disponíveis laboratório de análises clínicas, radiologia, ultrassonografia, colonoscopia e endoscopia. Além das internações, o hospital possui ambulatórios para atendimento da população carcerária e serviços internos de terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, nutrição e odontologia. (vii) **Contrato de gestão.** Em 19 de novembro de 2014, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo nº 001.0500.000.054/2014, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, pelo período de cinco anos. Em 2019, a Fundação do ABC venceu novo chamamento público, e celebrou novo Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo SPDOC nº

1871976/2019, em 1 de novembro de 2019, com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, por mais cinco anos. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis.** 2.1 **Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. 2.2 **Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. 2.3 **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4 **Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. 2.5 **Instrumentos financeiros.** (i) **Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. (ii) **Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. 3 - **Principais práticas contábeis adotadas.** 3.1 **Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: (

11 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2021	2020
Medicamentos	724.782	642.044
Material médico hospitalar	1.302.622	1.095.206
Material de laboratório	6.953	6.433
Gases industriais e medicinais	593.179	530.903
Dieta enteral e parenteral	159.659	154.285
Material de limpeza e higiene	159.368	156.598
Outros materiais	50.320	124.822
	2.996.883	2.710.291

12 - Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços de limpeza hospitalar	2.806.941	3.082.647
Serviços de informática	192.755	223.300
Serviços de manutenção predial	25.200	70.744
Locação de veículos e equipamentos	210.032	163.175
Serviços de manutenção de equipamentos	335.388	416.145
Serviços administrativos	798.531	848.760
Outros serviços	195.499	178.372
	4.564.346	4.983.143

14 - Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Gêneros alimentícios	1.387.232	1.184.579
Material de conservação e reparo	55.554	113.918
Material de consumo administrativo	821.422	794.084
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.310.169	1.232.862
Seguros patrimoniais	3.077	3.105
Outras despesas	6.702	6.648
	3.584.156	3.335.196

15 - Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	78.616	23.824
	78.616	23.824
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(5.181)	(5.168)
Juros e multas de mora	(116)	(102)
	(5.297)	(5.270)

16 - Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 5.000.000
Impacto de veículos	R\$ 50.000
Danos elétricos	R\$ 30.000
Quebra de vidros	R\$ 20.000
Desmoronamento	R\$ 100.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 100.000

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN
Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC – Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - HOSPITAL ESTADUAL METROPOLITANO SANTA CECÍLIA

CNPJ 57.571.275/0034-60

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.637.909	Fornecedores	7	716.304
Estoques	5	1.283.347	Obrigações fiscais	8	185.632
Outros créditos		107.710	Obrigações sociais e trabalhistas	9	194.564
		22.028.966	Provisões de férias	10	507.717
			Outros passivos		283.014
					1.887.231
Não circulante			Não circulante		
Bloqueio judicial	6	298.318	Provisão para contingências	11	40.427
		298.318	Patrimônio líquido		40.427
			Superávits acumulados		20.399.626
					20.399.626
Total do ativo		22.327.284	Total do passivo e patrimônio líquido		22.327.284

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	
Superávit do período		-	20.399.626	20.399.626	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		-	20.399.626	20.399.626	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado Internações	1º Semestre		2º Semestre		%	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado		
Clínica Médica	480	254	(47,08)	1.573	591 (62,43)	
Total	480	254	(47,08)	1.573	591 (62,43)	
Urgência / Emergência	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas de Urgência	-	289	-	-	583	-
Total	-	289	-	-	583	-

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente, as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social benéfice, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais e a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2021, o montante de R\$ 1.900.717. (vi) **Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília.** Parceria entre a Fundação do ABC e o Governo do Estado de São Paulo, o Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília foi inaugurado em meados de abril de 2021 como Hospital de Campanha do Governo do Estado, exclusivo para o atendimento de casos de Covid-19. Localizado na região central de São Paulo, na Praça Marechal Deodoro, 149, no bairro Santa Cecília, o Hospital está instalado em prédio com 10 andares. (vii) **Contrato de gestão.** Em 30 de março de 2021, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Convênio Emergencial – COVID-19, Processo SES-PRC 2021-11626, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital de Campanha Metropolitano, visando o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, por período de doze meses. 2 - Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 **Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. 2.2 **Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. 2.3 **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4 **Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas

que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. 2.5 **Instrumentos financeiros.** (i) **Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. (ii) **Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. 3 - **Principais práticas contábeis adotadas.** 3.1 **Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: (a) **Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. (b) **Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. (c) **Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. (d) **Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". (e) **Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. (f) **Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. (g) **Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2021
Caixa	1.934
Banco conta movimento	31
Aplicações financeiras	20.635.944
	20.637.909

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Estoques

Descrição	2021
Medicamentos	784.646
Material médico hospitalar	465.962
Material de limpeza e higiene	1.214
Material de manutenção	31.525
	1.283.347

6 - Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília.

Demonstração de Resultado		
	Nota	2021
Receitas operacionais		
Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	64.893.513
		64.893.513
Despesas operacionais		
Com pessoal		(7.092.229)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(5.334.911)
Prestadores de serviços médicos	13	(17.533.169)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(12.805.280)
Administrativas e gerais	15	(1.427.468)
Contingências e despesas judiciais		(40.473)
Bens de terceiros	3 (d)	(591.138)
		(44.824.668)
Superávit antes do resultado financeiro		
Receitas financeiras	16	344.553
Despesas financeiras	16	(13.772)
		330.781
Superávit do período		
		20.399.626

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	Nota	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período		20.399.626
Ajustes para conciliar o resultado	</td	

	2021
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	344.553
	344.553
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(12.739)
Juros e multas de mora	(1.033)
	(13.772)

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN
Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Presidência da Fundação do ABC - Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 30 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 30 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação

a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos pro-

cedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 16 de Março de 2022. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.